

CIÊNCIA E COTIDIANO - REVISTA CIENTÍFICA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA AO SEU ALCANCE

ANO 05 / NÚMERO 08 – 2020

Revista.cbpx.com.br

CIÊNCIA & COTIDIANO

REVISTA CIENTÍFICA

ISSN: 2236-3394

ARTIGOS

RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDOTERAPIA
COGNITIVO-COMPORTAMENTAL**

A RELEVÂNCIA ÉTICO-POLÍTICO DOS ANOS 1990 PARA O SERVIÇO SOCIAL

**ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

**O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO
SOCIAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO CÓDIGO DE ÉTICA**

**A RELEVÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO COMBATE AO FEMINICÍDIO NO
BRASIL**

ALIENAÇÃO MORAL E DITADURA CÍVICO-MILITAR BRASILEIRA

ÉTICA E DIREITOS: UMA ANÁLISE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO

**O SILENCIO DOS TÉCNICOS EM SERVIÇOS SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AS
FAMÍLIAS DOS SÓCIOEDUCANDOS**

**FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIIDADE NO REGIME DE TRABALHO E SUAS CONEXÕES
COM O DESEMPREGO COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”**

**ADMINISTRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO: TAYLORISMO,
FORDISMO, TOYOTISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NAS ORGANIZAÇÕES NO SÉCULO
XXI.**

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL NA GESTÃO DA EMPRESA GERDAU-PB:
ANÁLISES DAS AÇÕES EMPRESARIAIS NA PERSPECTIVA DA GRH ÉTICA**



EDITORIAL.....	03
ARTIGOS	
RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA.....	04
A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDOTERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	08
A RELEVÂNCIA ÉTICO-POLÍTICO DOS ANOS 1990 PARA O SERVIÇO SOCIAL	21
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE	28
O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO CÓDIGO DE ÉTICA	38
A RELEVÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO COMBATE AO FEMINICÍDIO NO BRASIL	48
ALIENAÇÃO MORAL E DITADUTA CÍVICO-MILITAR BRASILEIRA	55
ÉTICA E DIREITOS: UMA ANÁLISE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO	67
O SILENCIO DOS TÉCNICOS EM SERVIÇOS SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AS FAMÍLIAS DOS SÓCIOEDUCANDOS	74
FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIIDADE NO REGIME DE TRABALHO E SUAS CONEXÕES COM O DESEMPREGO COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	80
ADMINISTRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO: TAYLORISMO, FORDISMO, TOYOTISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NAS ORGANIZAÇÕES NO SÉCULO XXI.	87
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL NA GESTÃO DA EMPRESA GERDAU-PB: ANÁLISES DAS AÇÕES EMPRESARIAIS NA PERSPECTIVA DA GRH ÉTICA	97

CIÊNCIA & COTIDIANO
ISSN: 2236-3394 REVISTA CIENTÍFICA

EDITOR
DANIEL L. OLIVEIRA

CONSULTOR CIENTÍFICO E EDITORIAL
DRº DIMAS LUCENA

PROJETO GRÁFICO
NELSON P. NETO

JORNALISTA RESPONSÁVEL
JOSÉ ALVES VIEIRA DRT 627 – PB

CONTATO PUBLICITÁRIO
revista@cbpex.com.br

Disponível em: revista.cbpex.com.br

Uma Produção da CBPEX - Consultoria Brasileira de
Ensino, Pesquisa e Extensão e
FABEX - Faculdade Brasileira de Ensino, Pesquisa e
Extensão

Ano 5 - número 8 - Julho de 2020
ISSN 2236-3394

Normas para Publicação de Artigos Científicos em
CIÊNCIA & COTIDIANO

1. Os textos devem conter no máximo 15 laudas, redação em português, acompanhada de resumo [cerca de 250 palavras] em português. Idéias e conceitos neles contidos são de responsabilidade de seus autores. 2. O título do texto deve ser redigido em português, seguido do nome de seu(s) autor(es), com breve apresentação [à guisa de currículo] em notas de rodapé. 3. Cabe à produção editorial deste veículo, analisar e emitir parecer quanto a publicação de matéria. 4. Seus autores deverão ser assinantes da Revista CIÊNCIA & COTIDIANO. 5. Os pedidos para publicação devem ser expressa e formalmente requeridos à produção editorial deste veículo, com uma cópia enviada para o email: revista@cbpex.com.br.

Mais informações:
Fone: (83) 3243-0466
Site: revista.cbpex.com.br

EDITORIAL

A produção científica necessita está conectada numa perspectiva política e social. É necessário que o conhecimento gerado seja fonte capaz de trazer respostas aos desafios da sociedade. O ato de produzir ciência também é percebido como um ato político, se constrói dentro da experiência existencial do indivíduo enquanto sujeito histórico, produto e produtor de cultura. Uma ciência que contribua para a compreensão do mundo. E que igualmente contribua para transformá-lo através de uma prática humanitária compromissada, ética e consciente.

É fundamental superar a concepção de ciência explicativa, observadora, neutra, imparcial, distanciada da realidade, que a educação dominante e tradicional tenta fazer valer. Também é fundamental socializar o conhecimento produzido, gerando leituras e inspirando novas produções, soluções e mudanças.

Nesse sentido, a Revista Ciência e Cotidiano se torna um veículo para essa produção científica, divulgando e gerando leituras importantes para a sociedade. Aliás, a leitura é a porta de entrada para o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, infelizmente a realidade social brasileira fratura esse acesso, fragilizando a possibilidade de uma cidadania ativa e transformadora.

O conhecimento aqui divulgado se inspirou no cotidiano, esperamos gerar leituras conscientes e inspiradora de novos caminhos. Produza ciência e divulgue, as páginas estão abertas, traga mais significado para a existência dessa revista.

Dimas Lucena

CONSELHO CIENTÍFICO

Dr^a Ana M^a Coutinho Bernardo - Doutora pela UFPE

Dr^a Bagnólia Araújo da Silva - Doutora pela UNIFESP/EPM

Dr. Carlos Alberto J. da Costa - Doutor pela UFRN

Dr. Dimas Lucena de Oliveira - Doutor pela UFPB

Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio - Doutor pela UFPB

Dr. Gerson Cruz de Santana - Doutor pela Universidade de Paris - Sorbonne - França

Dr. Isac Almeida de Medeiros - Doutor pela Universidade Strathclyde – Escócia

Ms. Homero Gustavo C. Rodrigues - Mestre pela UNICAMP

Dr. José Augusto Peres - Doutor pela Univ. de Salamanca - Espanha

Dr^a Otaviana Maroja Jales da Costa - Doutora pela UFRN

Dr. Paulo ileno Cysneiros - Doutor pela Syracuse University - USA

Dr^a Paula Francinette - Doutora pela Univerce Luiz Pastel - França

Dr. Roberto Texeira Lima - Doutor pela USP

ARTIGO

RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

-
- Claudete Pereira do Nascimento Lucena
 - Mayara Dales da Silva Marcelino Meneses
 - Anazélia Franca Lira

RESUMO

A relação da escola na vida do aluno correspondente a uma influência bastante significativa e resulta na formação de seu aprendizado bem tanto como a família, e esta por sua vez têm influências fortíssimas, pois a família é a base e onde a criança passa seu maior tempo. A escola deve ser elemento de investigação do psicopedagogo, pois a escola é o local onde se projetam os conflitos e o pedido de socorro do aluno pode vir de várias formas e é papel do psicopedagogo investigar e buscar meios para melhor atender as necessidades descobertas. O presente trabalho foi elaborado em cima de uma entrevista realizada com uma professora do Colégio Geozinho Santo Antônio da rede particular de ensino, além de um apoio bibliográfico como base, no intuito de perceber a relação da escola com a família, tendo como elo a intervenção de um psicopedagogo no qual estará proporcionando ou contribuindo para uma aprendizagem significativa do indivíduo.

Palavras chaves: escola; família; psicopedagogo; intervenção; aprendizagem

INTRODUÇÃO

Considera-se a família como ponto inicial e principal no alicerce neste processo tão precioso que é o ato de educar. Porém ao deparar com famílias fragmentadas percebe-se a dificuldade em trabalhar com os filhos nos que diz respeito aos valores adquiridos no convívio familiar, o que torna difícil a absorção desses valores por parte dos alunos o que conseqüentemente trará um baixo aproveitamento na aprendizagem.

Para que haja o sucesso no processo educacional depende da atuação da família, que por sua vez deve está atenta aos aspectos do desenvolvimento da criança de modo que possa contribuir no preparo intelectual da mesma possibilitando assim um trabalho de bom resultado .

Muitas vezes a criança entra na escola com problemas de conflitos familiares ou até com algum tipo de patologia intelectual na qual só é percebida na sala de aula. Foi possível perceber essa intervenção que a professora realiza; por meio do questionário apresentado a Escola GEOZINHO Santo Antonio onde a professora usando sua observação por meio de atividades proposta consegue detectar algum problema que o aluno apresenta levando as informações ao corpo docente que por sua vez apresenta aos pais a real situação do aluno em relação ao seu processo de desenvolvimento.

Diante disso percebe-se a importância da presença de um psicopedagogo nas escolas, pois o mesmo tem o papel mediador e de intervenção onde é levantado hipóteses que resultam no descobrimento de determinadas dificuldades no aprender, permitindo assim a construção de novos conhecimentos através de metodologias que possibilitem esse processo.

Através das dificuldades na aprendizagem que os alunos apresentam o papel do psicopedagogo está sendo cada vez mais destacado pois é através deste olhar que é possível detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem do indivíduo entretanto o psicopedagogo deve avaliar o processo metodológico e orientar os profissionais para novas metodologias de acordo com as características apresentadas por cada um fazendo assim um acompanhamento entre o professor e o aluno levando em conta o contexto familiar sugerindo novas atividades e estratégias que possibilitem a inclusão do indivíduo.

A família é uma das instituições mais antigas da humanidade e no Brasil a família vem passando por várias mudanças que vem desde a época da colonização até os dias atuais. Mesmo passando por várias mudanças (como valores, costumes e ideias), a família desempenha um papel muito importante para a sociedade e principalmente para o desenvolvimento do indivíduo, pois é através do que ela transmite (conduta , valores) que estabelece o comportamento deste indivíduo. É a partir deste contexto que buscaremos mostrar o que a família e suas influências implicam nas relações estabelecidas com outras instituições da sociedade, em especial a escola.

“No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com diversidades e adversidades da vida” (Wagner Ribeiro, ARTECHE e BORNHOLDT,1999 apud DESEN, POLONIA, 2007 P. 23)

Analisando o contexto da citação supracitada pode-se afirmar que o desenvolvimento afetivo da criança é influenciado pelas relações familiares, ou seja, o âmbito familiar poderá atingir positivamente ou negativamente o indivíduo. Se tais conflitos não forem bem administrados podem intervir na sala de aula podendo assim acarretar no seu desenvolvimento de aprendizagem.

A escola é uma instituição importantíssima para o desenvolvimento e para o bem-estar das pessoas, das organizações e da sociedade. É na escola que crianças e jovens vão aprender uma diversidade de conhecimentos e competências que provavelmente não aprenderão em outro lugar. Entretanto podemos salientar que o papel da escola é de grande importância para os desenvolvimentos sociais, democráticos, éticos e culturais do aluno.

Todavia a escola e a família são ferramentas importantes para o desenvolvimento social, emocional, cultural e cognitivo do indivíduo, pois são transmissores do conhecimento e dos valores éticos e culturais, por isso pode-se afirmar que do ponto de vista educacional a família desempenha um papel importante na educação formal e informal.

Por necessidade de se ausentarem de casa para trabalharem para ter uma melhor qualidade de vida; o papel da família ou seja, da mãe e do pai para os cuidados e as primeiras informações de educação para os filhos vem ficando escasso, na qual muitas vezes o papel de educar que é instruir informações técnicas e sociais acaba sendo só da escola.

Mesmo nessa vida agitada do dia a dia é de fundamental importância a atuação da família na escola, pois mesmo a escola sendo um lugar de aprendizagem é muito importante que haja uma sintonia entre a família e a escola, pois pode-se afirmar que umas das causas para a defasagem escolar é que muitas vezes a escola não tem um suporte da família. Para que haja um bom relacionamento entre escola e família é preciso haver diálogo entre as partes, pois segundo Freire (1987, p.16): O diálogo fenomeniza e historiciza essencial intersubjetividade: ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem: nele põem-se e opõem-se.

A escola sendo um lugar concreto e onde ocorre o processo de aprendizagem muitas vezes os profissionais que ali atuam percebe-se que o processo de aprendizagem não ocorre de maneira natural em alguns alunos pois muitas vezes esses alunos apresentam conflitos sociais, intelectuais e patológicos.

É diante dessa observação que entende-se a importância da presença de um psicopedagogo na escola para dar suporte perante essas eventuais situações. O psicopedagogo na prática escolar tem a função de mediador, ou seja, realiza uma função preventiva diante dos fatos. O psicopedagogo atua na escola de forma institucional, considerando assim que o mesmo realiza um trabalho na perspectiva de procurar formas de desenvolver competências e habilidades para solucionar os problemas.

Muitas vezes a escola não oferece esse tipo de profissional cabendo a professora fazer o papel do preventivo e levar a escola e aos pais a real situação do aluno. Demonstrou-se tal situação na escola que fui entrevistar na qual a professora observa o aluno identifica tal anormalidade e em seguida ela pede suporte a escola qual juntos procuram os pais para assim os mesmos procurarem ajuda profissional (psicopedagogo) e assim podemos afirmar que a corrente família, escola e psicopedagogo ajudam no bom desenvolvimento de aprendizagem do aluno.

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresenta a relação da escola, da família e a intervenção da psicopedagogia no processo de aprendizagem, acreditamos que a importância do profissional nesta área é de fundamental importância e se existisse mais psicopedagogos trabalhando com as dificuldades existentes o número de crianças com problemas seria bem menor.

A relação do psicopedagogo com a escola deve ser também observar como está organizado a estrutura hierárquica, as orientações de trabalho, os conflitos internos e o PPP (Projeto Político Pedagógico) pois essas características também influenciam no processo de aprendizagem pois a escola, o professor e a família

interfere de forma positiva ou negativa no processo de aprendizagem.

É preciso observar nos professores a forma de como conhecimento é ofertado, o comprometimento do trabalho o zelo pelo aluno e pela aprendizagem, o estímulo que é capaz de apresentar seu saber, a forma como enfrenta as dificuldades e se respeita ou não o conhecimento trazido pelo aluno.

Na família é possível observar a função social de cada elemento, o conhecimento, as regras, as resistências, conflitos, ideologias, crenças entre outros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. Vygotsky, quem diria?! Em minha sala de aula. 3ª edição. Petrópolis: Vozes 2003.

BASSEDAS, E. Aprender e Ensinar na Educação Infantil. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

POLONIA, Ana da Costa and DESSEN, Maria Auxiliadora .Em Busca de uma compreensão das relações entre família escola.Psicol.ESC.educ.(Impr)(online).2005, vol. 9 p .23

TIBA, Içami. Ensinar Aprendendo: Como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização. São Paulo: Gente, 1998

ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDOTERAPIA COGNITIVO- COMPORTAMENTAL

➤ Márcia Suzana Beltrão Vieira Pintor Franca Lira

RESUMO

Neste trabalho foi proposta uma investigação sobre a importância do lúdico para a educação infantil sob a perspectiva da ludoterapia cognitivo comportamental. O problema **quenorteará esta investigação pode ser assim descrito: quais as contribuições do lúdico para desenvolvimento da criança sob a visão da ludoterapia cognitivo comportamental? Tem como objetivo geral investigar como ocorre o lúdico no contexto infantil dentro da visão da cognitivo comportamental e como objetivos específicos averiguar a relevância do brincar na na família, na escola e no hospital e identificar a valorização da ludicidade na terapia cognitivo comportamental. O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica.** Portanto o estudo conclui que o brincar enquanto primeira forma de cultura, enquanto atividade biológica essencial e espontânea da criança, sempre esteve presente em seu cotidiano, com o passar do tempo se transformou e agregou características específicas de cada povo em seu espaço e tempo, todavia sendo perpetuado pela transmissão de geração à geração. Portanto o brincar por meio do jogo desenvolve habilidades cognitivas, emocionais, sociais e corporais da criança. Nas terapias cognitivos-comportamentais aprofundou-se pouco ainda nos recursos da ludoterapia, no tanto, trouxe contribuições para o desenvolvimento infantil. Contudo, o uso potencial da ludoterapia cognitivo-comportamental com crianças oferece um espaço amplo e próspero.

PALAVRAS-CHAVES: Educação infantil, Ludoterapia, Cognitivo-comportamental

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa diz respeito à redação final do trabalho de conclusão de curso do artigo científico apresentado como um dos requisitos para a obtenção do título de especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pela Faculdade ESUDA- Faculdade de Ciências Humanas e tem como intenção contribuir para o desenvolvimento de capacidades científicas e crítico-reflexivas do psicólogo.

O presente trabalho tem como problemática investigar **quais os aspectos educacionais na área infantil, conforme a ludoterapia tendo como abordagem a psicoterapia cognitivo-comportamental.**

A pesquisa foi organizada em três capítulos: o primeiro, o brincar tendo sub-tópicos a relevância do brincar na família, na escola e no hospital. o segundo **a valorização da ludicidade na terapia cognitivo comportamental**, o terceiro a problemática e objetivos tendo sub-tópicos objetivo geral e específicos, o quarto capítulo enfatiza a metodologia que é de cunho bibliográfico, já o quinto capítulo é a conclusão e por fim as referências.

Em decorrência da minha profissão como psicóloga clínica, tive experiências em atendimentos clínicos, sendo assim, senti-me instigada a investigar a seguinte temática –A importância do Lúdico para a educação infantil: Ludoterapia Cognitivo Comportamental.

Podemos verificar na literatura como o brincar desenvolve os aspectos cognitivos, emocionais, sociais, afetivos das crianças e como a Ludoterapia Cognitivo Comportamental tem tido grandes resultados para o processo terapêutico da criança. A criança se sente mais segura, tem mais confiança no terapeuta por meio do brincar, se entrega com mais facilidade por meio da fala ao tratamento obtendo assim grandes resultados terapêuticos.

1. MARCO TEÓRICO

1.1.O que é o brincar

A criança ao brincar, pensa e analisa sobre sua realidade, cultura e o meio em que está inserida, discutindo sobre regras e papéis sociais. Ao brincar a criança aprende a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, favorecendo o desenvolvimento da autoconfiança, curiosidade, autonomia, linguagem e pensamento. Independente da época, cultura e classe social, o brincar faz parte da vida das crianças, pois vivem em um mundo de fantasias, onde a realidade e o faz-de-conta se confundem. O brincar é uma atividade que auxilia na formação, socialização, desenvolvendo habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas, cognitivas e emocionais. Ao brincar as crianças expõem seus sentimentos, aprendem, constroem, exploram, pensam, sentem, reinventam e se movimentam. Fantasiando a criança revive angústias, conflitos, alegrias, desiste e refaz, deixando de lado a sujeição às ordens e exigências dos adultos, inserindo-se na sociedade onde assimilam valores, crenças, leis, regras, hábitos, costumes, princípios e linguagens: “As crianças são capazes de lidar com complexas dificuldades psicológicas através do brincar. Elas procuram integrar experiências de dor, medo e perda. Lutam com conceitos de bem e mal (KISHIMOTO, 2001, p.67)”.

O brincar é uma atividade natural, espontânea e necessária; para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros, os papéis que assumirão no decorrer da brincadeira, o tema, o enredo, todos dependendo unicamente da vontade de quem brinca. Através do lúdico a criança constrói seu próprio mundo, dá evolução aos pensamentos, colaborando sobremaneira no aspecto social, integrando-se na sociedade. No ato de brincar a criança estabelece vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, ou seja, no lúdico a criança transforma os conhecimentos que já possui anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Segundo Kishimoto, (2002), brincar é a fase mais importante do desenvolvimento humano. Por ser a auto-ativa representação do interno, ocorre a representação de necessidades e impulsos internos. Fica claro então, que o brincar para a criança não é apenas uma questão de diversão, mas também de educação, construção, socialização e desenvolvimento de suas potencialidades.

É interessante notar que, independente da idade, a brincadeira pode inserir-se como elo do objeto do conhecimento com a aprendizagem, possibilitando um conhecimento mais sólido e permanente ao aprendiz. Por isso, o brincar na sala de aula é extremamente relevante para a aquisição da aprendizagem. Assim sendo, brincar é aprender. Na brincadeira, está a base daquilo que, posteriormente, possibilitará à criança aprendizagens mais complexas e elaboradas.

Criança e brincadeira fazem uma combinação perfeita. É quase impossível imaginar uma criança que não goste de brincar, que não se deixa envolver pela imaginação. Por isso, o brincar consente pensar num ensino e numa aprendizagem mais envolventes e mais próximos do real, pois leva a fazer uma ligação entre a realidade e a fantasia. Por isso, é vital reconhecer a brincadeira como uma estratégia a mais na sala de aula; devemos, pois, sempre tomá-la como mais um instrumento pedagógico, já que sabemos que a brincadeira desenvolve os aspectos físicos e sensoriais, além do desenvolvimento emocional, social e da personalidade da criança. Como disse Carlos Drummond de Andrade (*apud* FORTUNA, 2000, p. 1):

Podemos compreender que as brincadeiras a serem desenvolvidas com crianças precisam estar de acordo com a zona de desenvolvimento em que elas se encontram. Isso possibilita maior eficácia na construção da aprendizagem. Uma brincadeira ou um jogo raramente são praticados individualmente, e é nessa troca presente na situação de brincar que se promove o crescimento.

“O jogo transita livremente entre o mundo interno e o mundo real” (FORTUNA, 2000, p. 2), o que garante à criança a fuga temporária da realidade. Tudo se transforma em lúdico para o aluno, mas o professor precisa trazer do lúdico a realidade, a verdade subentendida como conhecimento, especialmente o escolar.

Ainda segundo o mesmo autor reconstruir conceitos importantes sobre o ato de brincar e sua importância no contexto escolar é fundamental para a prática pedagógica do professor. Se ele busca a formação de indivíduos dinâmicos, criativos, reflexivos e capazes de enfrentar desafios, deve proporcionar condições para que as crianças brinquem de forma espontânea, dando a elas a oportunidade de ter momentos de prazer e alegria no ambiente escolar, tornando-se autoras de suas próprias criações.

O mesmo autor ressalta na fase inicial da infância, a criança começa a desenvolver as capacidades de imaginação e de criação, que são essenciais para o seu desenvolvimento. No comportamento humano podem ser identificados dois tipos de atividade que auxiliam no desenvolvimento da criação e da imaginação: a atividade reprodutiva ou reconstitutiva e a atividade criadora ou combinatória. A atividade reprodutiva está ligada à memória, às 13 experiências vivenciadas e consiste na reprodução de condutas anteriormente elaboradas ou criadas. É a mera repetição daquilo que já existia, não cria nada de novo. Já a atividade criadora tem como resultado a criação de novas imagens ou ações.

Segundo Vygotsky (2008), o brincar é freqüentemente visto como uma atividade inata que a criança realiza apenas pela satisfação e prazer que lhe propicia, igualando-o, por exemplo, à satisfação funcional que o bebê sente quando chupa chupeta. Todavia, essa idéia deve ser desconstruída, levando-se em consideração que existem várias atividades que proporcionam maior prazer do que a brincadeira e outras que só geram prazer e satisfação se resultarem em algo positivo, como os jogos em que uma parte ganha e a outra perde. Os motivos e impulsos para o brincar passam por um processo bastante complexo que se inicia na idade pré-escolar.

Na idade pré-escolar, a criança experimenta uma série de desejos que não podem ser realizados imediatamente e o adiamento da realização desses desejos não é compreendido nem permitido nessa fase, contrapondo-se à vontade de conservação da tendência da primeira infância que é de satisfação imediata. Assim, na esfera afetiva, a brincadeira surge como uma forma de realização ilusória e imaginária desses desejos irrealizáveis.

1.1 A relevância do brincar na escola e no hospital

A criança ao brincar desde o início do seu desenvolvimento infantil no contexto escolar, desenvolve aspectos cognitivos na sua habilidade de pensamento, idéias, concentração, raciocínio, memória, atenção, principalmente, sua linguagem desenvolve com mais rapidez.

Na escola, a criança tem a oportunidade de brincar, de interagir de se socializar, de trocar experiências, histórias de vida e ao mesmo tempo é um processo de aprendizagem.

Analisando a escola como responsável pela formação cidadã das crianças, aponta-se que esta se torna mediadora entre o conhecimento, a informação e as crianças. Passa a ser transmissora de todos os conteúdos úteis para uma boa formação cidadã, portanto, precisa priorizar a brincadeira como um método de ensino, pois é uma maneira de internalizar as regras sociais como um processo de desenvolvimento humano. O brincar

também ajuda a desenvolver a linguagem, sentindo a necessidade de comunicação e estímulo para a formação autônoma. Kishimoto (2010, p.1) aponta que "no entanto, temos clareza de que a opção pelo brincar desde o início da educação infantil é o que garante a cidadania da criança e ações pedagógicas de maior qualidade".

As razões para brincar são inúmeras, pois sabemos que a brincadeira só faz bem, e só não entendemos porque em muitos lugares isso incomoda tanto algumas pessoas, pais, professores..., sabemos que o brincar é um direito da criança, como apresentado na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescenta no Capítulo II, Art. 16º, Inciso IV, que toda criança tem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

Os jogos dentro da sala de aula são como um convite entusiasmado para a criança permanecer ali e se interessar cada vez mais pelo ensino, promove o estímulo e a participação ativa em aula, uma forma de promover um bom aprendizado e não causar trauma em estudar. O jogo se torna atraente, pois a criança está em ação o tempo todo, uma forma desafiadora e mobilizadora da curiosidade, uma forma em que a criança na cansa para obter o conhecimento e internaliza regras para formação de futuros cidadãos (MIRANDA, 2001).

Podemos compreender que a sala de aula, é um espaço de aprendizado de grande relevância para a criança e quando o professor utilizar o lúdico, o estímulo e o desenvolvimento da criança ocorre de forma eficaz, tornando-se atraente, despertando nos alunos o desejo pelo aprender e pelo estudar seja na escola ou em casa.

Vamos especificamente dissertar abaixo a relevância do brincar no contexto hospitalar.

Segundo Ribeiro e Ângelo (2005) na literatura, trabalhos nos quais relatam, falas de crianças, expressando seu sofrimento em decorrência dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, principalmente os que envolvem agulhas, exames dolorosos, a diferença da alimentação, as restrições para poder brincar e o próprio fato de ter que permanecer no hospital. Assim sendo, as crianças relatam o hospital como sendo um local de torturas e suplícios, de agressões físicas com intenções punitivas, de solidão, de tristeza e saudades. Como também, é um lugar desagradável, onde é proibido brincar, cuja função é evitar a morte em casa.

As brincadeiras e os brinquedos são mediadores da relação do homem com o mundo, como também modificam a percepção e a compreensão da vida. O brincar é uma atividade social, e a criança experimenta prazer, o domínio de si e a valorização do eu. Além disso, é uma atividade cognitiva, onde a criança pode criar um espaço para pensar, enfrentar desafios, formular hipóteses, solucionar problemas, construir autonomia, seguir regras, no qual vivencia uma experiência moral por meio do bem e do mal. Ainda, o brincar desenvolve a imaginação, criatividade, iniciativa, a relação social, o intelecto, a curiosidade, o interesse, o corpo e a estrutura psíquica, o senso de responsabilidade individual e coletiva, a cooperação, a empatia, a capacidade de lidar com limites, a memória, a atenção, a concentração e frustração (Fortuna,

2007 *apud* Viegas, 2007).

Pesquisa realizada pela Universidade da Catania, na Itália, em 2001, revela que a ludicidade contribui no tratamento do câncer. Este estudo com 32 crianças com Leucemia, com idades entre dois e 14 anos, constatou que, uma vez submetidas à terapia da arte, elas apresentaram comportamento mais colaborativo em seu tratamento. Antes, durante e depois da punção lombar e aspiração da medula óssea em 17 crianças, adotou-se mudança de orientação médica, como as seguintes modificações: diálogo clínico – para acalmar as crianças e ajudá-las a superar processos dolorosos, brincadeiras médicas - para esclarecer sobre a doença, eliminar dúvidas e oferecer controle sobre a realidade do tratamento, imaginação visual - para ativar alternativas durante o processo, diminuir a atenção da realidade e elevar a sensibilidade dos profissionais, desenho estruturado – para conter a ansiedade, oferecendo às crianças uma realidade previsível, desenho livre – para permitir às crianças externar a confusão e o medo, dramatização - para ajudá-las a aceitar e reconciliar as mudanças no corpo. Os resultados mostraram que as crianças aumentaram suas habilidades de recuperação, pois sentiam o procedimento doloroso como menos traumático. O estudo também revelou que a adaptabilidade da criança está diretamente relacionada ao estado emocional dos pais (FORTUNA, 2007 *apud* VIEGAS, 2007, p.39).

Podemos afirmar a qualidade da relação familiar antes e após a internação da criança, é um elemento fundamental no adoecimento da mesma. Além disso, os profissionais do hospital devem estimular a presença da família, dos amigos, dos professores da escola, pois, é por meio da afetividade que a criança sente-se mais segura e fortalecida emocionalmente, para a sua reinserção social, familiar e educacional. O brincar no hospital também é um recurso terapêutico essencial, pois é por meio do brincar que a criança expressa seus sofrimentos, dores, angústias, tristezas, e este momento deve ser vivenciado constantemente no ambiente hospitalar.

Entretanto, podemos compreender que o brincar no contexto hospitalar, além de desenvolver a interação social, visa aproximar a criança dos procedimentos hospitalares, para que a mesma possa enfrentar essa realidade com menos dor e sofrimento. Além disso, o brincar trabalha cognitivamente a criança, por meio da atenção, memória, concentração, raciocínio, como também envolve a imaginação e criatividade do paciente. Atualmente, podemos encontrar nos hospitais a tecnologia invadindo por meio dos aparelhos de procedimentos hospitalares, no entanto, nada substitui o contato com o paciente, a atenção, a ludicidade, a empatia, o diálogo para o esclarecimento da doença e dos procedimentos a serem feitos. Portanto, as instituições devem rever seus espaços hospitalares, para que seja um ambiente mais humanizado, por meio da estrutura, como também do funcionamento dos serviços oferecidos aos pacientes e seus familiares.

2.0A valorização da ludicidade na terapia cognitivo comportamental

É no brincar que são estabelecidas diferentes vínculos, habilidades e competências nos diversos contextos sociais, assumindo as relações que possuem com os outros. Para Friedmann (2006), é nas brincadeiras que se analisam vários aspectos da criança, pois este é o momento em que elas se expressam, interagem entre si e com os outros, ou seja, é nesse momento que desenvolvem habilidades e aprendem a não considerar isso um ato obrigatório, mas sim como algo prazeroso e, dessa forma, facilita-se a aprendizagem. Quando se usa o jogo para transmitir o conhecimento à criança, pensa-se que o ato de aprendizagem pode ser prazeroso e estimulante.

Segundo Almeida apud (Magalhães 2000), os brinquedos só terão sentido profundo se vierem representados pelo brincar, ou seja, o ato de brincar é importante, deve fazer parte do cotidiano das crianças, e é necessária a participação dos adultos, pois favorece tanto a aprendizagem das crianças quanto destes, ou seja, o adulto, ao brincar com a criança, tem um repertório rico de experiências e aumenta não só suas informações intelectuais, mas o seu nível lingüístico. Por exemplo, na brincadeira de construção, o adulto sabe calcular melhor a proporção de equilíbrio, e, com isso, ganha em organização e direção, abrindo novos horizontes para as descobertas. Para Motta apud (Magalhães, 2002), o ato de brincar da criança demonstra, de forma abstrata, a visão que ela possui de bem e do mal. É por meio da brincadeira que o adulto pode acompanhar e analisar o que ela entende e qual sua visão sobre determinados assuntos e sobre o adulto que ela convive. Por meio da brincadeira, o adulto se reconhece na criança e pode tomar isso como uma abordagem para exploração de conhecimento ou mudanças de si mesmo.

Kishimoto (2011) ainda afirma que para a criança ser vista como sersocial, sua aprendizagem deve ocorrer de forma espontânea. Portanto, o ato de brincar, faz com que ela assimile conhecimentos do cotidiano social, como por exemplo, brincar de faz de conta com temas familiares, profissionais; ela toma um lugar onde existe socialmente e demonstra como ela vê aquele sujeito ou de que forma é representado esse sujeito a ela.

Compreende-se que por meio do brincar a criança desenvolve um processo de socialização, interagindo com outras crianças, desempenhando papéis de aceitação como as regras dos jogos e das brincadeiras, bem como as atitudes e os preconceitos, valorizando as diferenças sociais. As brincadeiras estão presentes em aspectos de recreação, no desenvolvimento físico e mental da criança e é por isso que toda a abordagem do brincar amplia o conhecimento e a compreensão no contexto social da vida. Por tanto, faz-se necessário a criança brincar constantemente, pois além de desenvolver o aspecto cognitivo, desenvolve, o aspecto motor, social, emocional e afetivo.

O ato de brincar está totalmente ligado ao prazer e à imaginação, portanto, é por meio desse ato que pode-se motivar a criatividade, levando em conta que a brincadeira é prova constante e evidente da imaginação

e da criatividade (MIRANDA, 2001).

Segundo Coria-Sabini e Lucena apud (Andrello 2010), através do brincar observa-se a satisfação que as crianças sentem ao participar de brincadeiras e de atividades lúdicas, tendo sinais de alegrias como risos, com certas excitações que são componentes de prazer. A compreensão do brincar vai muito mais além dos impulsos parciais, e os significados das atividades lúdicas na vida das crianças podem ser compreendidos pelos aspectos como preparação para a vida, liberdade e a ação, com possibilidade de repetições de novas experiências, realização simbólica dos desejos pelos prazeres obtidos.

Então vimos que, a criança tem o direito de brincar pois está amparada por lei, e esta é mais uma razão para brincar, além das inúmeras que já citamos, porque o brincar favorece a descoberta, a curiosidade, uma vez que auxilia na concentração, na percepção, na observação, e além disso as crianças desenvolvem os músculos, absorvem oxigênio, crescem, movimentam-se no espaço, descobrindo o seu próprio corpo. O brincar tem um papel fundamental neste processo, nas etapas de desenvolvimento da criança. Na brincadeira, a criança representa o mundo em que está inserida, transformando-o de acordo com as suas fantasias e vontades e com isso solucionando problemas.

A prática da brincadeira na escola promove aspectos diversos na criança que serão de suma importância para o seu desenvolvimento biopsicossocial, sendo imprescindível para uma formação sólida e completa.

Conforme Aguilar (2005) vários autores afirmam que o brincar não é um meio terapêutico em si mesmo. Nas terapias cognitivas – comportamentais recorre-se a certos comportamentos para ensinar, modificar, estimular, desestimular outros comportamentos. O mesmo autor ressalta, a intervenção é feita com a finalidade de analisar, identificar e mudar cognições, como também estimulando a estabelecer comportamentos que sejam funcionais e que tenha possibilidades de serem reforçados, tanto pelo ambiente social, como o interno e cognitivo.

Seguindo essa linha de pensamento o comportamento do brincar, deve-se averiguar inicialmente, que por ser comportamento está sujeito aos princípios de análise e modificação cognitivo – comportamental. O comportamento de brincar dispõe de reforçadores desde comportamentos exploratório de objeto, jogos, brinquedos, jogos e comportamentos que podem desencadear reações fisiológicas e emocionais (como a ansiedade) . Conforme a brincadeira podem ser identificados ou inibidos processos cognitivos.

O mesmo autor enfatiza, o brincar um comportamento para intervir no comportamento das crianças, é de admirar como a ludoterapia, a partir da perspectiva cognitivo-comportamental, foi tão pouco utilizada. Em trinta anos, a revista *Journal of Applied Behavior Analysis*, dedicada à publicação da análise do comportamental, não tenha sido publicado nem um único artigo sobre ludoterapia.

Ainda segundo Aguilar(2005) Knell (1997) abordou a ludoterapia a partir de um ponto de vista cognitivo comportamental, tendo como base modelo interativo entre cognição, emoção, comportamento e fisiologia para explicar os aspectos emocionais , enfocando essa terapia como uma adaptação das terapia cognitivo- comportamentais, sensível aos aspectos evolutivos. Ainda segundo Knell (1997) a LCC – Ludoterapia Cognitivo Comportamental, se parece com outras formas de ludoterapia, nas quais estabelece uma relação saudável entre terapeuta e criança, utiliza-se de jogos e brincadeiras para interagir e se comunicar com a criança e proporciona um ambiente terapêutico seguro. O brincar pode ser abordado em um sentido terapêutico como: 1) um tipo de relação interpessoal, 2) jogo estruturado, 3) jogo desestruturado e 4) contos.

Podemos compreender que a Ludoterapia cognitivo comportamental é algo recente, pois passaram trinta anos e uma revista de análise do comportamento não publicou relatos de experiências sobre essa temática. Contudo em 1997, o autor Knell, trouxe grandes contribuições intitulado de LCC – Ludoterapia Cognitivo Comportamental, a qual está relacionada a diversas formas de ludoterapia. Ainda, esse autor descreve o procedimento de ludoterapia como relacional, jogo estruturado e desestruturado e contos os quais vamos descrever posteriormente abaixo.

De acordo com Aguillar (2002 apud (Bracegirdlle,1992), por meio da brincadeira a criança se socializa e ocorre a relação interpessoal. O jogo por ser utilizado como a) um meio para romper a resistência, principalmente para crianças tímidas, ou atemorizadas que não se atrevem em falar com o terapeuta, b)um recurso interpessoal, neste aspecto o terapeuta deve ensinar a seguir instruções, respeitar turnos, tolerar frustrações e impulsividade, permanecer em seu lugar, manter um comportamento organizado,estratégias cognitivas manter a atenção,estar a atento a deixas interpessoais para responder de modo socialmente adequado, c) para ensinar interações específicas ou seja, podem ser empregados recursos de jogos de colaboração em que ambos tenham que se unir e cooperar para ganhar de um adversário que pode ser outra criança ou o terapeuta. No entanto, brincar não seja uma panacéia, nem todos os problemas terapêuticos possam ser abordados por esse meio, constitui uma oportunidade flexível que permite abordar de maneira criativa muitos problemas clínicos, educacionais e sociais.

O mesmo autor relata o brincar estruturado determina-se por regras, normas, instruções e exceções preestabelecidas com clareza. Caracteriza-se da seguinte forma: a) jogos de mesa desenhados com fins terapêuticos, b) os que não foram desenhados com esse fim, mas que podem ser utilizados terapeuticamente, como também jogos de salão, de campo e de computador. Já o brincar não estruturado ocorre de forma direta e indireta, o qual a criança pode escolher o brinquedo que deseja realizar diante de uma vasta variedade de brinquedos. Pode ser utilizado intervenções com fins avaliadores e diagnósticos,fazendo observações sistemáticas não estruturadas. Quanto a forma indireta o terapeuta pode reorientar a brincadeira em uma

direção terapêutica. Pode usar modelação simbólica para tratar temores ou inibir suas respostas fisiológicas, ensinando estratégias de relaxamento; sensibilizar a emocionar para certas respostas ou desenvolver habilidades sociais como prestar atenção etc. Referente o uso terapêutico dos contos está documentado na literatura de vários autores, podendo ser abordado de diferentes pontos de vista: a) contos estruturados com fins terapêuticos, o qual possui livros e vídeos com objetivos de ensinar as crianças a lidar com diversos problemas b) contos estruturados sem fins terapêuticos, esses referem-se a contos populares da literatura infantil, que podem ser aproveitados com fins terapêuticos e c) contos semi-estruturados e interativos, neste aspecto o terapeuta introduz alguns elementos e a criança outros e juntos elaboram o conto.

Conforme Aguilar 2005 (apud Knel, 1997) nas terapias cognitivo-comportamentais aprofundou-se pouco ainda nos recursos da ludoterapia, mas trabalhos recentes de Knell (1997) permitem estimular a novos pesquisadores a desenvolverem essa temática, como também experiências. Faz-se necessário abordar essa temática com o rigor metodológico que caracterizou a terapia cognitivo-comportamental para oferecer estratégias, técnicas e procedimentos adequados para utilização clínica e educativa. Contudo, como foi mencionado, o uso potencial da ludoterapia cognitivo-comportamental com crianças oferece um espaço vasto e promissor.

Podemos compreender que a ludoterapia cognitivo-comportamental, trouxe inúmeras contribuições para o contexto clínico e educacional, apesar de ser algo recente, mas já possui estratégias, técnicas, táticas para realização do procedimento terapêutico com as crianças. Percebe-se a grande necessidade de novas pesquisas, aprofundamento da temática para o desenvolvimento dessa técnica na área clínica para uma melhor qualidade no atendimento a criança.

CONCLUSÃO

Com a elaboração do tema proposto por este artigo pode-se notar a importância do lúdico para a promoção do desenvolvimento da criança na educação infantil, seja na família, na escola e no hospital. De acordo com a revisão bibliográfica, pode-se organizar e selecionar as principais contribuições que fundamentaram teoricamente o presente artigo.

Considerando que o brincar enquanto primeira forma de cultura, enquanto atividade biológica essencial e espontânea da criança, sempre esteve presente em seu cotidiano, com o passar do tempo se transformou e agregou características específicas de cada povo em seu espaço e tempo, todavia sendo perpetuado pela transmissão de geração à geração.

É por isso que a importância do brincar por meio do jogo no processo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades cognitivas e corporais da criança e suas aplicações como recurso didático-pedagógico, principalmente nos primeiros anos escolares, têm sido defendidas constantemente por estudiosos da educação.

Para a criança em processo de desenvolvimento e aprendizagem o brincar é muito mais do que o ato em si mesmo, visível aos olhos, uma perspectiva de vida melhor, um desenvolvimento eficiente, uma socialização decorrente de tão somente brincar, e ainda mais, a possibilidade de se reconhecer como ser, na constante do expressar e concretizar criativamente os recursos internos de que dispõe. O brincar é essencial às crianças e nos revela de diversas formas que tem um potencial de desenvolvimento natural, além de constituir auxílio na formação infantil, nas esferas emocional, intelectual, social, volitiva e física. Omitir o brincar para a criança é também subtrair as possibilidades de interação com a cultura lúdica.

O brincar seja no contexto familiar desenvolve a relação familiar, social, na escola desenvolve o aspecto cognitivo (raciocínio, atenção, concentração), criatividade, imaginação, fantasia, já no hospital a criança expressa suas emoções por meio do brincar, é um meio dela esquecer tudo o que vivência de sofrimento, angústia, sentimento de morte iminente, devido aos procedimentos invasivos, solidão por estar diante dos amigos, professores da escola e dos familiares.

Portanto diante do estudo bibliográfico realizado, pode concluir que nas terapias cognitivo-comportamentais aprofundou-se pouco ainda nos recursos da ludoterapia, no entanto, faz-se necessário a ampliação de estudos e pesquisas científicas referente a essa temática, para contribuir nos contextos clínicos, hospitalares e educacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRELO D. C. **A importância do brincar no ambiente da educação infantil.**2010. Disponível em; <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/DANIELLY%20CRISTINA%20ANDRELO.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2016.
- CABALLO, V. E. **Manual de Psicologia Clínica Infantil e do Adolescente.** São Paulo. Santos,2005
- FORTUNA, T. R. (2000) **Sala de aula é lugar de brincar?**Disponível em: <http://docplayer.com.br/6671104-Sala-de-aula-e-lugar-de-brincar-1.html>. Acesso em 10 de outubro de 2017.
- FRIEDMANN, A. **O Desenvolvimento da Criança Através do Brincar.**São Paulo: Moderna, 2006.
- KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a Educação Infantil.** 6 ed. São Paulo: Centage Learning, 2011.
- MAGALHÃES E.A et. al. A utilização dos jogos e das brincadeiras na educação infantil para o desenvolvimento da criança. Disponível em:<http://docplayer.com.br/4214291-A-utilizacao-dos-jogos-e-das-brincadeiras-na-educacao-infantil-para-o-desenvolvimento-da-crianca.html>
- MIRANDA, S. **Do fascínio do jogo a alegria do aprender nas séries iniciais.** São Paulo: Papirus, 2002.
- RIBEIRO, C. A; Angelo, M. (2005). **O significado da hospitalização para a criança pré-escolar: um modelo teórico.**Disponível em: <http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/60.pdf>. Acesso em:20 de outubro de 2017.
- VIEGAS, D. et. al. (2007). **Brinquedoteca Hospitalar – Isto é humanização.** Rio de Janeiro: Wak editora.
- VYGOTSKY, L. S. (2008) **A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança.** **Revista virtual de Gestão de Iniciativas Sociais.**Disponível em: <http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores/rvgis11.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

ARTIGO

A RELEVÂNCIA ÉTICO- POLÍTICO DOS ANOS 1990 PARA O SERVIÇO SOCIAL

- **Fernanda De Oliveira Moreno**
- **Lúcia Helena De Sousa Ramos**
- **Raynara Suely Da Costa Tenório**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as significâncias dos anos 1990 para o Serviço Social, com a finalidade de compreendermos o desenvolver histórico ético-político da profissão. Apoiando-se em bibliografias pertinentes com a perspectiva crítica, especialmente através das contribuições de Lukács, com o objetivo de percebermos estes avanços para a profissão. Analisaremos ainda os retrocessos nas políticas públicas, tendo em vista os grandes impactos causados na atuação do assistente social devido as grandes mudanças ocorridas a partir do mesmo ano.

Palavras chaves: Lukács. Serviço Social. Compromisso ético-político. Anos 1990.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar a relevância ético-política dos anos 1990 para o Serviço Social, através de estudo da natureza bibliográfica e de caráter qualitativo. Assim buscaremos refletir especificamente sobre a ruptura com o conservadorismo, resultando dos avanços teóricos da categoria por meio das discussões teóricas ocorridas nesse período, abrindo caminhos para a reavaliação das práticas dos/as assistentes sociais, à luz de alguns teóricos clássicos que discutem a ética, apoiando-se no método de Marx, especificamente na contribuição de Lukács, para analisar os dados bibliográficos da pesquisa.

Trata-se do interesse em analisar sobre o tema e os processos ocorridos no ano de 1990 para compreendermos mudanças ocorridas no Serviço Social, dessa forma, traremos as compreensões de alguns teóricos sobre a análise desta discussão.

Abordaremos as bases do compromisso ético-político com valores emancipatórios, mostrando as fragilidades e os avanços no serviço social através do código de ética, do estudo da contribuição de grandes teóricos, como Lukács e Marx; e ainda uma análise sobre os retrocessos das políticas públicas no decorrer dos anos 1990 com a globalização e o capitalismo avançado.

O estudo tem como base o livro de Barroco chamado “Ética e Serviço Social”, juntamente à leitura do código de ética do/a assistente social comentado e do livro “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” de Iamamoto.

2 O DESENVOLVIMENTO DOS ANOS 1990

No âmbito internacional inicia-se quando a União Soviética perde na Guerra Fria, dando-se a queda do pensamento socialista e consolidando o estado democrático com a globalização e o capitalismo avançado, também conhecido como capitalismo monopolista. Vivencia-se um processo de aprofundamento do capitalismo onde agravam-se suas expressões excludentes e destrutivas, que se fundam e concretizam dentro da lógica de globalização neoliberal, trazendo à eliminação da responsabilidade do Estado e culpabilizando a classe trabalhadora, conseqüentemente impactando nos serviços e políticas públicas.

Entre muitos aspectos, eliminam-se toda estrutura e responsabilidade social do Estado em face da ‘questão social’; privatizam-se serviços públicos e empresas estatais, desmontam-se, gradualmente, as legislações de proteção social e do trabalho. O desemprego, o subemprego, o empobrecimento crescente das camadas médias, a ‘precarização’ dos contratos de trabalho, a repressão aos movimentos sociais e às organizações de classe dos trabalhadores são algumas conseqüências desse modelo político-econômico. (BARROCO,

2010, p. 179)

Este impacto se dará, sobretudo através da privatização dos serviços públicos, como mecanismo de enfrentamento as expressões da questão social. Paralelamente ocorre o aumento do desemprego juntamente a precarização devido às condições de exploração desse modelo político-econômico que privilegia a classe dominante. Temos assim, como resultado a crise do Welfare State “Estado de Bem-Estar Social”, que em seguida desembocou na adoção do modelo neoliberal como nova forma política e econômica instituída no mundo.

Como observa Barroco (2010). “eticamente considerado, tal cenário é revelador de um ‘esgarçamento’ dos valores sociais, favorecido pela crescente corrupção e cinismo das elites governamentais; desconstrói-se uma cultura de cidadania para construir uma cultura do medo, da insegurança, do descrédito na política, nas leis e na ética. ”

Juntamente com as privatizações surgem a desresponsabilização do Estado com as políticas públicas e, conseqüentemente, as propostas e programas governamentais, pautados em apelos “moralistas” para o enfrentamento das sequelas da questão social, que versam, por vezes, do discurso da solidariedade, da caridade e filantropia, ou seja, a reiteração da responsabilização da sociedade para com o enfrentamento das expressões da questão social e conseqüentemente a desresponsabilização do Estado.

Assim é desconstruída a cultura da cidadania, devido à fragilidade das políticas sociais, onde tais políticas nascem em forma de solidariedade, instaurando a cultura do medo, da insegurança, do descrédito na política nas leis e na ética, dando ênfase a posicionamentos conservadores e até petição de pena de morte, materializando a alienação junto à população. Como se a questão social fosse resultado da produção individual das pessoas e não um fenômeno produzido por este modelo de sociedade.

As condições socioeconômicas e ídeo-políticas dos anos 1990 atingem diretamente a classe trabalhadora, causando impacto no serviço social; seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos sociais.

Como observa se na entrada dos anos 1990 é evidente o amadurecimento de um “vetor de ruptura”, isso não significa que essa vertente tenha alcançado uma “nova legitimidade” junto às classes subalternas. Além disso, a ruptura com o conservadorismo profissional, consolidada em 1980 mostrando que o conservadorismo não foi superado antes da fundação do serviço social.

3 IMPACTOS NA DISCUSSÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Especificamente em 1993 temos a revisão do primeiro código de ética crítico do (a) assistente social, que foi o código de 1986. Este fora construído através da leitura equivocada do marxismo, ou seja, a leitura de Marx por fontes enviesadas. Está reavaliação objetiva-se no intuito de reivindicar a ética na política e na vida pública, sendo também considerado um avanço teórico frente à questão ética. A consciência ética expressa à insatisfação social devido à subordinação do país aos interesses político-econômicos do capitalismo e de um mundo globalizado, resultando na degradação das perdas de direitos da classe trabalhista e na desmoralização política que os atinge fortemente.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1996, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia de ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que se põe como ser capaz de liberdade. (CFESS, 1993, p.9)

Os/as assistentes sociais são de grande importância no enfrentamento desses

mecanismos, buscando meios para perceber e analisar as contradições entre as situações ocorridas pelo poder do sistema capitalista, exercendo os caminhos viáveis para garantir o atendimento correto relacionado às minorias por meio dos valores construídos e amadurecidos no desenvolvimento histórico da sociedade.

Portanto, de fato, a ruptura com o conservadorismo ético, ocorreu através do código de 1986, que foi um trabalho conjunto dos assistentes sociais que foram convocados a participar de encontros por meio do CFAS/CRAS¹ e outras instituições de apoio à categoria para debaterem sobre as necessidades da categoria, considerando também um projeto para a sociedade, visto que seria de grande importância abranger a comunidade para que estivesse ciência das fragilidades sociais.

Assim, este código leva o serviço social a tratar os seus usuários com uma nova visão ética e com comprometimento adequado para as necessidades da classe trabalhista, ou seja, agora a profissão assume um compromisso ético e político com a classe trabalhadora. Portanto, estas são conquistas de grandes valores para a construção dos nossos valores emancipatórios.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na continuidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirma, como *valor ético central*, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a *liberdade*. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos. (IAMAMOTO, 2015, p.77)

Repudiando as formas de autoritarismo, o Serviço Social defende os direitos humanos como garantia de execução da democracia na vida social, por meio do compromisso com a cidadania. Sendo assim, o assistente social em sua atuação é um profissional capacitado para lidar de forma ética e crítica diante das necessidades sociais, com respeito aos usuários e sem qualquer tipo de opressão, preconceito e discriminação. Através desses valores emancipatórios, os/as assistentes sociais atuam no combate as desigualdades sociais, garantindo as informações e discussões no que diz respeito ao acesso dos serviços prestados pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas, assegurando assim a garantia dos direitos solicitados.

4 A CONTRIBUIÇÃO DE LUKÁCS E O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA ÉTICA MARXISTA

No processo de renovação da ética marxista, o autor Gyorgy Lukács se dedica à busca do entendimento dos impasses da ética Marxista através de análises críticas ao Marxismo tradicional, que por sua vez se limitava entender o ser social através de dogmas, eliminando a inclusão de tendências críticas.

Durante a autocracia stalinista o processo de resgate do caráter crítico-dialético de Marx se expressou em várias “tentativas avulsas” da preservação de impulsos críticos. Nesse processo o autor Gyorgy Lukács desenvolve um conjunto de ideias que foram capazes de desvendar criticamente os indispensáveis impasses da ética marxista tradicional (BARROCO, 2001)

Neste processo, o autor evidencia a necessidade de uma crítica heterodoxia, pois entende que só assim é possível a compreensão e evolução do homem.

Em 1920, na obra: História e consciência de classe de Lukács, sua discussão filosófica analisou criticamente aspectos das interpretações marxistas dominantes, onde a negação pela

¹ CFAS/CRAS: é o atual CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social), sendo esta autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social.

ortodoxia marxista o levou a identificar as manifestações que colocassem em questão os desígnios do marxismo oficial de revisionistas ou antimarxistas. O movimento que busca superar o marxismo-leninismo tem o caráter evidenciado por temáticas, formas de abordagens e ampliação de debates com as demais correntes teóricas (BARROCO, 2001).

Segundo Barroco, a partir dos anos de 1950, o marxismo passa a integrar de modo sistemático às suas investigações, questões relativas à subjetividade e ao indivíduo. A partir da crise da experiência soviética, a discussão política passou a se diversificar, onde já não era a única referência, outras experiências revolucionárias também contribuíram para uma visão crítica e pluralista do marxismo, onde Lukács forneceu elementos importantes para a reflexão ética. Alguns outros autores como o Adolfo Sánchez e William Ash que ligados diretamente ou indiretamente à tradição marxista, também contribuíram através de suas análises e assim resgatam criticamente, não de forma mecanicista e dogmática, as configurações éticas na história, buscando recuperar o caráter sócio histórico da ética e suas dimensões e problematizando questões teleológicas, causas, liberdade, necessidades entre outras.

Por sua vez, Lukács tendo como parte de seu pensamento a crítica ontológica ao marxismo mecanicista², recupera um dos elementos primordiais à discussão da ética de classe que é a sua relação com o humano-genérico. Podemos assim dizer que Lukács em sua trajetória política e filosófica, teve a evolução marcada por suas participações com processos revolucionários e impasses vividos intensamente pelo autor, onde através de suas contribuições apresentou configurações diferenciadas que evidenciou sua indagação ético moral no processo (BARROCO, 2001)

Para o método de Marx “a ética é uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007).

Em Lukács, a catarse – operando nas objetivações que se dão nas esferas estética e ética – faz com que o indivíduo se liberte de sua mera particularidade, de suas limitações singulares, e tome consciência ativa de sua dimensão universal enquanto parte integrante do gênero humano. Em Gramsci, o momento cartático – elemento essencial (oi talvez até mesmo sinônimo) da práxis política – é um processo através do qual em um grupo social supera seus interesses econômicos, meramente corporativos, e se eleva à consciência ético-política, à condição de classe universal, capaz de se tornar hegemônica na medida em que dá respostas historicamente universais às questões vividas pelo povo-nação e pela humanidade numa época concreta. (COUTINHO, 1996, p. 25)

O mesmo período marca a adoção de Lukács ao marxismo e a elaboração de uma série de textos éticos do autor, em 1923 ele elabora o texto História e consciência de classe, que se torna uma evidencia de seu futuro processo de pesquisa do pensamento de Marx. No mesmo ano, Lukács desnuda as contradições do marxismo vulgar e resgata o método crítico-dialético. Já entre 1933 a 1965, o autor continua evoluindo e pôde através do aprofundamento no conhecimento em Hegel, a ótica leninista³ e também conjugando a análise de materiais da saga do jovem Marx, reelaborar sua análise História e consciência de classe e assim poder contribuir significativamente para a renovação da ética marxista demonstrando que toda afirmação de Marx só poderá ser entendida coerentemente, se analisada através da razão dialética que reproduz o movimento das categorias e esferas que constituem a vida social (BARROCO, 2001).

5 HISTORICIDADE DO CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Ao falar do código de ética dos assistentes sociais, precisamos refletir sobre sua historicidade, portanto é preciso reconhecer a importância do código de 1986, ele representa o início da criticidade, que por sua vez contribuirá na transformação dos aspectos societários. Nesse período

² Trata-se do pensamento Marxista sem dialética, onde não se é aceito nenhum senso crítico, onde seus dogmas são como verdades absolutas, impedindo assim, a análise ou junção de demais correntes filosóficas.

explicitam-se as mudanças do contexto histórico do Brasil, pautados na construção de novos ideais societários que buscam refletir sobre a prática profissional, juntamente com as possibilidades da atuação teórico-metodológico, que revelam desta forma o desejo de um novo agir profissional, observando-se a necessidade de superar as velhas práticas. As lutas encaminhadas por diversas organizações nesse processo transformador se constrói e se difunde como uma nova ideologia, um novo projeto de sociedade se esboça,

“Inserido nesse movimento a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFESS 1986).

No entanto como a sua construção foi feita através da aproximação enviesada do marxismo, o mesmo acabou tendo equívocos teóricos, que foram revisados e corrigidos no código de ética de 1993. Tal projeto traz orientações não só de caráter profissional, mas de caráter societário, macroscópico, objetivando a construção de um projeto na dimensão da natureza social, com caráter libertário.

Segundo Barroco, os debates centrais sobre ética iniciaram-se em 1992, ato que impulsionou a aprovação do código de ética no ano seguinte, fora responsável por produzir uma nova reflexão em torno da ética profissional. As discussões em torno da ética perpassam a formalidade, são levadas as atividades cotidianas, com contribuição do assistente social e seu papel interventivo na sociedade.

“Em consequência desse processo, a temática começa a ser discutida pela primeira vez na história dos congressos brasileiros, em 1992, a questão ética passa a compor o conjunto de painéis temáticos no VII CBAS, evidenciando a amplitude do debate entre fundamentação teórica e problematização sobre a prática profissional, lançando propostas e desafios para o enfrentamento da questão ética no processo de formação.” (Barroco 2001, p.199).

A renovação profissional é elencada através do código, no contexto de “luta dos setores democráticos contra a ditadura, e em seguida, pela consolidação das liberdades políticas.” Há um reconhecimento das particularidades individuais e sociais, atuando em defesa dos direitos civis. Resultado acumulativo por meio do viés teórico-prático a fim de materializar a ética. Apropriando-se de um modelo ético e político crítico assumimos um novo perfil, negando o conservadorismo e a base filosófica tradicional. O código por sua vez é vinculado a um projeto radicalmente democrático, compromissado com os interesses da população trabalhadora, fundamentada na ontologia marxiana.

Essa concepção já contém em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. (CFESS, 1993:10)

Esse código objetiva responder positivamente as demandas, opõe-se ao liberalismo, ao humanismo cristão tradicional e ao marxismo anti-humanista. Posiciona-se em favor da equidade, empenhando-se na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das particularidades dos grupos. Comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados à aos usuários, buscando constante aprimoramento intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O código de 1986 nos apresenta a capacidade de questionar, sobretudo a criticidade, por apresentar falhas em determinados aspectos serviu de molde, fora atualizado e originou o código 1993, que se tornou uma referência dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos/as assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. Nele consta o reconhecimento da liberdade como valor ético central, atrelado às demandas políticas, defesa intransigente dos direitos humanos, e de toda força social que apoie à liberdade, a democracia, negando o autoritarismo, o fascismo e o conservadorismo.

Contribui também para o processo da construção de uma nova moralidade, que rompe com os valores conservadores e constrói uma nova cultura profissional democrática, que vai para além do capital.

A profissão passa a apoiar-se em torno dos mecanismos institucionais que vão moldando sua forma; como as leis que regulamentam a profissão, o currículo mínimo para formação profissional, o código de ética dos/as assistentes sociais, entre outros instrumentos, ressaltando assim, que a constituição da prática profissional não se estabelece ou se define apenas pela simples vontade de determinado grupo, mas sim de uma complexa luta presente no contexto histórico. Portanto, a ética é essencial, não apenas enquanto componente básico do processo de atualização profissional, mas também para contribuir na concretude e na superação do processo conservador do serviço social, ato que reflete em todas as esferas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lucia silva. ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS ONTOLOGICOS. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de ética do/a assistente social: comentado. São Paulo: Cortez, 2013.

CFESS – Conselho Regional de Serviço Social; disponível em:
<<http://www.cfess.org.br/> > Acesso em: 04/11/2018

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ARTIGO

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

- **Bruna Gonçalves Avelar**
- **Daniele Dias dos Santos Silva**
- **Judith de Sousa Pimentel**
- **Juliana Carla da Silva**
- **Juliana de Lourdes Dantas**
- **Tiana de Jesus Araújo Borba**
- **Nayara Toscano de Brito Pereira**

RESUMO

Buscamos analisar como os Direitos Humanos materializam-se no espaço do adolescente privado de liberdade, trazendo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), como referência dos direitos e deveres legais a estes concedidos, assim também como o SINASE, a LOAS e o SUAS no que diz respeito às políticas de assistências e fazendo menção de entidades governamentais e não governamentais que contribuíram no processo de construção e materialização dos direitos e deveres da pessoa em processo de formação, a criança e o adolescente. Abordando a gênese, a contextualização e as problemáticas do tema em debate, enfatizando questões que apontam a materialização das problemáticas evidentes na sociedade e que contribuam de forma acentuada para a inserção do adolescente no âmbito da criminalidade, deixando claros os pontos inerentes a tal realidade no Brasil, mostrando que as expressões da questão social é o fator primordial para o acirramento do crescente número de adolescentes em conflito com a lei em nosso país.

Palavras chave: adolescentes; ética; direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos a gênese e a contextualização da Ética e dos Direitos Humanos buscando materializar a articulação destes sobre as problemáticas enfrentadas socialmente para efetivar a garantia dos direitos e deveres da pessoa em processo de construção, trazendo o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente como principal aporte dessas garantias.

Por compreendermos que todo e qualquer cidadão tem direitos assegurados na nossa Constituição Federal, Lei maior de nosso país, em seu art. 5º. Crianças e adolescentes têm direitos e garantias diferenciados, porque são pessoas em especial fase de desenvolvimento, o que é chamado de proteção integral.

Os adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria, são os adolescentes da classe trabalhadora, especificamente aqueles em situação de extrema vulnerabilidade, sem o acesso as condições mínimas da proteção total que lhes é de direito a ser garantido pelo tripé da seguridade social que deveria proteger-lhes e quando isso não acontece acabam buscando na criminalidade meios de adquirir, muitas vezes, não só itens que atribuam status social para serem aceitos em determinados grupos sociais, mas, também coisas essenciais que lhes faltam por fazerem parte da extrema pobreza, faltando muitas vezes alimentação que seria o mínimo necessário para sua sobrevivência.

2 Ética e suas definições

A construção do ser social se deu em um processo histórico a partir do rompimento do homem com o intermédio imediato da natureza em seu cotidiano via instinto, e passando a utilizar a razão como principal fonte mediadora. A partir do descobrimento da agricultura ou/e do trabalho ontológico, o homem funda as primeiras formas de comunidade sendo elas primitivas, que do qual exigia um novo modo de se relacionar, criando assim normas de comportamento ético-moral visando proteger a espécie humano-genérico. Nessa perspectiva o novo comportamento do homem em face à natureza traz o nascimento para o comportamento ético-moral, ou seja, nascimento da ética. Iniciando uma nova forma de sociabilidade com a natureza e com os homens, moldando-a de acordo com sua nova postura.

O ser social passa historicamente por um processo de autoconstrução e de humanização enquanto autor e produtor de si. Esse processo é compreendido como sendo fruto das mediações do trabalho ontológico que atua com uma prática consciente, a fim de transformar a natureza e a si mesmo, gerando necessidades materiais para a sua sobrevivência em especial a de se relacionar com outros homens, ou seja, a reciprocidade social para efetivar as atividades.

Essencial destacar que sem a capacidade teleológica o trabalho ontológico não se objetiva/concretiza. Assim a partir dessa capacidade geram-se alternativas e possibilidades trazendo o surgimento da liberdade, sendo esta positiva ou negativa. Segundo Barroco "... A positiva se direciona para estar livre para objetivar algo, e a negativa a estar livre de algo...", e por fim a capacidade humana em sua gênese traz o crescimento da práxis⁴ como objetivação concreta do ser social, fundando as possibilidades de o ser social se desenvolver como um ser ético, podendo este ser responsável por discernir os valores em relação aos seus resultados, tendo como fundamento a liberdade e a consciência.

A moral eclode como um sistema de normas e regras que reproduz costume de comportamento social individual e/ou coletivo. Notoriamente sua origem é sócio histórico, na medida em que, esses valores foram determinados por uma necessidade para preservação social desde as comunidades primitivas, visando regular o comportamento dos indivíduos e da comunidade.

Considerando que as capacidades humanas do sujeito ético-moral seguem critérios e exigências como autodomínio consciente, autocontrole em virtude da razão aos desejos e paixões, a liberdade vinculada à autonomia, e ao exercício da alteridade e constância, resultando nas

⁴ Práxis é um conceito básico da filosofia de marxista, que remete para a transformação material da realidade.

implicações de suas responsabilidades e das conseqüências. Segundo Barroco:

a ética é uma crítica à vida cotidiana em seus aspectos morais, isto é, à discriminação, ao preconceito, ao moralismo, ao individualismo, ao egoísmo moral, entendido como formas de expressão das relações sociais fundadas na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente construída pelo gênero humano.
(BARROCO, 2010, P.83-84)

Amoral, portanto, nada mais é que uma fonte criadora dos costumes/hábitos de conduta, na proporção que a sociedade “evolui” esse sistema normativo de conduta modifica, pressupondo desse modo a reflexão do comportamento ético-moral.

3 Direitos Humanos sua trajetória histórica e objetiva frente ao Atendimento Sócio educativo

No início, mais precisamente a partir da Revolução Francesa, é que os Direitos Humanos foram marcados por inúmeros protestos e declarações tendo em vista à viabilização de Direitos. O nascimento de uma nova sociedade, que transitava do sistema feudal para o capitalista do qual surge o novo modo de produção manipulando as relações sociais. Nessa perspectiva a França regida por um sistema absolutista mostra uma agudização nas relações sociais, ressaltando que não se faz necessário esboçar aqui todo processo histórico da Revolução Francesa, apenas deixar claro que a partir dela os Direitos Humanos ganharam reconhecimento, mesmo que ainda não institucionalizado.

No século XX, após o fim da segunda guerra mundial a Declaração Universal dos Direitos Humanos surge e é reconhecida mundialmente. É importante destacar que a mesma surgiu para que o caos e barbárie promovida pela segunda guerra mundial não voltassem a acontecer. A ONU (Organização das Nações Unidas) é uma carta fundada em 24 de outubro de 1945, composta por países que lutam em prol do desenvolvimento do mundo e pela paz, através de uma decisão voluntária para compor as Nações Unidas. Os principais órgãos que atuam para atender seus mandatos são: a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado, a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social e o Conselho de Tutela.

Quando nos referimos aos Direitos Humanos fazendo um recorte para os adolescentes em conflito com a lei, enfatizamos que essa conquista se concretiza a partir do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e através de um grupo de critérios, regulamentos e propostas, que

ocorreu um acréscimo por meio da resolução nº119 do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), a instituição do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo) que resultou na lei 12.594/12 e desse modo constituiu no final da década de 1990 a política de atendimento Sócio educativo.

Há uma reduzida articulação institucional com a Política de Assistência Social, destacando-se pela proteção social especial, tendo o SUAS, o CREAS ou através do atendimento sócio educativo dos municípios ou do Estado como responsáveis pelo cumprimento das medidas sócio educativas, sendo estes alguns dos mecanismos de defesa dos direitos humanos.

4 O ECA e o SINASE em face à Política de Atendimento Sócio educativo

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) surge a partir de um decreto ocorrido em 13 de julho de 1990 sendo ele um documento que consolida um avanço para a população brasileira fazendo também parte de uma grande conquista dos direitos humanos no que visa as normas internacionais para a população infanto-juvenil. Este documento modifica as alternativas frente à intervenção totalitária do Estado no cotidiano da criança e do adolescente. A evolução do ECA está interligada ao reconhecimento de crianças/adolescentes como sujeitos de direitos e sua inserção na trajetória dos direitos humanos, dando foco as possibilidades de defesa desses direitos, uma vez que anteriormente não haviam mecanismos efetivos no enfrentamento à violência, à discriminação e negligência.

Essa é uma conquista recente dos Direitos Humanos que está em constante afirmação, sendo pressionadas por interesses contrapostos a essa proteção, e a Lei do SINASE é um aparato regido de normas jurídico, Política, Pedagógica, financeira e administrativa que abrange o processo do ato até a execução da medida sócio educativa.

Um dos grandes saltos para o enfrentamento dessa problemática foi à implementação do SINASE que em fevereiro de 2004 a Secretaria Especial dos Direitos Humanos através da Subsecretaria Especial de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente ao CONANDA e com a UNICEF, que esquematizaram, elaboraram e metodizaram o SINASE. Tendo por base os princípios dos Direitos Humanos, ética e procedimentos pedagógicos objetivando a execução de uma ação sócio educativa articulado ao sistema educacional, ao SUAS, ao sistema de segurança pública e judicial e ao SUS.

Os Direitos Humanos podem fazer a abordagem por meio de inúmeras vias dentro dos

direitos econômicos, sociais e culturais: a elaboração judicial e legislativa, as Políticas Públicas e Sociais e o monitoramento das metas progressivas, nessa ótica, por exemplo, os direitos ao trabalho, à saúde e à educação; os direitos de subsistência como: direito à alimentação e moradia e assim como aos cuidados médicos.

Um adolescente ao entrar em conflito com a lei pode ser privado parcial ou integral do seu direito de ir e vir, assim o Estado deve assegurar os demais direitos, que devem permanecer invioláveis. Inúmeras dificuldades enfrentam os Direitos Humanos para garantir esses direitos, pois em uma sociedade que está em sintonia com o desrespeito aos próprios Direitos Humanos e que na qual o Estado tem se resguardado de sua função nas áreas sociais manipulados pelo poder econômico burguês, essa defesa se torna um desafio.

5 O SUAS e a LOAS definições e objetivos

Instituído em 2005 através da constituição federal de 1988, a Assistência Social é direito de qualquer cidadão, portanto, um dever do Estado de garanti-las, sendo um serviço de caráter gratuito para todos que precisarem objetivando à proteção social, a consolidação dessa assistência se deu em 6 de julho de 2011.

O SUAS é um sistema público dissociado e interativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da proteção social da Política de Assistencial Social Brasileira, tendo a obrigatoriedade na garantia da materialização dos direitos assistenciais e sociais inseridos na LOAS. O SUAS, oferta à proteção social da Política de Assistência Social um conjunto de programas, ações, projetos, benefícios e serviços sócio assistenciais, visando assim, a diminuição e a prevenção das vulnerabilidades sociais, que impedem a efetivação das necessidades básicas, a violação de direitos e a dignidade humana tanto social quanto pessoal. De acordo com as diretrizes do SUAS:

O SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

A reinserção desses adolescentes em conflito com a Lei é subentendida do pressuposto de que esses são vítimas da desproteção social, conforme ressalta a Lei 8742, de 07.12.1993-LOAS

sobre essa assistência, assim visando à reiteração dessas vítimas ao convívio social os profissionais atuam na mediação para garantir um tratamento digno e seus direitos que estão previstos em lei.

6 Gênese do conceito “adolescente em conflito com a lei.

No início do século XX começa uma especialização com relação aos direitos da criança e do adolescente, tal movimento é influenciado por diversos países da América Latina passando a ter esses países uma visão diferenciada sobre a infância e adolescência, não sendo diferente no Brasil com a instauração do juizado de menor do Distrito Federal, em 1923, passando a ser vista a fase da adolescência de forma particular, já sendo enxergada esta como uma fase mais próxima do desenvolvimento, tendo uma visão por parte da justiça como uma lógica “tutelar”, “assistencial” e “protetora” ainda de forma muito tímida foi tendo-se avanços, instituições como o colégio e o exército passam a fazer separações por faixas etárias.

Ao longo de décadas foram criadas instituições e medidas que garantissem proteção e assistência a essas crianças e adolescentes até consolidar uma nova arquitetura institucional conforme SILVA (2014). Na perspectiva de aperfeiçoar as medidas já existentes criou-se o PNBEM, FUNABEM, FEBENS⁵ sendo estas complementadas pelo código de menores ainda no período da ditadura militar essas medidas eram adotadas visando à diminuição da violência com o intuito não apenas de punir mais de auxiliar os familiares na reeducação do menor.

De acordo com SILVA (2014) no decorrer deste processo o importante avanço no que diz respeito à proteção e assistência de adolescentes e crianças e a partida redemocratização do Estado e da nova constituição federal de 1988 vem à necessidade de expandir os direitos da criança e do adolescente, criando-se uma legislação especial que resultou no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, contando com o apoio de diversas instituições sociais e não governamentais inclusive o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o ECA traz avanços importantes na garantias de direitos e proteção integral à criança e ao adolescente, colocando um tripé que possa garantir esses direitos distribuindo essa responsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado, além de garantir direitos e proteção integral ainda vincula a estes

⁵PNBEM- Política Nacional de Bem-Estar do Menor
FUNABEM- Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor
FEBEM- Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

nomenclaturas adequadas sem atribuições pejorativas, como o termo adolescentes em conflito com a lei.

O objetivo de tais medidas, destacando o Estatuto da criança e do adolescente declarados em lei diz que a responsabilidade do adolescente quanto às conseqüências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; destaca também que a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e a desaprovação da conduta infracional.

Para SOUZA, 2015. Deve-se ficar claro que a medida sócioeducativa não se justifica com a finalidade exclusiva de garantir direitos, o que a lei quer dizer é que, ao se impor os cumprimentos das medidas devem ser respeitados os direitos do adolescente, tanto na perspectiva positiva como na negativa. Negativa na medida em que os programas não podem ir além da limitação de direitos que decorre na medida, e positiva no sentido de que a responsabilidade é via de mão dupla. Se o adolescente vai ser responsabilizado pelo que fez, o Estado também é responsabilizado em prover-lhe os direitos básicos.

7 As razões que impulsionam o adolescente a viver à margem da lei

Os adolescentes buscam inserir-se nos padrões impostos pela sociedade. Conforme, ZAPPE; RAMOS, 2010 passa a ser fundamental a sua existência social, o status social é a busca pela felicidade e quando não alcançada os tornam “menos cidadãos” e vulneráveis a escolhas impróprias com isso anulam a perspectiva de um futuro de projetos a ser alcançado dignamente um lugar de reconhecimento na sociedade.

Os adolescentes estão inscritos nesse panorama material e cultural das relações contemporâneas e podem revelar por meio da violência e do ato infracional especificidades de seu lugar social. (ZAPPE; RAMOS, 2010)

Os adolescentes acabam por viverem em constantes conflitos, não apenas com a lei, mas, para que estejam em conflito com a lei, primeiro entram em conflitos pessoais e sociais, partindo geralmente de um ciclo, vindo de famílias pobres sem escolaridade, sendo a mulher a provedora desse lar precisando passar o dia todo trabalhando para manter a si e os seus filhos, desencadeando uma série de situações desfavoráveis à formação desses indivíduos, visto que, a não freqüência escolar, assim também como a inserção as drogas são fatores relevantes, pois não dispomos de políticas públicas eficientes que venham contribuir para que essas famílias gozem das

mínimas condições sociais com dignidade.

Uma vez que as famílias não dispõem de recursos que garantam a proteção total a esses adolescentes, passa a ter do Estado esse dever, assim também como da sociedade e, no entanto, nem a família, nem a sociedade e nem o Estado conseguem garantir tais direitos aos adolescentes que se encontram em situações de vulnerabilidade social, faltando a estes educação, saúde, lazer dentre outras políticas essenciais a sua formação, conforme afirmação de SOUZA a baixo:

Estes indivíduos vivem excluídos da sociedade, em situações precárias e más condições de habitação, baixa qualidade de alimentação, faltam de acesso ao mercado de trabalho, ausência de espaços para o lazer, experiências de violência, vítimas da desigualdade social e da pobreza.” (SOUZA, 2015, p. 7)

As problemáticas explícitas na sociedade e que cooperam de forma efetiva mostrando que estas características são acompanhadas de uma classe capitalista dominadora que dita padrões de consumo para além da realidade de sua grande maioria social, mas, que os tornam essenciais a sua existência, contudo, causando cada vez mais desigualdades sociais, visto que, o capitalismo é pautado nessas desigualdades para acumulação de riquezas.

8 Considerações finais

Concluimos que toda pessoa em desenvolvimento, no caso específico aqui o adolescente em conflito com a lei deve estar resguardado pela sociedade, pelos Direitos Humanos, e o ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente) junto ao trabalho feito pela justiça da infância e juventude, nos apontando caminhos e diretrizes de como solucionar ou pelo menos minimizar essas problemáticas na sociedade, assim também com o apoio de equipes multidisciplinares traçando projetos e articulando meios que possam garantir a eficácia das medidas mencionadas para prover a criança e ao adolescente a proteção integral a qual lhes é concedida como direito institucional.

É importante destacar que os adolescentes vulneráveis são as principais vítimas do sistema e da precarização das suas políticas ineficientes e incapazes de garantir os direitos básicos e necessários a estas pessoas em processo de formação, necessitados de cuidados e proteção integral e não de serem marginalizados e discriminados por quem os deveriam proteger, pois não podem contar com sua base principal a sua família por não terem condição de lhes oferecer os seus direitos e garantias necessárias, pois também são vítimas do processo, já a sociedade os vê com olhar de medo e repúdio virando-lhes as costas e fingindo não ser problema seu, enquanto o Estado não oferece condições para mudança de tal realidade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/xjx2y/pdf/assis-9788575412800.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2018.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de; AGUINSKY, Beatriz Gershenson; COSTA, Cândida da; AVILA, Lisélen de Freitas; SILVA, Maria Jacinta Jovino Carneiro da; MARQUES, Selma Maria Muniz. Adolescentes em conflito com a lei e direitos humanos: desafios para implementação do SINASE. **Revista de Políticas Públicas**, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273038>. Acesso em: 1 out. 2018.

SOUSA, Irma Daniele Fortaleza de. **Adolescentes em conflito com a lei: as causas que levam os adolescentes a cometerem ato infracional no Estado do Piauí**. 2015. 26 f. Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social, Revista Fundamentos, V.3, N.2, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. Issn 2317-2754, Instituto Camillo Filho – Icf, Piauí, 2015. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/fundamentos/issue/view/262/showToc>>. Acesso em: 8 out. 2018.

SILVA, Amanda Santos. **De Menor Infrator ao adolescente em conflito com a lei: um estudo sobre o Sistema Socioeducativo**. 2014. 120 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2014. Cap. 4. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17732/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Amanda%20Santos%20Silva.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2018.

ZAPPE, Jana Gonçalves; RAMOS, Nara Vieira. **Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS**. 2010. 9 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia e Sociedade, Faculdade Integrada de Santa Maria, Brasil, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil, 2018. Acesso em: 9 de out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/17.pdf> Acesso em: 29 de outubro de 2018.

Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/>.

Acesso em :29 de outubro de 2018.

Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia.../Consolidacao_Suas.pdf
BRASIL, SUAS: Sistema Único de Assistência Social. julho/2011. Brasília Ministério do Desenvolvimento Social.

ARTIGO

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO CÓDIGO DE ÉTICA

-
- **Catheriny Cavalcanti De Barros**
 - **Edileuza Alfredo Ramos Felix**
 - **Hélia Da Silva**
 - **Jussara Cristina Da Silva Campêlo**
 - **Rosana De Carvalho Calado**
 - **Vitória Fernanda De Carvalho Torres**
 - **Tiana De Jesus Araújo Borba**
 - **Nayara Toscano De Brito Pereira**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão acerca do processo de consolidação do projeto ético político do Serviço Social, analisando-o à luz do código de ética, considerando a aproximação do Serviço Social com o Marxismo e as dimensões do projeto ético político do Serviço Social, que nesse sentido, é de suma relevância destacar as contribuições deste projeto para a categoria profissional. Compreendemos que esse projeto veio consolidar um novo ethos para a prática profissional, caracterizando como um ethos emancipatório. E por fim, explanar as expressivas contribuições acerca dos dois códigos de éticos mais emblemáticos do Serviço Social (1986 e 1993). Ademais, compreende-se que o código de ética encontra limitações para se materializar, mas de fato este se configura como um avanço direcionando os profissionais do Serviço Social a se comprometer nas esferas sociais e políticas com a classe trabalhadora e com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Palavras-chave: Projeto ético político. Código de ética. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como pontos primordiais estabelecer uma análise acerca do processo de consolidação do projeto ético político do Serviço Social: Uma análise à luz do código de ética. Nesse sentido, este estudo vem analisar a importância que as dimensões do projeto ético político tiveram em direcionar os profissionais do Serviço Social para uma nova ética profissional. Compreendendo que foi diante da ruptura com ética tradicional que se institucionaliza os profissionais a se comprometerem com as classes trabalhadoras, bebendo da perspectiva crítica.

Diante da contemporaneidade, foi despertado em nós enquanto estudantes do curso de graduação em Serviço Social, a necessidade de uma melhor compreensão acerca da temática que iremos explanar no decorrer deste artigo. O cenário atua duro e adverso, ou melhor, os expressivos desafios que a categoria profissional se encontra na contemporaneidade foi um dos pontos primordiais para a escolha da temática, compreendendo que é de fato relevante se aproxima de uma forma mais clara dessas discursões que é tão pertinente para a prática e formação profissional do Serviço Social.

Nesse contexto, iniciamos uma discussão acerca da importância do movimento de intensão de ruptura para a consolidação do projeto ético político do Serviço Social e das expressivas contribuições que o projeto trouxe para a formação de um novo ethos profissional, compreendendo que o Serviço Social assume uma posição, sobretudo pautada na defesa intransigente dos direitos humanos.

Nesse sentido, a metodologia desse estudo vai ter como bases a revisão bibliográfica de autores que já discorreram sobre a temática. No seu decorrer irá se aproximar das obras de José

Paulo Netto, Marilda Iamamoto e Maria Lúcia Barraco, assim, utilizaremos para a construção desse artigo o método crítico- dialético.

A discursão deste trabalho traz os principais códigos de ética crítica do Serviço Social, que são especificamente os códigos de 1983 e 1993 respectivamente, além de aprofundar a aproximação da categoria profissional com o marxismo, compreendendo que essas oscilações no perfil profissional são resultado do contexto histórico e também esforço intelectual no decorrer interior da categoria profissional, a fim de aprimorar o fazer profissional, portanto contemporaneamente o Serviço Social não é mais uma profissão caritativa, e sim de base crítica atuando e efetivando de forma concreta a viabilização de direitos.

Assim, é de suma relevância verificar as transformações que o projeto ético político trouxe para o novo perfil profissional, buscando, sobretudo analisar a participação política e nos movimentos populares. Faz-se necessário também, avaliar o projeto ético político do Serviço Social e, sobretudo a dimensão do Código de Ética e se é passível de materialização no contexto contemporâneo.

2 AS DIMENSÕES DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O projeto ético político do Serviço Social tem sua gênese vinculada a um dos momentos mais emblemáticos para a categoria profissional, que foi o movimento de intensão de ruptura, esse momento trouxe o rompimento dos profissionais com o tradicionalismo, vinculados aos interesses da burguesia, abordando a relação entre o Serviço social e a sociedade capitalista.

O Serviço Social tinha por finalidade com o movimento de intensão de ruptura a elaboração de um perfil profissional mais crítico, em que pudessem dar um novo encaminhamento ao exercício da profissão, articulado com as necessidades da classe trabalhadora, ou melhor, o Serviço Social nesse momento ganha um novo modelo de atuação, buscando, sobretudo uma atuação eficaz frente a pluralidade da sociedade.

Desta forma, o Serviço Social se aproxima das referências Marxistas, mas a leitura que os intelectuais faziam de Marx no primeiro momento era do Marxismo vulgar, o que trazia uma visão equivocada dos fatos, levando ao fatalismo ou a perspectiva messiânica, como se o assistente social fosse à única categoria responsável pela transformação da sociedade.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no serviço social não se dar sem incontáveis problemas [...] que se caracterizam quer pelas abordagens reducionista dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico presente no "marxismo" cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o método de B.H. Um marxismo equivocado

que recursou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão (YAZBEK, 2009.p.149).

Nesse sentido, o congresso da virada é um marco excepcional para os profissionais, pois no ano de 1979, ocorreu em São Paulo o III congresso brasileiro de assistente social, que se realizou no dia 23 a 28 de setembro, o mesmo foi realizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) que hoje é denominado como CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. O congresso da virada ocorreu em um período emblemático da história brasileira, estávamos em um período ditatorial, em que parte significativa dos profissionais lutava pela defesa dos direitos humanos e pela restauração da democracia no Brasil.

O congresso teve um significado bastante relevante para construção de um novo perfil na história do Serviço Social, tendo por objetivo, discutir a política social, elaborações e projetos em oposição ao conservadorismo da profissão. De acordo com José Paulo Netto (2015, p.195) “Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, marcado especificamente pelo enfretamento e pela denúncia do conservadorismo profissional”

Desse modo, ao longo de sua trajetória o Serviço Social vai avançando, deixando definitivamente as bases do conservadorismo e se consolidando como uma profissão teórico-mitológica e técnico-interventiva buscando atender as demandas da classe trabalhadora. Essa nova perspectiva da profissão se fortalece especificamente na década de 90 quando o Serviço Social substitui a lei de regulamentação da década de 50 e constrói as novas bases legais da profissão.

A partir da década de 90 com a efetivação da lei de regulamentação da profissão, a categoria profissional constrói as atribuições e competências profissionais, possibilitando os assistentes sociais à compreensão do seu papel na sociedade, trazendo novos métodos de intervenção tendo como finalidade atender de forma eficaz a demanda dos usuários.

A Lei de regulamentação representa uma defesa da profissão na sociedade é um guia para a formação profissional. Enquanto instrumento que normatiza o exercício profissional dos assistentes sociais, foi construída com base na conjugação de princípios ético-políticos e procedimentos técnico-operacionais integrando um conjunto de conhecimentos especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais (IAMAMOTO, 2002,p.45)

Nesse sentido, em 1993 essa lei foi revogada e o Serviço Social passou a ser regulamentado por novas medidas. As mudanças que essa lei implantou no Serviço Social foram

essenciais para uma regulamentação da profissão. Assim sendo, a década de 90 foi marcada por expressivas modificações no perfil profissional emergindo um novo código de ética em 1993 e logo em seguida em 1996 ocorreram transformações que emergiu novas diretrizes curriculares para formação profissionais da categoria.

Os principais motivos que ocasionaram uma revisão nas bases curriculares da categoria foram às novas exigências que era posta aos profissionais nesse dado momento, ou seja, o Serviço Social precisou mudar não apenas sua prática profissional, mas também a suas bases de formação no âmbito acadêmico, ou melhor, se fazia necessário formar profissionais qualificados e comprometidos para atender as demandas dos usuários.

A nova construção traz alguns princípios fundamentais para direcionar o perfil profissional estes princípio é definido através das diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam para os profissionais uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico operativo. Esse novo modelo de ensino é pautado, sobretudo para inserir os profissionais na realidade social.

3 AS CONTRIBUIÇÕES QUE OS CÓDIGOS DE ÉTICA DE 1986 E 1993 TROUXERAM PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

O código de ética de 1986 é resultado de amplo processo de reflexão em conjunto desencadeado no interior da profissão, e foi um momento bastante emblemático para o Serviço social, em virtude da tendência que ele trouxe, isto é, esse código rompeu com as tendências conservadora da profissão e se consolidou como o primeiro código de ética pautado na vertente crítica do Serviço Social.

No geral o código de 1986 apresenta uma ação profissional com caráter político de uma intervenção ética, pelo compromisso com a classe trabalhadora, com a realização dos direitos e a mediação para o atendimento das necessidades sociais. O contexto histórico do final dessa década foi favorável para o avanço na história do Serviço Social, pois o Código de Ética estava em meio à reorganização política da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e da própria categoria profissional (BARROCO; TERRA, 2012,p.23).

As principais diretrizes norteadoras da prática profissional estão expressas neste código sobre a forma de direitos, deveres e proibições visando uma prática profissional eficaz tendo como finalidade articular o exercício profissional com as lutas da classe trabalhadora.

“Esse código traz uma “perspectiva histórica e crítica em que os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFESS, 1986, pag. 31)”. Essa formulação nega a base filosófica tradicional conservadora, que norteava a “ética da neutralidade” e reconhece um novo papel profissional competente teórica, técnica e politicamente.

O código de 1986 em virtude do movimento de intenção de ruptura, apesar de ser importantíssimo ele possui alguns equívocos, pois é fruto de um momento que ainda tínhamos uma leitura enviesada do marxismo, ou seja, os profissionais não liam Marx por Marx e sim por outras fontes, logo após os assistentes sociais perceberem a necessidade em revisar esse código é a partir daí que em 1993 há uma revisão desse código de ética originando nosso atual código de ética.

O código de ética de 1993 indica princípios fundamentais a serem seguidos pelos profissionais no âmbito do seu exercício profissional, e, destacam-se como princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade, a defesa intransigente aos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, o favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional que vise à construção de outra forma de sociedade, ou melhor, esse projeto norteia a busca por uma ordem social mais empática e sem exploração.

Como também a articulação com movimentos sociais, compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação, de classes sociais, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física e mental. (CFESS, 2011).

Nesse seguimento, é necessária a representação de um compromisso do Serviço Social com os grupos vulneráveis e socialmente oprimidos, ou seja, é a partir da efetivação do código de ética de 1993 que os profissionais vão se direcionar de forma ética e eficaz no âmbito profissional com a finalidade de viabilizar direitos independentes, de raça, religião, orientação sexual e etc.

4 O CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 E AS LIMITAÇÕES À MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NO CONTEXTO ATUAL

O projeto ético político é estabelecido, no período histórico de redemocratização, quando o país sai do regime ditatorial ou de autocracia Burguesa como denomina o professor José Paulo Netto no livro “Ditadura e Serviço Social”. Neste período histórico nasce o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que inicia um amplo processo de autorreflexão da profissão, onde especificamente no movimento de intenção de ruptura a profissão abandona o viés da caridade e do conservadorismo e consolida a perspectiva crítica na profissão.

Desse modo, os profissionais se aproximam de um novo direcionamento, graças ao movimento de intenção de ruptura e as três dimensões do projeto ético político. Podemos citar o início da década de 90 como um momento bastante emblemático em virtude da consolidação de

uma nova lei de regulamentação para a categoria profissional, além da consolidação do código de ética de 1993.

O código de ética crítico de 1993, mantém a natureza do código de 1986 com alguns ajustes e possui uma dimensão macro societária, ou seja, visa a construção de uma nova sociabilidade, que se comprometa para a construção de um novo projeto societário, não visando apenas os interesses da categoria, mas sim buscando construir uma realidade para além do capital, que traga liberdade e equidade social, ou melhor, o código de 1993 está em exercício até a atualidade e tem como princípios essenciais a garantia de direitos humanos e uma sociedade justa e igual para todos.

Nessa perspectiva, o código de ética é um dos direcionamentos que os assistentes sociais têm que seguir pautado em deveres dos profissionais tendo como finalidade a viabilização de direitos aos seus usuários. Porém os assistentes sociais na atualidade em virtude da conjuntura social, política e econômica têm limitações na sua prática cotidiana para materializar esses direitos, ou melhor, uma das principais dificuldades em materializar o código de ética na atualidade é o forte impacto do neoliberalismo, associado a expressões reacionárias.

Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético político é sinal de atraso, é marchar na contra mão da história, porém do ponto de vista da história humana é marchar com a grande maioria das massas assalariadas do planeta na construção de uma nova ordem social igualitária e libertária, e aí reside o futuro de nosso projeto ético-político profissional que caminha ao combate ético, teórico político e prático social ao neoliberalismo. (Netto, 1999. Pag, 20)

No geral o neoliberalismo é um modelo econômico que tem um perfil pautado em vertentes contrária aos princípios estabelecidos no projeto ético político do Serviço Social. Dessa maneira, podemos afirmar que as características neoliberais implicam em limitações para a categoria profissional exercer os princípios fundamentais do código de ética.

Porém, se faz necessário que os profissionais tenham clareza que o contexto atual tem suas limitações para a materialização macro do código de ética, mas que não é impossível a efetivação do mesmo. Nesse sentido, os profissionais tem o dever de articular estratégias para superar os rearranjos que a classe dominante constrói, ou seja, a categoria necessita de táticas para executar o código de ética mesmo em um contexto tão frágil e desafiador como é o atual cenário. Portanto resistência é a palavra de ordem.

O contexto atual é um momento repleto de desafios, mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. “É preciso resistir e sonhar é necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia nos horizontes de novos tempos mais

humanos, mais justos, mais solidários”. (IAMAMOTO, 1998, p. 17)

O código de 1993 foi vigorado na década de 90, período bastante simbólico, essa década se destaca em virtude das mudanças no direcionamento da profissão e conseqüente nos desafios que a categoria iria enfrentar para executar os princípios que foram articulados no novo código da profissão.

Os desafios que foram lançados aos profissionais se agudizaram em virtude do modelo econômico neoliberal que começou a ganhar espaços expressivos no Brasil nos anos 90 e vem se consolidando até os dias atuais. O neoliberalismo é um perfil econômico definido justamente pela brutalização das desigualdades sociais, e nessa direção os profissionais de Serviço Social tem a função desafiadora que é justamente se apropriar de mecanismo para resistir à uma ordem social tão desumana.

Segundo Netto (2001,p.42), “o projeto ético político do Serviço Social, nesse constructo encontra-se refletida a autoimagem da profissão, construída a partir da projeção coletiva dos diversos segmentos profissionais, materializada através de um conjunto de componentes legais, técnicos e éticos que buscam constantemente direção para o fazer profissional”. O compromisso dos profissionais, é considerada uma das mais importantes formas de efetivação do projeto, devendo haver o favorecimento dos princípios norteadores do projeto.

Desse modo, é de suma relevância os profissionais conhecerem o contexto atual e buscar por estratégias que objetivem os princípios estabelecidos no código de ética, que se pauta, sobretudo na defesa intransigente dos direitos humanos, além de ter uma visão atrelada a uma ordem societária mesmo desigual. Ademias, compreende-se que os Assistentes social tem um exercício profissional desafiador, isto é, a categoria necessita aproximasse de mecanismos para uma prática eficaz e transformadora, porém reconhecemos que a ordem da sociedade capitalista traz intensos desafios para a materialização de uma prática eficaz.

Portanto, o assistente social, é um profissional qualificado a intervir nas desigualdades sociais promovidas pela classe dominante, denominada as expressões da questão social. Desse modo, a categoria tem como função norteadora um posicionamento ético, político e técnico, orientados pelos princípios e valores do projeto, ainda que encontre dificuldades em materializar o código de ética eles tem como finalidade, buscar favorecer os interesses dos trabalhadores ou tentar mediar os conflitos ocasionados pela classe dominante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ético político do Serviço Social representa um momento bastante emblemático para os profissionais do Serviço Social. Esse projeto foi articulado a partir do Movimento de Intensão de Ruptura, momento em que a categoria rompe com o viés conservador e passa a se atrelar aos referenciais teóricos de Marx com a finalidade de intervir de forma mais eficaz nas demandas da categoria.

As dimensões do projeto ético político veio consolidar uma nova roupagem para a categoria e trouxe contribuições bastante relevantes para o perfil dos assistentes sociais e um novo ethos profissional pautado, sobretudo em novas técnicas de intervenção e também em mudanças expressivas na formação profissional.

Os assistentes sociais são profissionais qualificados para contemplar uma realidade social pautada no pluralismo, ou melhor, as mudanças ocasionadas no Serviço Social tinham como finalidade primordial a execução de práticas profissionais que pudesse englobar os princípios estabelecidos no código de ética de 1993, que se define, sobretudo na defesa intransigente dos direitos humanos e na luta por um modelo de sociabilidade mesmo desigual.

Verificamos ao longo deste estudo que existe uma resistência na execução dos princípios norteadores do código de ética, essa resistência é ocasionada pela ordem econômica e social que vivemos, ou seja, na sociedade capitalista as desigualdades sociais são naturalizadas, desse modo, se faz necessário que os profissionais se comprometam com o projeto ético político em busca de uma nova ordem societária e na efetivação dos direitos de seus usuários.

Para tanto, faz-se essencial que o profissional coloque em prática suas capacidades e habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas. Sendo assim, é pertinente que o profissional se aproprie de estratégias que consiga compreender em alto nível a realidade social e as demandas posta a profissão, buscando, sobretudo realizar uma leitura eficiente das contradições sociais que perpassam o seu cotidiano.

Por último, é importante enfatizar que esse trabalho não se propõe a esgotar a discussão acerca do assunto tratado, portanto, é de fundamental importância que outros estudos que possam continuar as discussões iniciadas nesse artigo, a fim de aprofundar o debate e colaborar na construção de estratégias para materializar o projeto da profissão. Assim, foi bastante relevante essa aproximação mais minuciosa acerca desse projeto que veio consolidar um novo perfil para os profissionais do Serviço Social, e de total relevância para nós enquanto estudantes e futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1986.

CFESS. **Código de ética profissional do assistente social – 1993**. In: BONETTI. DILSÉA, Adeodata; **Serviço Social e Ética: Um convite à nova práxis**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 13 ed. – São Paulo. Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social: E a crise contemporânea, capacitação em Serviço Social**. CEAD, UND, ABEPSS, CFESS- Módulo 01- Brasília-1999.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**, Serviço Social e Saúde, Brasília, CFESS. ABEPSS. CEAD.UNB, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil PÓS-64**. 17° ed.- São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M.C. **Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social: Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília -2009.

ARTIGO

A RELEVÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO COMBATE AO FEMINICÍDIO NO BRASIL

- **Ana Karolyne de Oliveira Gonçalves**
- **Ana Raquel de Souza Soares**
- **Dárdana Monik Oliveira Silva**
- **Maria da Conceição de Oliveira**
- **Maria Izabel Ferreira de Andrade**
- **Stephanie Cristina Silva Nascimento**
- **Tiana de Jesus Araújo Borba**
- **Nayara Toscano de Brito Pereira**

RESUMO

Este artigo é um retrato do Femicídio no Brasil e a sua relação com os direitos humanos, partindo do pressuposto que o país tem um grande índice de homicídios de mulheres. Aborda o machismo, que infelizmente vem ganhando grande proporção no cenário brasileiro, ressaltando que é uma problemática antiga. Aponta também a relação do Femicídio com a Lei Maria da Penha e finaliza apontando o que no com base na produção do mesmo, foi possível para compreender algumas motivações, que, por conseguinte podem ser mudadas.

Palavras-chave: Femicídio. Direitos Humanos. Lei Maria da Penha.

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura brasileira, em que a mulher é colocada em uma posição de inferioridade e em virtude dessa posição surgem outros agravantes, é mais do que necessário debater a problemática do Femicídio articulado com a questão dos Direitos Humanos, uma vez que as informações acerca do Femicídio no Brasil, na atualidade são alarmantes.

Por isso, o presente artigo tem como objetivos analisar o contexto nacional do Femicídio, como este surgiu, além de refletir como os Direitos Humanos têm contribuído para o combate do mesmo.

O presente trabalho é de cunho bibliográfico, pautados especialmente em produções acadêmicas respeitáveis, artigos e revistas. Por esse motivo ressalta a importância, visto que por meio deles é mais fácil compreender e se aproximar da temática trabalhada, pois se tem exemplos de como as pessoas envolvidas lidam com a questão, isso com um olhar de alteridade.

2 GÊNESE E CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Segundo, Galvão (2005), os Direitos Humanos surgem a partir de 1948, em virtude dos desastres que ocorreram na Segunda Guerra Mundial. Todos os países ficaram preocupados com o que aconteceu, assim a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos para evitar que os danos oriundos da Guerra não se repitam e que as pessoas tenham condições básicas para viver. Essa Declaração contém 30 artigos, atualmente é assinada por 192 países e possui como principal objetivo, assegurar a paz, justiça e liberdade.

Os Direitos Humanos possuem uma grande responsabilidade em assegurar a paz, justiça e a liberdade, mas isso não significa dizer que deve ser feito sozinho, pelo contrário, é mais do que necessário a participação da sociedade, visto que é um bem comum.

Os Direitos Humanos discorre sobre direitos fundamentais para o ser humano, sendo estes de caráter universais, ou seja, não há e nem pode haver discriminação em relação, por exemplo, a nacionalidade, etnia e classe social. De acordo com a (ONU), “os direitos humanos são garantias de proteção das pessoas contra ações ou falta de ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana”.

Cabe aos países assegurar os direitos, e há uma fiscalização por meio de grupos/organizações governamentais ou não, instituições dos Direitos Humanos, dentre outros. E quando os direitos são negados/violados, alguns órgãos da ONU também se posicionam, como por exemplo, o Conselho de Direitos Humanos. É válido ressaltar que é difícil o exercício dos Direitos Humanos, mesmo depois de todos esses anos estando em vigor. Muitos países que assinaram a Declaração, inclusive o Brasil, não cumprem com o prometido, isso se dá em sua maioria pelo pouco investimento em políticas públicas, que também asseguram a saúde, segurança e que são direitos de todos.

Embora existam diversos documentos e instrumentos para garantir os direitos humanos, na prática ainda há uma grande dificuldade em tirar esses planos do papel. Segundo o doutor em Filosofia do Direito Bernardo Guerra, o desafio para a eficácia dos direitos humanos está relacionado principalmente à falta de vontade política, muitas vezes sob a justificativa dos altos custos dos investimentos sociais. (SOUZA, 2017).

Sem esses investimentos na área de políticas para a sociedade, a efetivação dos Direitos fica um tanto comprometida, pois existe uma grande desigualdade social o que remete ao fato das pessoas não terem oportunidades iguais, por exemplo, de estudar, tendo muitas vezes que trabalhar para conseguirem se manter, ao invés de estarem em uma escola, o que acontece muitas vezes com crianças.

3 LEI DO FEMINICÍDIO

A conjuntura brasileira tem uma grande parcela se tratando de desigualdade de gênero, sendo a mulher a mais prejudicada.

O assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero recebeu uma designação própria: feminicídio. No Brasil, é também um crime hediondo desde 2015. Nomear e definir o problema é um passo importante, mas para coibir os assassinatos femininos é fundamental conhecer suas características e, assim, implementar ações efetivas de prevenção. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 9)

A Lei do Feminicídio 13.104/2015, diz respeito ao assassinato de mulheres vítimas de violência pelo fato de serem do sexo feminino, é um homicídio qualificado por ser cometido em razão de sexo e hediondo porque se insere no rol de crimes que o Estado repugna em alto nível.

Antes da lei ser aprovada pelo congresso, o crime era considerado como homicídio, hoje, se houver violência de cunho doméstico e/ou familiar, como também ficar óbvio que o assassinato foi por condição do sexo feminino, é designado Feminicídio, portanto é crime e a punição vai de 12 a 30 anos de prisão.

Segundo a advogada criminalista, Luiza Nagib Eluf, Se provado que, antes de matar, o sujeito humilha, espanca, xinga ou estupra, fica evidente que o crime foi motivado pelo gênero da vítima. Geralmente, em quase todos os casos de Feminicídio, o sujeito ativo, ou seja, a pessoa que cometeu o crime, é um homem. O que ressalta a presença exacerbada do machismo e patriarcado.

4 FEMINICÍDIO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

O Brasil é um país onde o machismo ainda é uma estrutura presente e, portanto a luta por igualdade de gênero é necessária, mas é um problema que está enraizado, desde a gênese da formação sócio-histórica brasileira, por isso é um desafio seu combate. A maioria das mulheres ainda são submissas ao marido, por várias questões, intencionando a desigualdade que se denomina pelo patriarcado.

Segundo Costa (2008, P.2):

o patriarcado significa uma organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar e na lógica organizacional das instituições políticas, construídas a partir de um modelo masculino de dominação.

O problema toma uma maior proporção quando se observa que esta, causa também o Feminicídio. Isso se dá por vários motivos, a sociedade, por exemplo, é uma consideravelmente conservadora em sua cultura, na maioria das vezes, é ensinada que o homem deve ser a figura

principal da casa e da sociedade, por conseguinte, e que pode e deve mandar em tudo, inclusive em sua esposa como se a mesma fosse um objeto sem o mínimo valor.

Assim eclodem movimentos sociais em prol da igualdade de gênero, que ressaltam os direitos humanos que as mulheres têm como também existem delegacias exclusivamente para as mesmas, as mídias fazem campanhas para combater a violência existente, mas isso não está sendo o suficiente. Por exemplo, quando uma mulher tem seus direitos violados

De acordo com um mapa apresentado pelo G1 referente a uma taxa de homicídios contra a mulher no ano de 2017, no Brasil, houve 4.473 homicídios dolosos e dentre eles 946 foram crimes de Femicídio, o que equivale a uma média de 12 mulheres assassinadas por dia. A taxa de Femicídio no Brasil é a quinta maior do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de assassinatos no país chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres.

4.1 Femicídio x Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha pressupõe a idéia de medidas protetivas, ou seja, vai viabilizar a mulher os direitos que possui contra as situações de violência que a mesma esteja vivenciando. A Lei contra as situações de feminicídio deve estar paralela a Lei Maria da Penha, uma vez que ambos se complementam, visto que a rede de apoio quando conscientizar a vítima dos direitos e das medidas de proteção será uma forma de combate ao Femicídio. Por isso ressalta-se a importância da denúncia de qualquer que seja a violência que a mulher venha estar enfrentando, lembrando que não é fácil, pois em sua maioria, a mesma depende financeiramente do agressor, e normalmente o ciúme e o ódio tomam conta do sujeito que na mais drástica, comete o Femicídio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência do que foi exposto observamos que o machismo ainda se faz presente na sociedade brasileira e paralelamente responsável por diversas violações de direitos humanos tais como o Femicídio, partindo dos fatos que a mulher é morta por ser mulher, que o sujeito violador em sua maioria é um homem, que a mulher é inferiorizada, embora ela já tenha conseguido conquistar alguns espaços na sociedade, mais isso não significa que a problemática foi superada, pois a sociedade em pleno século XXI ainda valoriza que a mulher seja submissa ao marido, e este, priva a mesma de liberdade na maioria das vezes.

Ou seja, é necessário que haja igualdade de gênero, e isso só pode se efetuar quando houver mudanças no cenário machista e conservador que abrange, infelizmente, uma boa parcela da sociedade brasileira. É necessário que os movimentos sociais continuem na militância, que haja uma educação de teor igualitário, visto que a educação tem o poder de transformar. Que o Estado continue investindo em políticas públicas, que as campanhas apresentadas através das mídias realmente sejam eficazes.

Os Direitos Humanos são de suma relevância para o combate do Femicídio no Brasil, visto que apesar das falhas do sistema brasileiro, falhas estas mencionadas acima, os Direitos são garantias de uma vida ao menos digna, e que se hoje ainda existem pessoas que lutam em prol de igualdade, do combate à violência contra as mulheres e que conseqüentemente conseguiram se livrar dos sujeitos violadores, são graças, sobretudo, aos Direitos Humanos, em virtude de ser um ordenamento jurídico internacional que existe para que situações de barbarização da vida social aconteçam.

REFERÊNCIAS

VELASCO, Clara. CAESAR, Gabriela. REIS, Thiago. Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídios são subnotificados. In: G1. Globo.com, março 2018. Acessado em: 14 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-femicidio-sao-subnotificados.ghtml>.

BRANDALISE, Camila. **Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio**: qual a diferença para a mulher? In: Universa, agosto 2018. Acesso em: 29 out. 2018. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/08/18/lei-maria-da-penha-x-lei-do-femicidio-qual-a-diferenca.htm>>.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ONU BRASIL. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. Organizações das Nações Unidas no Brasil, 2016. Acesso em: 14 out. 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>.

COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres. 2008. Acesso em: 20 out. 2018. Disponível em:

http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2015/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf.

SOUZA, Isabela. O que são os Direitos Humanos?. In: Politize, abril 2017. Acesso em: 29 out. 2018. Disponível : <https://www.politize.com.br/direitos-humanos-o-que-sao/>.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. História dos Direitos Humanos e seu problema fundamental. In. Âmbito Jurídico, outubro 2005. Acesso em: 29 out. 2018. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=176.

ARTIGO

ALIENAÇÃO MORAL E DITADUTA CÍVICO-MILITAR BRASILEIRA

- **Beatriz Duarte Da Silva**
- **Gabrielle Marques De Oliveira**
- **Kellyne Alves Freire**
- **Nathália Gomes De Mendonça Alves**
- **Samara Feitosa Dias**
- **Suellen Eshley Lucena De Almeida**
- **Tiana De Jesus Araújo Borba**
- **Nayara Toscano De Brito Pereira**

RESUMO

O interesse do presente estudo se caracteriza por compreender o processo de alienação moral inserida no contexto da Ditadura cívico-militar brasileira de 1964, para isso será necessária a análise de alguns elementos, como examinar os acontecimentos ocorridos no período militar, assim como os seus impactos sociais. Além disso, pretende-se estudar a gênese da moral, levando em consideração todo o percurso histórico até a sua configuração contemporânea, inclusive a sua cooptação pelo modo de produção capitalista, entendida como moralismo, atrelado aos seus efeitos no contexto do regime ocorrido entre 1964 e 1985. Vale ressaltar que, o moralismo é um aspecto da dimensão conhecida como alienação moral. Dessa forma, a análise foi pautada em pesquisa bibliográfica com a utilização de livros, artigos científicos e sites. Diante do arcabouço teórico que o artigo traz, pretende-se evidenciar para o meio social que as ocorrências cruéis do regime militar, trouxeram consequências aos indivíduos da época e alguns aspectos que perduram até os dias atuais. No que diz respeito à contribuição ao meio acadêmico, é importante estimular a reflexão com o intuito de fazer prevalecer o cuidado com esse conteúdo histórico de modo a tentar evitar, que tal fenômeno volte a acontecer.

Palavras-chave: Comunidade Primitiva. Moral. Alienação Moral. Ditadura.

1 INTRODUÇÃO

A análise da alienação moral inserida no contexto da Ditadura cívico-militar brasileira, baseada na Ética e nos Direitos Humanos, perpassa pela compreensão da moral na comunidade primitiva e capitalista, assim como o estudo da ditadura e o processo de alienação moral interligado a este período. Diante disso, os anos de 1964 a 1985, apesar de ser muito conhecido, é cercado por preceitos derivados do senso comum e pela falta de acesso da sociedade a estudos mais aprofundados perante o assunto de forma crítica e de fontes seguras.

Diante da conjuntura atual de expressões do fascismo na política e no cotidiano, bem como a preocupante ameaça à democracia brasileira expressados em declarações de ódio, disputas ideológicas e confrontos físicos, no qual a perspectiva particular se sobrepõe cada vez mais sobre o todo. Viu-se, então, a emergência da retrospectiva do momento de Ditadura Militar no Brasil, e esta interligação com a corrupção da moral, pois para compreendermos o presente é necessário voltarmos à história passada. Dessa maneira, o estudo e pesquisa desta temática resultam neste artigo.

Além disto, é verificável que a alienação moral é objeto de apropriação da classe burguesa em prol de sua legitimação e hegemonia, e diante do regime militar utilizou-se como método de controle e subjugação diante dos próprios interesses. Não raro, a história se repete, e é necessária a constante defesa da dignidade humana, e análise minuciosa a situações que ameacem sua reprodução ou repetição nos dias atuais.

Desta forma, é imperativa a reflexão da moral e de sua corrupção na ditadura, por reforçar o repúdio a este tempo da história brasileira, bem como a necessidade de perceber o moralismo neste determinado

momento, promove, a quem se permite debruçar nessas questões de base teórica, um melhor entendimento acerca da sociedade. Com isso, a pesquisa que se pauta no aprofundamento desse conteúdo, será do tipo bibliográfico, pois explica opiniões de certos autores assim como estudos relativos à discussão, contendo um caráter qualitativo.

2 ANÁLISE ACERCA DA ORIGEM DA MORAL

Para compreender-se de forma densa a ligação existente entre a alienação moral e o contexto do regime militar de 64 é necessário, portanto, ter em mente que a moral tem suas protoformas no período inicial da sociabilidade humana, e que com seu aperfeiçoamento no decorrer dos avanços no interior da sociedade tornou-se a normatização conhecida atualmente.

2.1 O surgimento da comunidade primitiva

Durante a sociedade primitiva, especificamente no período em que os seres humanos eram nômades, os mesmos não tinham um espaço fixo onde viver ou obter seus bens de subsistência, por isso viviam migrando para outros locais em busca de alimentos promovidos pela própria natureza, vivendo de forma instintiva. Dessa forma, existia uma enorme dependência para com o meio natural. Entretanto, através do trabalho ontológico o indivíduo adquire independência, através da transformação da natureza para atender suas necessidades e paralelamente este processo contribuiu para sua autotransformação, que em um primeiro momento começou a ser alcançados com a construção de utensílios rústicos, como pedaços de ossos, pedaços de madeira e pedras, que com o tempo foram sendo aprimorados.

[...] enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações - cada vez mais articuladas -, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Desse modo, sem deixar de se relacionar com a natureza – pois precisa dela para se manter vivo –, vai moldando sua natureza social (BARROCO, 2008, p.19).

Através da transformação da natureza para atender às suas próprias necessidades e a descoberta da agricultura houve grandes avanços para esses indivíduos, pois o homem passou a encontrar um lugar específico para viver, obter sua alimentação e tudo o que era produzido passava a ser de consumo coletivo. Ademais, a desigualdade social era inexistente, mas o grande problema que encontrariam seria a convivência em grupo, pois será através da agricultura que se funda a comunidade primitiva, ou as protoformas da sociedade.

Convém lembrar que, chama-se de comunidade primitiva essa primeira forma de integração social, num primeiro momento ainda caótico, pois ocorria a ausência de regras de comportamento e a liberdade era radical, subordinando o homem a guerra de todos contra todos, assim para evitar, então, a possibilidade

de extinção da raça humana, foram criadas as regras de comportamento ético-moral e a primeira delas foi a Lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”. Pensava-se que tal lei/regra traria eficácia para o meio, porém o que realmente ocorreu foi o surgimento de uma sociedade sequelada, pois pela lei cada indivíduo retribuía ao outro, que o fizera mal, na mesma moeda.

Por meio da agricultura e de seu avanço passaram a produzir muito mais do que necessitavam para atender às suas necessidades, e algumas comunidades passaram a ter mais produtos do que outras, impulsionando a troca de produtos entre elas, construindo assim, as formas básicas de comércio, mas, isso também trouxe à tona a desigualdade que influenciava a ocorrência de guerras, em que os capturados passaram a ser tratados como escravos e a produção que visava o coletivo passaram a ser controlada, pertencendo em sua maior parte aos mais poderosos.

[...] O principal resultado desses avanços foi uma produção de bens maior que a necessária para a subsistência imediata. Surgiu o excedente econômico, que nada mais é que a diferença entre o que aqueles que realizam o trabalho produzem e o que é preciso para satisfazer as necessidades imediatas da comunidade (SOUZA; MENDONÇA, 2017, p. 5).

A sociedade primitiva estava se tornando mais complexa, e a propriedade privada já era uma realidade em seu meio, o que favorecia ainda mais a exploração do trabalho escravo, pois quem tinha muitos produtos queria manter seu alto volume através da dominação do homem pelo homem. Assim, as regras de comportamento ético moral, passaram ser mais complexas, em virtude da própria complexidade da sociedade e para evitar situações mais graves, passaram a ter a necessidade de serem mais rigorosas.

3 COMPREENSÃO À RESPEITO DA CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL

A constituição do ser social não ocorreu de forma rápida, se deu em torno de milhões de anos atrás no momento em que deixou o intercâmbio imediato e instintivo com a natureza, passando-se a transformá-la e a conviver uns com os outros na sociedade primitiva, dando origem à ética e às formas iniciais da moral.

3.1 O sujeito ético-moral e a normatização

A partir do momento em que o ser humano deixa de ser dependente da natureza e passa a transformá-la para atender às suas carências ele caminha em direção à construção do “novo ser”, do ser social, que ocorre através da ética, que só existe na interação entre os indivíduos. Na transformação da natureza o homem também se transforma, pois esse trabalho, chamado ontológico, realizado apenas pelo homem, cria necessidades que antes eram inexistentes e possibilidades de escolha, ou seja, a liberdade. O trabalho ontológico traz consigo a capacidade teleológica, pois só se exerce a transformação quando há uma reflexão acerca do que irá ser feito.

[...] o trabalho não se realiza sem a capacidade teleológica do homem, ou seja, sem a projeção ideal de finalidades e dos meios para a sua efetivação, sem um determinado grau de cooperação, de certas formas sociais de comunicação, tal como a linguagem articulada, sem um nível de conhecimento e de domínio sobre a natureza, entre outros aspectos (BARROCO, 2008, p. 24).

Com o surgimento da comunidade primitiva ficava claro a dependência entre os homens para exercer com eficácia seu trabalho e através disso ocorria a ética e a atuação da moral. O sujeito ético-moral é aquele que age de forma consciente, sabendo que por conviver em grupo, seus atos podem gerar consequências positivas ou negativas para os outros, devendo assim ser responsável por eles, e esse ato de pensar no próximo pressupõe a existência do respeito e da alteridade, que se liga à ética objetivada na saída do “eu” centrada na lógica do “ser humano egoísta” para a construção do “nós” voltado ao “ser humano genérico”.

O sistema de normas de comportamento originado na comunidade primitiva tinha como objetivo a integração e preservação da vida coletiva. A partir das modificações sofridas ao longo do tempo, este conjunto de regras deixou de significar apenas a manutenção da espécie, passando a controlar os impulsos humanos, baseados em suas paixões, visto que os recursos não são mais pertencentes a todos, mas há uma divisão entre eles, o que gera desigualdade, rivalidade, conflitos e divergência de valores.

Na sociedade de classes, já não é possível uma unidade em torno de valores e necessidades comuns a todos os membros da sociedade [...] Nesse contexto, tendo em vista a existência de valores heterogêneos, a possibilidade de transgressão, por parte dos indivíduos, das normas morais e dos costumes dominantes e a presença de códigos morais alternativos, a moral se revela como exigência de subordinação dos indivíduos singulares [...] (BARROCO, 2008, p. 61).

Por fim, fica claro a importância do ato consciente, deve-se pensar antes de agir e ter autocontrole sobre as ações realizadas para com o outro, materializando o respeito e a alteridade, que se define por observar o outro pelo que ele é.

4 A APREENSÃO DA MORAL E ALIENAÇÃO MORAL

Para o entendimento deste, torna-se necessário compreender as experiências vivenciadas em torno da moral em contextos históricos completamente distintos, como a comunidade primitiva e o advento do excedente econômico, assim como, compreender suas metamorfoses e a sua corrupção vivenciados ao longo deste processo.

4.1 A moral na comunidade primitiva

Como já dito anteriormente, as relações sociais na comunidade primitiva existiam de forma que quase não havia a individualidade, pois nesse contexto os indivíduos eram subordinados ao coletivo. A moral naquele momento agia com princípios de solidariedade, buscando a defesa e proteção do povo, pensando no bem comum, com a finalidade de integração social da coletividade.

Esta protoforma de organização social dá a moral a descrição de costume, podendo ser comparado a um livro não escrito de condutas, hábitos e comportamentos, que objetivam oferecer norteamento à consciência moral dos indivíduos e aos seus parâmetros de valor.

Diante das limitações econômicas e sociais da época primitiva, a comunidade vivenciava valores praticamente homogêneos, sem que isso causasse um conflito social ou moral, ao contrário do que ocorre na sociedade de classes, mas que representou grande limitação na possibilidade de ações morais, dado que não havia a possibilidade de escolha devido à inexistência da individualidade.

4.2 A moral na sociedade capitalista

Com o desenvolvimento da sociedade e a passagem da comunidade primitiva para o meio capitalista de produção, o sistema normativo toma formas distintas do que era vivenciado no período primitivo, pois agora, com a entrada da propriedade privada, da sociedade dividida por classes e da divisão social do trabalho, a moral toma novas formas, que evidenciam o seu caráter de surgimento a partir das necessidades históricas dos homens.

Neste novo modelo de sociedade, torna-se necessário a legitimação de valores e normas de comportamento, para as novas exigências de integração social, influenciadas pela orientação do *ethos dominante*. Neste modelo societário, a moral assume formas heterogêneas, considerando agora, as diferenças reais entre os indivíduos e a existência da individualidade.

A moral passa a ter uma forma operacional, com o objetivo de atender às necessidades da produção e de sua reprodução, formulada pela sociedade capitalista como sistema de exigências, considera-se também a possibilidade de mobilização por parte dos indivíduos contrários a este sistema.

Diante disso, as normas, agora, adquirem a autonomia e são repassadas de forma ideológica, através de valores que conservam as normas postas pela ordem social dominante, voltadas ao objetivo de legitimação e a justificativa da mesma.

Quando surge a sociedade de classes e seus antagonismos, fundados na propriedade privada, na divisão social do trabalho, e na exploração do trabalho, a função normativa da moral adquire uma relativa autonomia em face de outras funções; assume formas ideológicas e, através de várias mediações, contribui para a veiculação de modos de ser, de valores e costumes que justificam a ordem social dominante e suas ideias (BARROCO, 2006 p. 62).

Com isso, a expressão da liberdade, vivenciada na sociedade capitalista, torna, agora, quase

inexistente a coletividade. Esta dinâmica permite que o indivíduo se volte apenas para suas necessidades singulares, que oferece aos indivíduos um caráter egoísta, já que se dirigem à interiorização e a valores que não permitem a observação crítica e consciente das consequências dessas escolhas aos outros indivíduos. Decorrente da ausência de conhecimento crítico suficiente e pelo individualismo exacerbado, deixando de representar uma ação moral pela falta de consciência na análise de seus comportamentos, torna-se, assim, uma alienação moral, desembocando, inclusive, em discursos preconceituosos.

4.3 A alienação moral no âmbito capitalista

Dada à dinâmica do exercício da moral na sociedade capitalista, que assume formas ideológicas na intenção da sua reprodução e manutenção deste modelo produtivo, ocorre a alienação moral, trata-se da manipulação que estas formas ideológicas assumidas no capitalismo exercem sobre os indivíduos, como exemplo: a mídia, o governo e a própria sociedade.

Evidencia-se a perda da possibilidade de um pensamento crítico e o interesse a respeito do que convém a ele e aos outros. Assim como, há a ausência da autonomia e a interiorização dessas formas ideológicas, a partir das condutas massificadas sugeridas pelo modelo de produção capitalista.

Uma das dimensões que a alienação moral traz consigo é o moralismo, que significa criar preceitos, geralmente negativos e estereotipados sobre um grupo ou sobre algo, nos distanciando e nos fazendo temer o que é diferente. Assim, impossibilita a verdadeira sociabilidade e a integração social de forma efetiva.

[...] também se expressa através do moralismo, modo de ser movido por preconceitos. Devido ao seu peculiar pragmatismo e sua ultrageneralização, o pensamento cotidiano é facilmente tentado a se fundamentar em juízos provisórios, ou seja, em juízos pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre pensamento e ação (BARROCO, 2006 p. 72).

Mediante o exposto, a visão do outro, especialmente de um ser que diverge dos seus padrões de normalidade, passa a ser visto com diferença e intolerância. Como também, tem o auxílio dos estereótipos já adequados ao diferente e a generalização que é dada pela sociedade, no modo de produção capitalista, quando um sujeito aparece como singular, enfatizado pelo “eu”, em contraste com os demais.

5 DITADURA CÍVICO-MILITAR BRASILEIRA

O regime que antecedeu a ditadura foi o governo de Jânio Quadros, em 1961, que tinha a intenção de melhorias para o Brasil, como conter a inflação, controlando os gastos públicos, porém nesse período o poder de governo foi tomado por uma perseguição na política, causando sua renúncia. Após o acontecido,

o governo que deu início ao sentimento de querer implantar a ditadura cívico-militar brasileira foi sob o comando de João Goulart, que tinha como proposta as Reformas de Base, ou seja, queria uma estruturação nos setores econômicos e sociais, que foi vista pelos opositores como uma ameaça por terem receio de sua ligação ao comunismo.

5.1 Compreensão acerca do período militar

A ditadura no Brasil teve início com o golpe militar no dia 31 de março de 1964 e perdurou por 21 anos, houve uma articulação da sociedade burguesa com o intuito de tirar João Goulart do poder, pois estava em um período de desajustamento econômico com uma alta inflação, além de que eles argumentaram que poderia ocorrer uma possível revolução comunista tomando conta do Brasil, pois o mundo estava vivendo em um contexto de Guerra Fria. A partir disso, os militares conduziram a política no país, ficando marcado na história brasileira uma época de coerção e força militar.

[...] Impôs-se abertamente pela força das armas, valeu-se da coerção e da violência, restringiu aos limites dos poderes políticos mais elementares, impediu alternância no poder e no governo, criminalizou a atividade oposicionista, tornou o terror uma política de estado, feriu os direitos humanos fundamentais e renegou tanto as instituições jurídicas reconhecidas consensualmente como democráticas e legítimas quanto à própria retórica. [...] (NETTO, 2014, p. 83)

Diante do mencionado, os militares junto à burguesia e o poder executivo, instauraram por meio das práticas dos Atos Institucionais, que eram medidas com a força da lei imposta pelo governo, sem que a população, o poder legislativo ou judiciário tenha sido consultado, colocando-os em prática, sendo uma época marcada por torturas, autoritarismo e censura. Por meio deles, os militares Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e João Figueiredo tomaram o poder, em muitos dos momentos sem aval do Congresso Nacional.

De 1964 a 1978 foram decretados 17 Atos Institucionais que transformaram a Constituição, dentre eles segue os principais: o AI-1 e AI-2, que transferiram poder aos militares suspendendo por 10 anos os direitos de políticos e de dezenas de pessoas, além da extinção dos partidos políticos, e foi adotado o bipartidarismo, representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) representado pelos opositores. Em seguida o AI-3, que estabeleceu eleições indiretas para governadores dos estados, visando dificultar a entrada de candidatos da oposição ao poder.

Convém lembrar que, o AI-4 foi a legitimação da Constituição de 1967 através de uma convocação, a fim de institucionalizar a ditadura no Brasil. No governo de Costa e Silva, em que a situação do país era vivenciada por uma onda de protestos sindicais e estudantis, na mesma proporção, aumentava o

autoritarismo e a repressão, que para serem contidos, foi decretado o AI-5, o qual foi o mais radical, opressor e severo, que promoveu a suspensão do habeas corpus em casos de crimes contra a Segurança Nacional, a regulação das manifestações artísticas pela censura, o impedimento ao livre acesso às informações de natureza pública e autorizou perseguição aos opositores, ferindo de morte a garantia dos direitos humanos.

A articulação da política pelo alto, mais conhecida como decisões tomadas pela classe social burguesa, objetivava estabelecer controle sob o país, por meio de tomadas de poder, inibindo a democracia e direitos básicos, como a participação popular.

6 EXPLICITAÇÃO DAS FORMAS DE ALIENAÇÃO MORAL

Convém lembrar que, na comunidade primitiva, a moral surge como garantia da sobrevivência e integração social do coletivo. Contudo, com a divisão social do trabalho e advento da propriedade privada, a complexidade da nova estrutura social exige novos mecanismos para a manutenção da ordem e a moral passa a possuir essa função. Porém, as normas não funcionam em sua totalidade e de modo concreto, diante da contradição inerente ao sistema capitalista. Com isso, seu uso ideológico é utilizado em prol da legitimidade da dominação burguesa na sociedade.

É nesse sistema que a moral pode ser corrompida, denominada como moralismo, ou alienação moral, e as suas formas ramificam-se a partir do preconceito e da intolerância. No sentido que, o indivíduo, ao adotar uma percepção acrítica e ao não visar o bem comum, com atitudes individualistas e impositivas, distorce seu pensamento contra o outro e suas diferenças. Segundo Barroco, “o preconceito é uma forma de alienação moral, estreitando as possibilidades do indivíduo de se apropriar de motivações que enriqueçam sua personalidade.” (BARROCO, 2010, p.74). No cotidiano, se expressa em diversas questões da dimensão da vida humana, como a cultura, orientação sexual, cor de pele, religião e filosofia. É notório que a sociedade reproduz esses comportamentos, inclusive o Brasil vive e o vivenciou intensamente no Regime Militar.

[...] A intolerância é uma atitude preconceituosa baseada na paixão; logo, uma desmedida. Tantas outras ações dogmáticas são reproduzidas moralmente, baseadas em atitudes de amor ou ódio (BARROCO, 2010, p.74).

Assim, ser preconceituoso está diretamente ligado à intolerância, pois o preconceito desencadeia esta, como um reflexo da alienação moral, em que o indivíduo reproduz por meio de ideologia e atitude. Tal situação vem se perpetuando e sendo naturalizada. No entanto, a sua realização ou não dependerá da forma como os valores são colocados na história, além da criticidade de cada um perante a moral e a sociedade.

6.1 Inserção da alienação moral na ditadura militar

A articulação da alienação moral no âmbito da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) se deu através da violação dos princípios básicos da democracia como forma de combater as ameaças ao poder e suspeitas de ideologias comunistas e ou subversivas. Diante do exposto, os atos institucionais (AI) caracterizaram esse período.

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” (FAUSTO, 2010, p. 465).

A utilização da força, violência, prisão, repressão e tortura, foram afirmadas pelos Atos Institucionais, bem como a implementação do bipartidarismo (MDB e Arena), que objetivou fortalecer o governo e dar uma ideia de legalidade. Também se destaca a censura, para garantir os interesses do governo militar e impedir que ideias contrárias fossem disseminadas, manipulando o pensamento.

Como relata Boris Fausto (2010, p.480), “estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicações; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo”. Logo, os indivíduos dificilmente poderiam agir criticamente, e estavam sujeitos a uma moral corrompida, em outras palavras, a materialização da ética ou da moral foi absolutamente impossibilitada no período da ditadura militar, uma vez que qualquer prática ou discurso questionador era duramente reprimido e até havendo a possibilidade de eliminação das pessoas. Assim a ditadura militar instituiu o terror como política de Estado e, portanto, inviabilizando qualquer prática de aprimoramento da convivência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidenciou-se que a origem moral do indivíduo passou a ser constituída através da capacidade do homem de transformar a natureza para atender às suas carências, havendo a necessidade de criar regras de comportamento para conter seus instintos agressivos.

Ademais, a moral na comunidade primitiva agia com princípios de solidariedade, com o objetivo de oferecer norteamento, já na sociedade capitalista, a moral toma forma individual, influenciada no modelo societário operacional, existindo, assim, a sua alienação diante dessa sociedade, ou seja, uma manipulação ideológica a respeito de si.

Portanto, compreende-se que na ditadura cívico-militar a alienação moral tomou posse de todo o processo favorecendo o pensamento moralista militar e burguês, que trouxe consigo as formas de moralismo, expressas através da violência, intolerância e incorporadas na quebra de direitos. Dessa maneira, percebe-se a importância de tal estudo, repreendendo veemente este processo de opressão,

exigindo a proteção da democracia na República Federativa do Brasil.

Conclui-se, assim, a análise das facetas do moralismo implementadas no processo de Ditadura, de modo a afirmar que todos os mecanismos utilizados representam formas de subjulgação e manipulação das massas em troca da dominação de um único interesse e classe: conservadorismo e burguesia. Com o entendimento que este período da história viabilizou a alienação, aclama-se que situações iguais ou semelhantes capazes de incentivar a sua reprodução sejam descartadas de todo e qualquer projeto de Estado e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Romildo. **A comunidade primitiva**. Disponível em: <<http://profromildoalves.blogspot.com/2011/05/comunidade-primitiva-os-primeiros.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.
- ANGELO, Vitor. **História do Brasil Bipartidarismo**: Sistema vigorou durante a ditadura militar. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/bipartidarismo-sistema-vigorou-durante-a-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SIMAO, Ingrid Lopes. Trajetória da Ditadura Militar no Brasil**. Artigos.com. **Mato Grosso do Sul, ago. 2015.**
- SOARES, Manuelito. **A alienação moral e o ser-para-outros**. Disponível em <<http://profmanuelito.blogspot.com/2013/06/alienacao-moral-e-o-ser-para-outros.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- SOUZA, Diego de Oliveira, MENDONÇA, Henrique Pereira Freitas de. Trabalho, ser social e cuidado em saúde: abordagem a partir de Marx e Lukács. **Interface - comunicação, saúde, educação**. São Paulo. v. 21. n. 62. jul/set. 2017.

ARTIGO

ÉTICA E DIREITOS: UMA ANÁLISE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO

- **Amanda Alves da Silva Guedes**
- **Joania Lorena Barbosa Felix**
- **João Batista Araújo dos Santos**
- **Juliana Gleice da S. G. Nascimento**
- **Natália Pereira dos Santos**
- **Samela Silva dos Santos**
- **Tiana De Jesus Araújo Borba**
- **Nayara Toscano De Brito Pereira**

RESUMO

O envelhecimento da população é um fenômeno natural que vem crescendo nas últimas décadas, ganhando um impacto muito maior em países em desenvolvimento, em virtude da precariedade das estruturas estatais. No Brasil em particular, isso vem sendo observado pelas ocorrências de demandas sociais e da previdência, que conseqüentemente vem sendo sucateada pelo modelo neoliberal. Quando se fala sobre a população idosa e seus direitos, está se falando também em direitos humanos, os quais devem ser assegurados pelo Estado, através de políticas públicas que proporcionem condições de segurança e de uma qualidade de vida digna aos idosos. Diante das reflexões filosóficas acerca da ética, os indivíduos compreendiam que faziam parte de uma sociedade mesmo sendo livres, uma vez que as reflexões possuíam forte influência sobre o modo de vida na época. Estas reflexões levaram o indivíduo a uma concepção ou seja, uma compreensão do homem sobre si mesmo, sobre seu papel na realidade societária. Atualmente, de acordo com a Organização das Nações Unidas – (ONU), os Direitos Humanos são um conjunto de garantias e valores universais que possuem o objetivo de garantir a dignidade do ser humano, definido como conjunto mínimo de condições de uma vida digna. Com o decorrer do percurso histórico foi criado também o Estatuto do Idoso que se configura como um conjunto de regramentos, com a finalidade de garantir e ampliar os direitos de pessoas com mais de sessenta anos, que se encontra em vigor desde 2004, resultado de reivindicações de várias entidades espalhadas pelo país. De certa forma, o Estatuto atende ao clamor da sociedade que percebeu a importância e necessidade de se proteger e fomentar melhor qualidade de vida dos idosos

Palavras-Chave: idoso – Estatuto – Ética – Sociedade – Políticas – Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno natural que vem crescendo nas últimas décadas, ganhando um impacto muito maior em países em desenvolvimento, em virtude dos níveis de desigualdade social e precariedade nas estruturas estatais de atendimento à população. No Brasil em particular, isso vem sendo observado pelas ocorrências de retrocessos sociais na previdência social, uma vez que propostas de projetos para sucatear a previdência constam em pautas importantes no país.

De acordo com os levantamentos realizados pelo Ministério da Saúde por vários anos, sabe-se que nas próximas duas décadas a população idosa no país irá dobrar, aumentando os desafios sociais dentro deste contexto. Existe o reconhecimento por parte da sociedade de que os direitos da população idosa devem ser preservados, por essa razão se faz necessário a luta pela preservação dos direitos humanos da pessoa idosa.

Portanto quando se fala sobre a população idosa e seus direitos, está se falando também em direitos humanos, os quais devem ser assegurados pelo Estado, através de políticas públicas que proporcionem condições de segurança e de uma qualidade de vida digna aos idosos.

O conceito de Direitos Humanos, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outro tipo, origem social, nacional, de nascimento ou riqueza. Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana (ONU, 1948).

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (ONU, 1948). Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Assim, os direitos humanos nada mais são do que os direitos inerentes a todos os seres humanos, independente de quaisquer de suas condições

O Estatuto do Idoso é um documento que regula os direitos assegurados às pessoas com idade superior a sessenta anos. O Estatuto assegura o acesso às condições dignas de vida bem como estabelece diretrizes para que isto ocorra de forma efetiva.

Este trabalho apresentará a origem da ética até a discussão na contemporaneidade, bem como os direitos humanos serão fundamentados e relacionados com a ética e por fim discutiremos os avanços e limitações do Estatuto do Idoso.

O trabalho não pretende esgotar o debate, mas sim possibilitar à abertura de uma discussão salutar acerca dos direitos dos idosos, não só para tomar-se conhecimento da composição deste Estatuto, mas também para levar a uma reflexão crítica da realidade em que está inserida a sociedade contemporânea.

2 A GÊNESE DA ÉTICA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

A Ética tem origem a partir das reflexões sobre a conduta do indivíduo em sociedade, na Grécia antiga desde antes de Cristo, sendo impossível precisar uma data, mas sim uma fase onde esta preocupação ganhou evidência e foi transcrita por filósofos da época.

Os gregos associavam a ética à ideia de moral e cidadania, era uma necessidade da sociedade naquela fase em que se encontrava em desenvolvimento, que houvesse harmonia, honestidade e fidelidade entre os cidadãos. Buscava-se na filosofia algo que norteasse o comportamento dos indivíduos para estabelecer um padrão de convivência harmônica em sociedade.

Contemporaneamente avançamos na discussão da ética, a partir da reflexão de Lukács a respeito da mesma, assim o filósofo húngaro nos orienta que a ética parte da ontologia do ser social, onde o homem ao transformar a natureza também transforma a si mesmo, deixando a mediação instintiva com a natureza e passando a fazer uso da razão e com ela a criação de normas de comportamento ético-moral.

O que se desprende de uma observação do cotidiano da contemporaneidade é que a ética caiu em desuso, o comportamento é desnordeado, em virtude de todo o processo de alienação moral apregoado no âmbito da sociedade capitalista.

Após confrontar a ética em sua origem e na contemporaneidade percebe-se a importância de compreender as necessidades do indivíduo no cotidiano da sociedade, relacionando-a aos direitos de cada indivíduo enquanto cidadão, conhecendo e reconhecendo os seus limites, bem como o acesso ao bem estar social do indivíduo através de políticas públicas, principalmente na velhice onde tal fase impõe limitações.

3 OS DIREITOS HUMANOS E SUAS FUNDAMENTAÇÕES

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), “Direitos Humanos são um conjunto de garantias e valores universais que possuem o objetivo de garantir a dignidade do ser humano, definido como conjunto mínimo de condições de uma vida digna.”

O conceito destes direitos tomou diversas formas durante o percurso da história, alguns acontecimentos foram bastante importantes para que ocorresse uma evolução. Como por exemplo, a declaração de liberdade dos escravos e de igualdade humana durante o reinado Ciro, Rei da Pérsia (governou por volta de 500 a.c), A declaração de Direitos da Virgínia (EUA - 1776), a declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão (França – 1789), e a criação da própria ONU em 1945, logo em seguida foi realizada a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): fonte: Unidos pelo direitos humanos

Algumas das principais características destes direitos são: Garantir a dignidade dos seres humanos, válidos para todos sem discriminação. São relacionados entre si: um pode afetar o outro. São indisponíveis, ou seja, uma pessoa não pode abrir mão de seus direitos e são Imprescritíveis, não possuem prazo ou validade.

Os direitos humanos estão presentes em diversas Leis, tratados, acordos internacionais e convenções, além de ser dever de cada Estado legislar para que esses direitos sejam respeitados e exercidos de forma a garantir a dignidade e cidadania do seu povo.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), o artigo 5º deixa claros os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros, sendo alguns deles: Igualdade de direitos e deveres entre mulheres e homens; Proibição de Tortura e tratamento desumano; Liberdade de pensamento, de crença e de religião; Proibição de censura; Proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem; Sigilo telefônico e de correspondências; Liberdade de escolha de profissão; Liberdade de locomoção dentro do país; Direito de propriedade e de herança; Acesso garantido a justiça; Racismo, tortura e tráfico de drogas são crimes inafiançáveis; Proibição de pena de morte; Nenhum brasileiro pode ser extraditado.

Percebe-se uma diversa quantidade de direitos garantidos e fundamentais ao cidadão brasileiro, porém, estes não se limitam, podem ser alterados, outros podem ser inclusos, de acordo com a necessidade e transformações sociais sofridas, uma vez que as Leis devam se adequar as necessidades da sociedade.

4 ESTATUTO DO IDOSO: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

Pode se entender como Estatuto do Idoso um conjunto de regramento, com a finalidade de garantir e ampliar os direitos de pessoas com mais de sessenta anos, que se encontra em vigor desde 2004, resultado de reivindicações de várias entidades espalhadas pelo país. De certa forma, o Estatuto atende ao clamor da sociedade que percebeu a importância e necessidade de se proteger e fomentar melhor qualidade de vida dos idosos.

Há nesta fase de vida (a partir dos sessenta anos) uma fragilidade maior dos indivíduos, devido a limitações físicas, socioeconômicas, etc. Uma das determinações do Estatuto do idoso é que sejam criados mecanismos informativos de caráter social sobre o envelhecimento.

O Estatuto mesmo representando um avanço no sentido de fomento de políticas públicas de inclusão dos idosos, não existe ainda prioridades de implementação destas políticas nem há fontes de recursos financeiros para isto. Sendo esta uma das barreiras no que tange o alcance dos idosos da população em geral. (ALCÂNTARA, 2016)

É sabido que o Estatuto do idoso tal qual qualquer outro documento semelhante sofre modificações ao longo do tempo porque se busca adequá-lo da melhor forma ao cotidiano da sociedade, variáveis demográficas, sociais e econômicas interferem diretamente neste processo de adequação do regramento do Estatuto.

Não há medidas que contribuam efetivamente para auxiliar a família a cuidar do idoso dependente, seja em hospital ou domicílio. Cuidados também relacionados aos serviços de saúde que possam proporcionar mais dignidade e manutenção da vida do idoso. (ALCANTÁRA, 2016)

Destacam-se como pontos fortes, a valorização do idoso pela existência do próprio documento, ao qual chama a sociedade para prestar mais atenção nos idosos e nos cuidados que estes requerem, uma vez que esta fase da vida chegará para todos, salvo os que morrerem antes.

Outra contribuição bastante importante foi a do ordenamento jurídico que o documento passou a fornecer aos idosos. O Artigo 4º do Estatuto do Idoso, determina que todos estão obrigados a prevenir a ameaça ou violação dos direitos do idoso e aqueles que não cumprirem com esse dever serão responsabilizados, sejam pessoas físicas ou jurídicas (empresas, instituições, entidades governamentais etc.). Esta responsabilidade não é apenas criminal, mas também civil. Paralelamente o Artigo 6º do Estatuto do Idoso estabelece que: “Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.” (Brasil, 2003)

O Artigo 5º do Estatuto do Idoso refere-se à punição do cidadão omissivo, implicando o dever do mesmo de pagar indenização por ameaça ou violação aos direitos do idoso como se assim o estivesse praticando, visando assim responsabilizar os casos permissivos de maus tratos aos idosos ou qualquer violação de seus direitos.

Ainda há o que aperfeiçoar no Estatuto, porém caminha-se prosperando gradativamente e preservando a dignidade da pessoa humana, ainda mais em uma fase tão frágil de vida. O intuito é poder ofertar melhores condições de vida, de acessibilidade, mobilidade, segurança, saúde e respeito aos idosos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática abordada é rica em elementos para diferentes tipos de discussões e abordagens, contribuindo assim para a formação de uma mente questionadora, reflexiva acerca da sociedade contemporânea, dos conceitos básicos de moral, de ética e também da importância da criação de regramentos que norteiam nossa conduta e preservam nosso relacionamento em sociedade. Como foi o caso da criação do Estatuto do Idoso.

O abandono ao idoso no Brasil se intensifica na precariedade da assistência prestada pelo Estado. Muitas das vezes sabemos que nossos idosos são excluídos de tudo, só que isso só ocorre devido a falta de consciência, se pararmos para pensar que futuramente todos ficaremos velhos, procurariamos dar valor a convivência com idosos. Muitas famílias levam os idosos para morar em asilos e muitas das vezes quando eles chegam lá são tratados como animais.

São considerados idosos pessoas com idade igual ou acima de 60 anos, o estatuto existe para que essas pessoas não caiam no esquecimento, e que tenham direitos estabelecidos como: recebimento gratuito de medicamentos, prioridades em processos judiciais, desconto mínimo de 50% em ingressos de atividades culturais e de lazer, assentos prioritários em transportes públicos e entre outras preferências.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira, CAMARO, Ana Amélia, GIACOMIN, Karla Cristina. Política Nacional do Idoso, velhas e novas questões. Rio de Janeiro. IPEA, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 05 out. 1988. Seção 1, p. 1.

_____. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>, acesso em: 05/10/2018

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

TRASFERETTI, J. Ética e responsabilidade social. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

ARTIGO

O SILENCIO DOS TÉCNICOS EM SERVIÇOS SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AS FAMÍLIAS DOS SÓCIOEDUCANDOS

➤ **Marcia Teresa Dos Santos**

RESUMO

Embora pareça viável a relação das famílias dos adolescentes infratores com os CREAS, ainda são apresentadas lacunas que impedem com que o adolescente no cometimento do ato infracional e o flagrante não encontrem o apoio necessário por parte do mesmo. Através das políticas sociais os CREAS poderão educar as famílias na busca dos seus direitos políticos e sociais. As famílias podem ser trabalhadas, gerando um processo de cooperação e articulação com a rede de proteção. Tornando-as consciente de que não é possível trabalhar isolado; é preciso desenvolver a capacidade do diálogo. Um trabalho em conjunto, compreendendo a importância da equipe interdisciplinar na informação e restauração dessas famílias e dos adolescentes privado de liberdade, através de uma rede intersetorial. O objetivo desse artigo é possibilitar às famílias dos adolescentes a informação correta de cada passo, que envolve seu filho durante o período do flagrante até a resolução por parte da justiça, acompanhado pelos CREAS. Essa pesquisa foi realizada na média e alta complexidade, da política de assistência, em especial do governo do estado da Paraíba, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) e está ligada a Faculdade de Ensino, Pesquisa e Extensão (Fabex). Os materiais utilizados e analisados para constituir essa pesquisa foram: portfólio, cartilhas, manuais e programas, e o método utilizado foi documental e bibliográfico. Para a finalização do projeto foi pensado em uma dinâmica, onde será construído todo um planejamento de como proceder diante da rede de proteção especial, colocando todas as etapas para serem vivenciadas pelas famílias dos jovens, a partir de um olhar crítico. Nessa perspectiva crítica os CREAS irão acompanhar os familiares, com uma rede intersetorial, um planejamento interdisciplinar e uma adesão às políticas de cotas do governo federal, com bolsas de acessos e permanências.

PALAVRAS-CHAVE: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. FAMÍLIA. SERVIÇO SOCIAL

INTRODUÇÃO

Para que as atribuições do assistente social sejam realizadas de forma eficaz, é necessário um olhar crítico na construção e elaboração de um projeto de intervenção. O art.4º da Lei nº 8662/93 determina que uma das competências do Assistente Social é elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com participação da sociedade civil (BRASIL, 1993).

Para assegurar esses direitos, algumas leis são regulamentadas na inserção desses benefícios, o SUAS

aplica recursos da união, para a superação dessas famílias e adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social. Já a Lei nº 12.594/12, institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo (SINASE) que promove regras e critérios que envolvem a execução dessas medidas no âmbito federal, estadual e municipal, ampliando programas para melhor funcionamento dessas unidades que se farão necessárias ao cumprimento dessas medidas, caso venha acontecer (BRASIL, 2012).

O papel do assistente social na inserção dessas políticas de assistência, seria garantir as três dimensões: ética-política, teórica-metodológica e técnico-operativa. As competências éticas-política, implica em alterar a realidade a partir de atitudes que esteja pautada no código de ética, fazendo sua intervenção na contradição capital x trabalho, promovendo uma consciência que permita informar as famílias de todo o processo de medidas sócio educativas em regime fechado, prestação a comunidade, semi liberdade, sendo acompanhada pelos CREAS, aguardando a resolução do juiz.

Quanto ao aspecto teórica-metodológica seria uma sondagem nos aspectos político, sociais e culturais da realidade que está sendo alterada, sem uma visão dos fenômenos aparente da realidade, mas um olhar crítico da realidade, com levantamento de dados em relação essas famílias, se realmente há uma necessidade em passar essas informações, é porque essas famílias deverão estar informadas de todo esse processo após o flagrante do ato infracional.

A competência técnico-operativa, permite, organizar, planejar, implementar e avaliar cada momento, suas atitudes, tornando eficaz o que está sendo proposto para essas famílias dos sócioeducandos. Para promover o direito à cidadania desses sócioeducando junto a suas famílias, promovemos a informação como instrumento de acesso a esses direitos. “Além disso, destaca que, apesar de o direito à informação estar contemplado na constituição federal de 1988, o Brasil enfrenta o enorme desafio, político, legal e administrativo de democratizar o acesso à informação, uma condição essencial para a expansão e aprofundamento da própria cidadania” (CEPIK, 2000, p.12 apud MIOTO, 2009, p.5).

Esse trabalho tem como objetivo possibilitar as famílias dos adolescentes a informação correta de cada passo, que envolve seu filho durante o período do flagrante até a resolução por parte da justiça. Socializar com as famílias dos sócioeducandos atividades no contexto informativo. Acompanhar enquanto família junto com os técnicos do serviço social todo o andamento do processo a ser jugado, através da equipe interdisciplinar e da rede intersetorial na unidade desses serviços, onde o jovem está inserido.

METODOLOGIA

O projeto de intervenção está sendo realizado na média complexidade da política de assistência

especial do Governo do Estado da Paraíba, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) e está ligada a Faculdade de Ensino, Pesquisa e Extensão (Fabex).

Para a finalização do projeto será feita uma dinâmica, onde haverá a construção de um planejamento de como proceder diante da rede de proteção especial, colocando todas as etapas para serem vivenciadas pelas famílias dos jovens, a partir de um olhar crítico.

Esse planejamento permite que toda e qualquer informação chegue ao usuário caso venha necessitar das políticas de assistência. Nessa perspectiva crítica e informativa, para acompanhar de perto a trajetória do sócioeducando, a equipe interdisciplinar apresentará políticas de assistência com bolsas de acesso e permanência no controle e monitoramento desses sócioeducando.

O material utilizado e analisado para constituir essa pesquisa foram: portfólio, cartilhas, manuais, programas, dentre outros e o método utilizado foi documental e bibliográfico.

RESULTADOS

A dimensão a ser ressaltada é a eficácia e eficiência de um projeto, que traga as famílias para as reuniões bimestrais nas escolas desses adolescentes, encontros com os líderes comunitários, programas de iniciação científica, esclarecimentos dos sistemas de cotas para o acesso e permanência desses sócioeducandos nas universidades, para garantir acompanhar esses jovens com mais rigor evitando a reincidência, sendo protagonista da sua própria história através de políticas sociais e o acompanhamento dos CREAS na prevenção da reincidência do ato infracional.

Portanto o objetivo de reduzir a reincidência e o ato infracional nos adolescentes torna o programa eficaz em termos de prevenção. Para conduzir um programa com recursos que favoreça a mudança dessas famílias na situação de risco e vulnerabilidade social, é necessário políticas sociais e participação da rede escolar na condução do programa ainda no ensino básico.

DISCURSÃO

O objetivo da discursão é a falta de informação e o baixo nível de escolaridade por parte das famílias dos adolescentes que cometeram o ato infracional, revelam a dificuldade em entender e até mesmo cuidar desses adolescentes, impossibilitando a ressignificação de suas vidas. Logo essas famílias, por sua vez, sentem dificuldades em obter informações necessárias ao acompanhamento dos seus filhos. Em contrapartida é bastante alto o número de reincidência entre esses adolescentes em relação ao ato infracional.

Este artigo através das dimensões ético-político, teórico metodológico, teórico-prático pode atuar nos

serviços dos CREAS, promovendo um acompanhamento dessas famílias não só ao sistema de justiça, mas também nas escolas inseridas nas unidades sócioeducativas, como também, a perspectiva de mudança após sua remissão ou cumprimento das medidas sócio educativas, com as escolas oficinas, seu projeto de vida e sua inserção na sociedade.

CONCLUSÃO

A partir dessa intervenção nos CREAS, as famílias podem ser acompanhadas de cada passo desde o momento em que o adolescente chegou à unidade gerando um processo de cooperação e articulação com a rede de proteção de forma intersetorial. Tornando-o consciente de que não é possível trabalhar isolado. É preciso desenvolver a capacidade do diálogo, um trabalho em conjunto, compreendendo a importância da equipe interdisciplinar na informação da família e do adolescente privado de liberdade.

Outra dimensão a ser ressaltada é que o projeto possibilitará o consenso entre os envolvidos, traçando estratégias e gerando resultados a partir de uma construção coletiva. Procurando haver um acompanhamento, através do diálogo entre o técnico do serviço social e as famílias que se encontram em risco e vulnerabilidade social, buscando sua emancipação econômica e política.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabeth M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009. p. 29-39.

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 25/Out./2018.

PARAÍBA. **Lei nº 11.038**, de 18 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social no Estado da Paraíba – Suas-PB. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/12/Diario-Oficial-19-12-2017.pdf>>. Acesso em: 25/Out./2018.

MIOTO, R. C. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

ARTIGO

FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIEDADE NO REGIME DE TRABALHO E SUAS CONEXÕES COM O DESEMPREGO COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

-
- **Emilly Camilla**
 - **Fernanda Soares**
 - **Juliana Nascimento**
 - **Robson Tomaz**
 - **Priscila Neves**

RESUMO

A classe trabalhadora desde os primórdios têm vivido em constante exploração, pela burguesia. Com o advento da Revolução Industrial, há uma substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o pouco de direitos que fora conquistado, neste período, perderam-se tendo em vista o grande interesse do capital na extração de mais-valia. Com o desenvolvimento tecnológico, com a globalização e a terceirização, o trabalho se precariza, há um processo de flexibilização das leis trabalhistas, levando as instabilidades, ao desemprego e a formação de um imenso exército industrial de reserva, que divide-se em três tipos: latente, estagnada, flutuante, além do que é considerado, como o substrato da reserva, o lupemproletariado. Essas problemáticas levam a expansão das expressões da “questão social”. O objetivo deste artigo é fazer uma breve reflexão acerca da flexibilização e da precarização no regime de trabalho no Brasil, além de destacar como o desemprego se apresenta enquanto expressão da “questão social”.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração. Precarização. Flexibilização. “Questão social”.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos e com o advento do Modo de Produção Capitalista, o trabalho passa por transformações e se reestrutura. Tais mudanças causam impactos na vida dos trabalhadores, flexibilizando assim a forma de trabalho, acarretando a precarização e conseqüentemente uma enorme parcela de desempregados.

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo trazer uma breve reflexão sobre a flexibilização e precarização do regime de trabalho no Brasil, bem como sua conexão com o desemprego e como ele se expressa enquanto expressão da “questão social”.

A revista Serviço Social & Sociedade, descreve que “a precarização do trabalho é intrínseca ao modo de produção capitalista, porém apresenta graus diferenciados historicamente em termos de tempo e espaço, quando se efetiva sua materialização” (rev. nº 108).

Visando sempre a extração da mais-valia, os detentores dos meios de produção exploram demasiadamente os trabalhadores, porém, em tempos de crise adaptam-se as situações e apregoam a flexibilidade entre os funcionários de modo a reduzir custos, flexibilizando assim, além do trabalho as leis trabalhistas

A precarização decorrente de tais flexibilidades, segue junto as mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho, levando a instabilidade e a construção de um grande exército industrial de reservas.

No decorrer da história variadas são as formas de exploração decorrentes desse sistema, os trabalhadores são explorados intensamente pelos detentores dos meios de produção que visam sempre o fator econômico e a extração de mais valia, não diferente da escravidão moderna, que levam os trabalhadores submeterem-se de forma precária a jornadas exaustivas de trabalho e em condições degradantes.

É notório que desde sua base estrutural, o capitalismo vem se colocando de forma extremamente exploratória, podemos observar que mesmo com as constantes mudanças existentes na sociedade o projeto societário desse modo de produção permanece o mesmo, vestindo apenas novas roupagens.

METODOLOGIA

Segundo Minayo (2010), a metodologia é muito mais que técnica, ela inclui concepções teóricas, abordagens que articulam-se com a teoria e com a realidade empírica, além de se relacionar com os pensamentos sobre a realidade. Para isso é necessário que haja a articulação do pesquisador com os autores, de modo que conversem entre si, para que ocorra a associação da teoria com a realidade, de modo que o leitor compreenda a leitura e seja instigado por ela.

Para a elaboração deste artigo, se deu através da pesquisa bibliográfica dos matérias que dantes já haviam sido utilizados em sala de aula, além das aulas propriamente ditas, que nos incitaram na construção de um artigo com um tema tão relevante e atual. Ao iniciarmos a busca por materiais, procuramos em livros, artigos e sites, estudos que pudessem nos aproximar do tema proposto afim de que o conteúdo fosse passado de forma correta e de fácil compreensão.

Utilizamos também a pesquisa documental e explicativa. O tema se apresenta cada vez mais atual e aponta sua concretude no Brasil devido a atual conjuntura política do país, com viés neoliberal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A perspectiva histórica do trabalho

Antes de abordarmos o tema, não podemos deixar de falar um pouco sobre o trabalho no Brasil e como ele vem se dando ao longo da nossa história. Para isso, abordaremos três formas de trabalho específicas, a força de trabalho indígena, a escrava e também a força de trabalho imigrante.

Os índios foram os primeiros trabalhadores no Brasil, porém no início sua força de trabalho era apenas para sua sobrevivência. Os homens eram encarregados dos trabalhos mais pesados como caça, pesca, derrubada de árvores, já as mulheres ficavam responsáveis por cuidar das crianças, da comida, do plantio e colheita. Com a chegada dos colonos essa forma de trabalho dos índios sofre uma mudança e passa a ser explorada, os índios que eram levados para “as missões” aldeias administradas por Jesuítas, dominicanos e franciscanos. Esses índios, além de serem catequizados, eram explorados pelos colonos em negociação com os padres que assim conseguiam mão de obra dos nativos, dessa forma conseguiam os produtos da terra os quais eram vendidos na Europa. Muitos desses nativos morreram por conta das doenças adquiridas pelo contato com os brancos e também por que eram obrigados a trabalhar dia e noite.

A força de trabalho escravo é outra forma de trabalho a qual se refere a mão de obra de negros advindos do continente africano. Homens livres que eram capturados na África e trazidos para trabalhar de forma escrava no Brasil. Estes negros eram tratados como mercadorias e maltratados de forma violenta e o principal objetivo era o fator econômico, os senhores de engenho os comprava e vendia nos mercados e quando negociados eram levados a trabalhar na produção canavieira, lavoura, venda de mercadorias serviços domésticos, etc.

Com a abolição da escravatura em 1888, foram colocadas em prática as ações que proibiam o trabalho escravo, os cafeicultores agora sem mão de obra, começaram a ter grandes prejuízos com as lavouras e para substituir os escravos, a alternativa encontrada foi a mão de obra imigrante a qual se mostrava mais barata e por isso mais viável para o momento. Muitos imigrantes foram trazidos para o Brasil com a proposta de melhoria, porém quando chegaram perceberam que a situação não era bem a que se propagava. Se depararam com péssimas condições de trabalho e remuneração muito baixa, o que fez com que muitos retornassem ou seguissem para outros países e outros se dirigiram para cidades como São Paulo na busca de melhores condições e ali passavam a trabalhar nas indústrias como operários. Nesses aspectos podemos observar que desde muito tempo o interesse capitalista vem se colocando de forma extremamente exploratória e que hoje em dia essa questão está cada vez mais evidente. Trabalhadores são explorados pelos que detém o poder sempre visando o fator econômico. A escravidão moderna tem levando pessoas a se submeterem de forma muitas vezes precárias a jornadas exaustivas de trabalho e em condições degradantes.

A flexibilização do trabalho

Ao decorrer dos anos, com o avanço do capital e a globalização, o mercado passou por diversos momentos e cada com suas especificidades.

Em 1930 com a queda da bolsa de Nova York - “a Grande Depressão” - foi necessário uma intervenção maior do estado (que neste momento se configurava como a “Mão invisível”). Com essa intervenção surgem os primeiros ganhos trabalhistas como o seguro desemprego, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), entre outros.

Enquanto em vários países ocorria o “Welfare State” (Estado de bem estar social), o Brasil passava por um regime ditatorial, onde se tinha uma cidadania regulada.

Santos discorre que

A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato Público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos Direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação Estatal (1979, p.76).

Sabemos que em momentos de crise, o capital se adapta as situações, ou seja, as grandes empresas procuram ter maior flexibilidade com seus funcionários, para que assim sintam-se parte da empresa e produzam mais. Hoje várias empresas no Brasil adotam o trabalho em casa e que procuram ser maleáveis com seus funcionários, como por exemplo, na questão do horário, muitas vezes o trabalhador exerce determinada função em casa durante 3 dias e comparece na empresa apenas 2 vezes na semana. Dessa forma os funcionários produzem mais, visto que tem um melhor “bem estar”, uma maior flexibilização, porém muitas vezes trabalham mais de 8 horas por dia. A empresa, além de conseguir obter maior produção, lucra também na redução de gastos como por exemplo, com passagem, alimentação, dentre outros.

Além da flexibilidade no trabalho, o funcionário cede às vontades do capital para conseguir entrar e/ou permanecer no trabalho, ou seja, se torna um funcionário polivalente, exercendo diversas funções e ganhando apenas por uma.

Flexibilização das leis trabalhistas

Realmente o que deveria ocorrer para que houvesse a diminuição das taxas de desemprego e das condições de

subemprego, seria segundo Aguiar:

Combater a raiz do seu problema, qual seja a pouca oferta de empregos, a robotização e a má qualificação profissional, além de se promover maiores investimentos econômicos nas empresas, criação de novos postos de trabalho, entre outros (AGUIAR, 2012. p. 6).

Mas isso se torna hoje em dia quase impossível no modo de produção capitalista, então há de se buscar “brechas na lei” para modificar e/ou formular diretrizes para o bem do capital e para subsistência dos trabalhadores.

De acordo com Aguiar (2012, p.6), a flexibilização apresenta-se sob duas modalidades: sob forma de adaptação, que é uma versão mais branda, e sob forma da desregulamentação, considerada uma forma mais abrupta. No Brasil, prevalece a modalidade da adaptação, ou seja, o capital mesmo contendo todos os subsídios para o bem do trabalhador, busca essas “brechas” para não diminuir o excedente da mais valia.

Quando falamos de flexibilização de leis trabalhistas, há de se ressaltar as modificações impostas para que o grande capital possa adaptar-se ao processo constante de modernização, o ponto principal pautado nessa modificação é que a autonomia nesses processos deixem de ser do estado e passem a ser do poderio dos sindicatos, sendo assim perceptível a intenção do grande capital de que possam manipular esses sindicatos para o bem próprio, por não se tratar de conhecimento legislativo pleno como o do estado e sim de muitas vezes de indivíduos leigos sobre seus próprios direitos e deveres.

Precarização do trabalho e os impactos na vida dos trabalhadores

Castel (in Machado, Giongo e Mendes, 2016), afirma que a precarização do trabalho é o resultado das novas exigências impostas pela expansão do capitalismo. A precarização do trabalho se relaciona com as mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho, se caracteriza assim como desqualificação nas relações do contrato trabalhista, onde há uma intensificação do trabalho tido com vivo, e um aumento na exploração da mais-valia do trabalhador.

Algumas das muitas características dessa precarização é a ausência de vínculos trabalhistas (como férias, décimo terceiro, entre outros), a utilização de instrumentos inadequados para os trabalhadores, e funções destinadas a trabalhadores que não têm propriedade de tais, além da terceirização.

O surgimento da precarização no Brasil, se deu entre as décadas de 1930 e 1970, neste período há a separação do trabalho formal e informal, do assalariado e do não assalariado. Segundo Josiane (2012), “a precariedade e instabilidade dos vínculos emergem na segunda fase da “industrialização pesada”, pois nesse momento há uma significativa quantidade de força de trabalho à disposição do capital”, ou seja, o fluxo migratório acontece em grande escala, a demanda por trabalho nesta época era imensa. Na Europa, bem antes disso, com a Revolução Industrial, muitos operários tinham perdido seus trabalhos para as máquinas, os que conseguiam permanecer nos seus empregos se submetiam a tratamentos sub-humanos. Neste período a precarização era mais intensa, visto que os direitos dos trabalhadores não eram reconhecidos pelos seus superiores e recebiam ínfimos salários, se comparado ao tempo de trabalho.

O interesse de sempre produzir mais dá início a conflitos no mundo do trabalho, segundo Antunes (2011, p. 06) “quando o trabalho vivo é eliminado, o trabalhador se precariza, vira camelô, faz bico”, isso ocorre porque muitas das vezes este trabalhador não tem como se inserir novamente no mercado de trabalho por não ter qualificações e não está qualificado, não sendo capaz de disputar uma vaga de trabalho com quem possui qualificações, ficando a mercê do Exército Industrial de Reservas.

A terceirização, que aparece como com força no ideário neoliberal, influencia a precarização, pois acarreta reduções de salários, redução de benefícios, promove uma constante rotatividade, aumenta a jornada de trabalho e aumenta o risco de acidentes no trabalho.

Josiane (2012), afirma que é possível identificar na década de 1930, além da precarização, a criação do FGTS que substituiu a estabilidade de emprego. O uso do FGTS, neste momento, pode ser visto como uma “bonificação” para o empregado que é demitido do seu trabalho, é usado pelo governo em função do capital de forma a investi-lo em programas sociais. Dando um escape aos empregadores para que estes tenham seus custos com o fator trabalho reduzido, ou como diz Josiane (2012), “é um dos mecanismos que está no centro dos determinantes do aumento da flexibilidade e precariedade do regime de trabalho no Brasil, uma vez que elimina o estatuto da estabilidade”.

Instabilidades e características do desemprego no Brasil

Atualmente, o desemprego no país ficou em 8,5% no trimestre encerrado em janeiro deste ano e mais uma vez atingiu o maior patamar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012, conforme IBGE (2016).

As diferenças e características entre a população economicamente ativa e o desemprego, elaborado pelo DIEESE, são:

- População economicamente ativa PEA > corresponde a parcela da população em idade ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada.
- Desempregados > são pessoas que se encontram em uma situação involuntária do não trabalho por falta de oportunidade de trabalho, ou que exerce trabalho irregular com desejo de mudança.

Essas pessoas são elencadas em três tipos de desemprego.

Desemprego aberto pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias.

Desemprego oculto pelo trabalho precário pessoas que realizaram algum trabalho remunerado ocasional de auto ocupação ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda de negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás.

Desemprego oculto pelo desalento pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo ao mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Ocupado: são pessoas que nos 7 dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente com ou sem procura de trabalho; ou que neste período possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenha procurado trabalho diferente do atual, ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios parentes, ou remunerado em espécie ou benefícios sem procurar trabalho.

Excluem-se as pessoas que nos últimos 7 dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

- Inativos (dez anos ou mais): parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada, incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que nos últimos 30 dias realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

Outra instituição que registra as formas de desemprego é o IBGE.

Sobre o desemprego, para Josiane Soares Santos (2012), essa situação se dar devido à migração das áreas afastadas para os centros urbanos criando assim um grande excedente de força de trabalho disponível, gerando poder para as empresas que contrata essa força de trabalho determinado à forma de exploração para a classe trabalhadora.

Além do mais a falta de emprego para esse exército industrial de reserva leva o trabalhador a informalidade, tornando – o ausente das leis que asseguram o trabalhador como a CLT. Essa intensificação da exploração é dada pela ininterrupta busca pelo emprego e incluir esse indivíduo como “aceito na sociedade”.

Desemprego como “questão” social e exército industrial de reserva

O desemprego tem sido uma das expressões da “questão social” enfrentados pela humanidade, suas maiores influências pra determinados fatos são os impactos econômicos, o desenvolvimento tecnológico, a globalização, a terceirização, entre outros.

Martinelli, destaca que

As consequências [...], podem ser devastadoras, tanto do ponto de vista da pessoa desempregada (pauperização absoluta), que seria a baixa total do seu padrão de vida, como o da sua família no contexto social e político. “Assim acumular riquezas, num pólo, significativa expandir pobreza no outro, generalizar miséria, pois o signo da desigualdade, que marca o regime capitalista é dá sustentação a uma sociedade estruturada em classes antagônicas [...] (2003, p.80).

Marx há tempos atrás afirmava que,

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação do capital (apud Silva, 2012, p. 12).

A retirada desses trabalhadores em massa encontra-se no setor industrial de reserva, que quanto maior ele for, melhor será para o capitalista, que poderá assim afirmar ao proletariado, que o mesmo ao fazer greve será substituído por outra pessoa, por um custo inferior. Esse exército industrial de reserva divide-se em três tipos: latente, que seria o trabalhador que migra do campo para a cidade; a estagnada, que não consegue emprego mesmo com o perfil; e o flutuante, que não se fixa em lugar algum, fica de um lado para o outro. Temos também o que é considerado o substrato de reserva, que seria o lupemproletariado, visto como a “escora” da sociedade, os mendigos, os bandidos.

Assim, a partir do desemprego, outras expressões da “questão social” tal como a violência, exploração e abandono irão ampliar-se; em resposta, a essas questões, as políticas sociais vêm em especial criar saídas, por exemplo, o Programa Bolsa Família, que gera uma transferência de renda, direcionando àquelas famílias em situações de pobreza em todo o país, para que desse modo possam amenizar a situação de vulnerabilidade encontrada nelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate acima apresentado, é perceptível que a precarização do trabalho se deu desde outrora, mas teve uma aparição maior no Brasil, nas décadas de 1930 e 1970, pois é neste período que ocorre a separação do trabalho tido como formal e informal, assalariado e não assalariado. A precariedade e a instabilidade dos vínculos emergem mais precisamente na segunda fase da industrialização, a fase da “industrialização pesada”, a precariedade aqui se apresenta mediante uma grande quantidade de trabalhadores que estavam à disposição do capital em uma imensa busca por trabalho.

Com a busca incessante por trabalho e a falta de emprego, surge o exército industrial de reserva, que leva o trabalhador a informalidade (legitimando assim a ausência das leis que asseguram o trabalhador, com a CLT) e conseqüentemente a retirada de algumas leis. Este exército de reserva é benéfico para o capital, uma vez que pode compelir aos trabalhadores algumas condições, visto que é capaz de os atemorizar, ao induzir que estes podem ser substituídos por outros e com um custo inferior.

Com as readaptações do capital para continuar mantendo ou aumentar o ritmo de acumulação financeira, ocorre a criação de estratégias, o capital se auto avalia e se molda as tendências do mercado e/ou com a intervenção do estado (como por exemplo o Estado neoliberal e conseqüentemente maior flexibilização das leis trabalhistas).

A intervenção do Estado se mostra cada dia mais presente na realidade, favorecendo apenas o capitalismo. Com a vivência de um governo neoliberal, os impactos são vários, como a perda dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho, a terceirização e as demais reformas que podem ser colocadas em pauta.

É importante salientar que a precariedade do trabalho descrita neste artigo não é uma situação exclusiva do nosso país, mas também abarca países desenvolvidos. Tais precariedades e flexibilizações desenvolvidas pelo modo de produção capitalista, engrossam as expressões da “questão social”, criando novas ramificações, vestindo novas roupagens. Muitos autores, comparam esse momento de retrocesso vivenciado pelos trabalhadores, como o retorno ao trabalho escravo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. H. I. A FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31250/a-flexibilizacao-das-leis-trabalhistas/3>> Acesso em: 01 nov. de 2018.

ANTUNES, R. ADEUS AO TRABALHO?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo : Cortez, 2011.

MACHADO, F. K. S; GIONGO, C. R; MENDES, J. M. R. TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma questão de sofrimento social. Revista psicol. Polít.. vol. 16, nº 36. São Paulo, maio/ago. 2016.

SANTOS, Josiane. “QUESTÃO SOCIAL”: particularidades no Brasil. São Paulo : Cortez, 2012.

SILVA, R. S. SUPEREXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA INVISÍVEL NO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL. In XIII Jornada do trabalho, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Pres. Prudente/SP. 2012

TRINDADE, Hiago. CRISE DO CAPITAL, EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA E PRECARIADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200225&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 31 out. de 2018.

ARTIGO

ADMINISTRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO: TAYLORISMO, FORDISMO, TOYOTISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NAS ORGANIZAÇÕES NO SÉCULO XXI.

- **Gessila Oliveira da Silva**
- **Mayane Evillyn Justino da Costa**
- **Jaqueline Barbosa da Silva**
- **Claudimerio do Nascimento**
- **Matheus Moreira da Silva Santana**
- **Ma. Juliana Barros de Oliveira**

RESUMO

O artigo apresenta uma breve discussão sobre as diferenças e similaridades que existem nas teorias do taylorismo, fordismo e toyotismo, abordando suas influências diante do ambiente administrativo organizacional. O referido trabalho enfatiza a utilização desses métodos que predominaram no final do século XIX e suas utilizações nos dias atuais. Tem como objetivo mostrar a evolução dos direitos dos trabalhadores e as conquistas alcançadas pelos colaboradores, surgindo algumas mudanças na jornada de trabalho, já que na época visava-se mais o capitalismo e a produtividade dos trabalhadores mais do que seu bem estar. Com isso, foi possível observar o vigor de novas leis diante das organizações. Para a produção desse artigo, utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica para obtenção de informações a respeito da temática. Esses três padrões de produção caracterizam o desenvolvimento do capital até hoje e incorporam uma influência histórica imensurável diante da era mundial trabalhista e empresarial.

Palavras-chave: Taylorismo, Fordismo, Toyotismo, Administrativo Organizacional.

INTRODUÇÃO

Com o avanço e mudanças diante do século, se fez necessária uma breve análise e um estudo sobre os modelos de estrutura produtiva, sendo eles o Taylorismo, fordismo e Toyotismo. Propondo a observação sobre as organizações nos dias de hoje, ainda há utilização de resquícios ou metodologia da época nas organizações e gestões do século XXI? O peso desenvolvido por cada modelo tem suma importância dentro a estrutura organizacional, não só no ambiente da fábrica, mas sim na organização como um todo.

Aprimoramentos aconteceram ao longo do tempo, nas técnicas de produtividade. Os gestores atualmente se deparam com uma estrutura totalmente diferente, daquela época, sendo necessário diversas mudanças, dentre os comportamentos usados neste período. A pesquisa tem como objetivo específico: Analisar de forma breve a utilização dos três métodos e modelos citados anteriormente, diante das organizações e gestões atuais.

A cada dia é visto novos avanços diante do mundo do trabalho, onde no modelo taylorista os operário trabalhavam sem muitas condições e sem olhar humanizados dos gestores e empresários. Onde recebiam como incentivo bons salários, em troca eram submetidos a pressão, para que houvesse aumento diário na produção. Como se somente essa maneira ajuda-se ao trabalhador, pois os “donos” não estavam preocupados com a saúde deles, ou com o melhoramento da qualidade de vida dos mesmos, mas sim com o que podiam ser útil na fábrica, como será abordado posteriormente.

A jornada de trabalho era superior à capacidade intelectual e física dos seus empregados. Mas a visão que eles possuíam é que se o colaborador que exercesse a função e não se obteve produtividade podia ser substituídos, já que havia várias outras pessoas interessadas em ocupar cargos nas fábricas por razão da recompensa oferecida e a necessidade existente na sociedade.

Nos século presente não se faz diferente, pois algumas pessoas se veem em situações desconfortáveis no diâmetro das organizações, mesmo diante das leis no âmbito do trabalho, alguns gestores sentem dificuldade de cumprir rigorosamente as imposições feitas pelo estatuto.

O CONCEITO DE MODELO DE ESTRUTURA PRODUTIVA TAYLORISMO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Na revolução industrial com a descoberta do carvão foi analisado que o mesmo a força produzida pela queima do carvão possibilita a máquina funcionar. Acabando então a revolução industrial, começa a segunda revolução industrial onde dá origem a diversos métodos de produção para aceleração da produção e deixar os materiais mais baratos, só então a uma atuação diante das fábricas automotivas. E diante de alguns modelos de estrutura produtiva surge então o primeiro atuante no processo.

Em 1911 Frederick Taylor, administrador, considerado o pai da administração científica, de acordo com Morgan (2011, p.210), atribui de maneira ímpar no sistema da produção do ambiente fabril. Que possui uma técnica e faz uma sinergia entre o homem e a máquina. Onde tem como pensamento que o homem se adapte da melhor forma com a máquina e vice-versa. Onde o processo foi chamado Taylorismo que tinha ênfase no chão de fábrica (tarefas) e seu enfoque na produção no nível operacional.

Taylor observou a desamortização no processo de produção, com isso acho necessário a divisão de tarefas, analisando a maior habilidade de cada operário, obtendo então a ideia da especialização desse em uma função. Onde desenvolve somente ela, para que o andamento da produção acelerada. Assim Não existe trabalho que não possa ser com vantagem submetido a estudo do tempo, dissociação e seus elementos, salvo as operações mentais, segundo Taylor (1911, p.63), tinha em mente que produtividade melhoraria com a divisão de etapas.

Ele designou gerentes de produção, que ficavam responsáveis por cronometrar o tempo de cada função, isso ocasionado competitividade entre os operários que eram desafiados a dobrar a produção e atingir metas, isso sendo de responsabilidade inteiramente dos chefes.

Para isso, era utilizado como método de estimular os trabalhadores bônus salarial, pois a visão de Taylor com o oferecimento de grandes salários para os trabalhadores, eles se sentiriam motivados a produzir mais, isso ajudaria a empresa a ter maior lucro e todos seriam beneficiados junto com ela, o operário ideal para o trabalho era aquele que se encaixasse bem ao modo proposto pela administração, não havendo questionamento e maior eficiência.

Taylor pretendia definir princípios científicos para auxiliar na administração das empresas.

Tinha por objetivo solucionar problemas resultantes do relacionamento entre os empregados, que por consequência interferiam nas relações humanas dentro do ambiente da empresa. O bom operário não discutia as ordens e instruções propostas.

Diante disso os quatro princípios da Administração científica

1. Princípio de planejamento: consistia na substituição de métodos empíricos e improvisados por procedimentos científicos, com métodos avaliados. Esse planejamento rigoroso do trabalho, baseado em estudos fundamentados, inclusive estatisticamente, propiciou à administração transformar-se em uma ciência.
2. Princípio de preparo: preparar e treinar os operários para produzirem mais e melhor, de acordo com o método planejado. Incluía o treinamento do trabalhador sobre o modo ideal de realizar o trabalho e a seleção de um indivíduo ideal para cada função.
3. Princípio de controle: controlar o trabalho para se certificar de que está sendo executado de acordo com os métodos estabelecidos. O controle do tempo e dos movimentos era rigoroso na teoria de Taylor.
4. Princípio da execução: distribuir atribuições e responsabilidades para que a execução do trabalho seja disciplinada. Houve a criação do cargo de supervisor para averiguar se o método de trabalho desenvolvido estava sendo executado pelos trabalhadores.

Como próprio autor cita, a administração científica constituía-se na forma melhor de gerenciamento e organização, e não adapta-se a melhor forma de organização seria irracional. Por isso, posteriores implantações ao taylorismo são chamadas de racionalização (TAYLOR, 1970; BJÖRKMAN, 1996, p.37).

A racionalização da produção, otimização (cada um exerce a função se sabe de melhor) e, além disso, o surgimento da hierarquia produtiva, entre outras características fortes do Taylorismo.

APRIMORAMENTO DO MODELO DE ESTRUTURA PRODUTIVA E O SURGIMENTO DO FORDISMO E SEU CONCEITO

Já no início do século XX, em 1814, surge um novo atribuidor na era produtiva, um Norte-Americano chamado Henry Ford que atuava diretamente nas fábricas sendo por tanto proprietário de uma fábrica de automóveis, fundador da *Ford Motor Company*, segundo Marx (1973. p. 306), já se fazia conhecido por trabalhar no estilo do Taylorismo, mas não se satisfazia com seu modo de trabalho, já que o ritmo não era como desejava, pois não atuava somente na fábrica Ford (Fordismo).

Então Ford adaptou seu ritmo produtivo as características do Taylorismo, com alguns acréscimos, como: a introdução de esteiras para deslizamento das peças no ambiente da fábrica, onde no modelo Taylorista o operário tinha que se desloca até a próxima etapa para a fabricação do produto, no modelo fordista não, a esteira facilitava a sequência do processo, sendo uma revolução nesse modelo de trabalho para que se possibilitasse ao operário a não se mover da sua única função e otimiza-se tempo e maior produção, então outro acréscimo de aprimoramento. Isso causando a alienação do processo produtivo, pois como para que o empregado executa-se a etapa onde era especializado, levando a processo repetitivo que trás cada vez mais experiência.

O melhor rendimento pode ser obtido transferindo-os de uma tarefa parcelada para outra ou praticando sistematicamente o rodízio das tarefas [...] os efeitos da fragmentação das tarefas, em particular o conjunto de atitudes designadas sob o nome de tédio, podem ser atenuados quando se substitui a uniformidade por uma certa variedade [...] Investigações metódicas foram efetuadas, transformações introduzidas nas oficinas para suavizar os perigos físicos e mentais da fragmentação das tarefas, meios tais como pausas, educação física, organização de grupos competitivos, difusão de “música funcional”, e até mesmo a distribuição de “receptores individuais” que permitem aos operários ouvir conferências, reportagens, e mobilizam seu espírito, enquanto continuam atuando neles os automatismos psicomotores (FRIEDMANN, 1972, p. 53; 61)

O Fordismo vai além de um sistema de produção, passa a ser um sistema de consumo onde ele aumenta o salário dos operários para que eles se sintam estimulados e produzam mais, com isso deixando o custo de produção cada vez mais barato, ele queria a produção em volume (produção em massa) e os carros começam a ficar mais barato. Esse processo é chamado de um sistema de consumo por possibilitar os trabalhadores a possuir carros da Ford, já que a produção era muita e seus empregados possuíam dinheiro pelo trabalho exercido, conforme elucida Ford (1967, p.74 -76), para que fosse possível eles curtirem o fim de semana com a família e até mesmo quem não tinha condição de comprar direto era dada a chance do parcelamento para possuir seu automóvel e isso revolucionou o sistema econômico da época.

O CONCEITO DO TOYOTISMO E SUAS SUBJETIVIDADES DIANTE DOS PADRÕES ANTERIORES DO TAYLORISMO E FORDISMO

Diante dos avanços e da crise do petróleo de 1973, os produtores desse recurso diminuem suas produções, quando alguns países entram e guerra para reaver algumas terras que Israel tinha conquistado , isso preocupando os empresários, pois o petróleo com a diminuição da produção fica mais caro.

Então, Taiichi Ohno, engenheiro idealizou o modelo do Toyotismo, vendo que o mundo passando por crise, viu precisava de uma produção barata ele observa o modelo Fordista e percebe que a alta produção não funcionaria do Japão, então começa a preocupar-se em produzir somente o necessário, formando então uma grande característica do modelo Toyotista, dando origem a o termo “ Just In Time”(JIT) que seria produzir na quantidade certa e vender na hora certa, “Custos não existem para serem calculados. Custos existem para serem reduzidos.”. (OHNO, 1997 p.64), Fazendo com que o mesmo em meio a dificuldade possuía a matéria-prima.

Ohno, juntamente com o presidente da Toyota, Kiichiro Toyoda, começaram a pesquisar o consumidor e mercado, vendo que as montadoras precisam de produtos baratos, então começa a terceirização onde passava a responsabilidade para outras empresas de produzir algumas peças

e serviços, para diminuir os custos. A terceirização é uma grande característica do Toyotismo. Mas sempre querendo que os modelos da Toyota não perdessem a qualidade pois os clientes gostavam do acabamento impecável. Utilizando fornecedores e terceirizando algumas peças e reparos seria mais vantajoso do que a produção em massa, com isso visando a diminuição dos desperdícios.

A mente industrial extrai conhecimento do pessoal da fabricação, dá o conhecimento às máquinas que funcionam como extensões das mãos e pés dos operários, e desenvolve o plano de produção para toda a fábrica (OHNO, 1997, p. 65).

Sempre visando a tendência de novos modelos e maior produção para satisfação do seu público comprador.

A UTILIZAÇÃO DOS MODELOS TAYLORISTA, FORDISTA E TOYOTISTA NAS GESTÕES DO SÉCULO XXI

O que se faz diferente no mundo do trabalho no final do século XX, e que vem atualizando-se no século XXI e se tornando um mundo diversificado e global. certificando-se que está ocorrendo na mesma escala da globalização o capitalismo que toma uma dimensão enorme diante das fábricas e em geral.

Sabemos que o surgimento dos métodos fordistas, taylorista e toyotista, proporcionaram outro patamar para as indústrias na época, aumentando a qualidade e a velocidade da produção nas empresas, porém com um aspecto muito desumano em relação ao trabalhador, Como relatado no filme que faz uma análise crítica, “Tempos Modernos” de Charles Chaplin, retrata a alienação dos colaboradores e a precariedade da qualidade do trabalho, que com o passar do tempo, foi melhorando as condições de trabalho para esses colaboradores.

Taylor para sanar três problemas, sendo eles vantagem sistemática por parte dos operários, desconhecimento pela gerência das rotinas de trabalho e falta de uniformidade, que modifica a estrutura geral da empresa, idealizou o seu famoso sistema de administração que denominou *Scientific Management* que refere-se à gerência científica do trabalho e organização racional do trabalho. Observando a necessidade premente de aplicar método científico de administração, para garantir a consecução de seus objetivos com menor custo.

Surgiu então a Organização Racional do Trabalho-ORT, ela permitiu estudos mais profundos para melhoria da humanização nas organizações, como o estudo da fadiga, e a administração do tempo trabalhado. Taylor via a necessidade de aplicar alguns métodos científicos para redução de custos. Essa tentativa de substituir métodos empíricos e aplicar métodos científicos e redutores recebeu o nome de ORT. Suas principais características são:

- Análise do trabalho e estudo dos tempos modernos: é a divisão das atividades necessárias para a execução de determinada tarefa;
- Estudo da fadiga humana: a fadiga faz com que o colaborador diminua a sua produtividade, aumenta as chances de acidentes e doenças. O estudo tem como função racionalizar os movimentos e evitar rotatividade de colaboradores;
- Divisão do trabalho e especialização do operário: cada colaborador é especialista em determinada tarefa, aumentando assim a produtividade;
- Desenho de cargos e tarefas: especifica as tarefas, métodos e ferramentas e a relação de cada uma delas com os cargos existentes na empresa;
- Incentivos salariais e prêmios: desenvolvidos a fim de alcançar maior cooperação dos colaboradores perante a companhia;
- Conceito de homo economicus: o conceito baseia-se na ideia de que as pessoas são motivadas por recompensas salariais e materiais;
- Condições de trabalho: as condições de trabalho e o ambiente em que o colaborador trabalha, são fundamentais para a produtividade na empresa;
- Padronização: padronização das ferramentas, equipamentos e modo de trabalhar com o objetivo de reduzir possíveis variações e eliminar desperdício e retrabalho;
- Supervisão funcional: supervisores especializados em determinada área têm autoridade sobre os subordinados (CHIAVENATO, 2004, p.48-66).

Percebe- também, que os funcionários precisavam de incentivos, para se manter motivados, foi então que criou-se dentro da ORT o plano de incentivo salarial, era um sistema produtivo, que os cooperadores quanto mais produzia, maior era sua remuneração , conforme trazem Wood Jr; Picarelli Filho, 1999, p.45).

Fordismo, taylorismo e toyotismo, revolucionaram o mundo, até hoje, muitas empresas utilizam esses modelos de gestão, conforme elucida Chiavenato (2004, p.50), para aumentar seus rendimentos e diminuir os custos, entretanto, com uma visão totalmente modificada do que era, pois basicamente o taylorismo e o fordismo enfatizavam os princípios de produção, sendo o primeiro iniciado na produção industrial, organizando o trabalho de modo que obtivesse grande produtividade.

O fordismo manteve o mecanismo de produção e sua organização, porém adicionando a esteira rolante para um novo ritmo de trabalho. O toyotismo por sua vez, visou o aspecto da cultura organizacional e sua importância em relação a competitividade de uma empresa.

As organizações modernas consideram que os colaboradores, hoje precisam se sentir motivados para exercerem as suas funções, de acordo com o que afirma Bergamini (2012, p.26), não só com salários elevados mas com outros benefícios oferecidos.

Motivação é ter um motivo para fazer determinada tarefa, agir com algum propósito ou razão. Ser feliz ou estar feliz no período de execução da tarefa, auxiliado por fatores externos, mas principalmente pelos internos. O sentir-se bem num ambiente holístico, ambientar pessoas e manter-se em paz e harmonia, com a soma dos

diversos papéis que encaramos neste teatro da vida chamado "sociedade", resulta em uma parcialidade única e que requer cuidados e atenção. (KLAVA, 2010, p.50)

Diferente da posição adotada pelos modelos de produção, Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, nos dias atuais se faz necessária a capacitação correta para o cargo de gerência, pois este profissional precisa exercer sua função de gerenciar os colaboradores e executar sua influência de motivação para que esses realizem suas tarefas motivados. E colocando em prática os direitos dos trabalhadores, sempre com a preocupação de gerar lucro para empresa sem utilizar a exploração do trabalho.

Ber, M e Walton, R.E (1997, p.19-35) explicam que as organizações precisam aprender a como gerenciar com excelência, visando satisfazer o bem estar dos funcionários.

A satisfação dos indivíduos com as recompensas está, em parte, relacionada à expectativa e a quantia recebida [...]. A satisfação dos funcionários também é afetada pela comparação com outras pessoas em cargos e organizações semelhantes[...]Os funcionários, frequentemente, interpretam de forma incorreta recompensas de outros; essa interpretação equivocada pode ser a causa da sua insatisfação[...] Finalmente, a satisfação, de modo geral, resulta em um conjunto de recompensa e não de uma recompensa única [...] (BERGAMINI, 2012, p.25).

A motivação permite que o funcionário execute suas tarefas e habilidades com harmonia.

Diante do ambiente organizacional a evolução tem sido bastante significativa, para ambos os lados, funcionário motivado produz mais, melhorando a rentabilidade e o processo de produção da empresa.

METODOLOGIA

O seguinte artigo aborda, como surgiu os métodos, taylorista, fordistas e toyotistas, e como eles foram se adaptando ao longo do tempo. Com base em leitura de livros, pesquisas em sites e vídeos da internet, começou um estudo de como eram as condições de trabalho nas indústrias da época, e como essas fábricas foram se modernizando e se organizando, para a melhoria das condições, não somente das instituições, como também para o cooperador.

Usou-se, a comparação de ideias metodológica, de autores como: Berry, M, Walton, KLAVA, do próprio Taiichi Ohno, criador do sistema Toyota de produção, para analisar, a evolução do final do século XIX, para o século atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, o trabalho apresentou a evolução do processo e

métodos, no final do século XIX, e até hoje são utilizados por muitas indústrias.

Nos dias atuais, com a chegada das tecnologias e a facilidade de obter informações, organizações foram se atualizando, como por exemplo: a montadora de carro Fiat, tem setores na linha de produção que apenas precisa de um ou dois funcionários, para a realização de produção em grande escala, o tempo passou, e as empresas aos poucos foram se adaptando a essas mudanças, hoje é tudo computadorizado.

Pode-se afirmar também, que, em relação ao final do século XIX, houve uma melhora acentuada nas condições de trabalho dos colaboradores, com muitas conquistas de direitos, como também um clima organizacional nas indústrias. Hoje o trabalhador exerce suas funções dentro dessas indústrias com segurança, e com todos Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletivo (EPC) necessários para um trabalho seguro.

Logo, o fordismo, taylorismo e o toyotismo, sofreram muitas modificações, mas nunca perderam sua essência, que é agilizar o processo da produção e diminuir os custos das organizações. Porém os mesmos são utilizados em indústrias de uma forma mais humana, a mudança com o passar dos anos que esses métodos sofreram, só veio melhorar, deixando assim os trabalhadores mais motivados, e trabalhando motivados isso é sinônimo de mais resultados positivos para empresa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- FORD, H. **Os princípios da prosperidade** Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.
- GONZAGA, R. M.; COELHO, J. M. **Administração científica de Taylor o homem do tempo**. Disponível em: http://www.administradores.com.br/producao_academica/administracao_cientifica_de_taylor_o_homem_do_tempo/318 <Acesso em 09/10/2018
- KLAVA, Verônica. **Motivação empresarial - o desafio do século XXI**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/motivacao-empresarial-o-desafio-do-seculo-xxi/48844/><Acesso em: 27/SET/18.
- MARX, K. **El capital**. Fondo de Cultura Económica, México: Imago 1973.
- MAXIMIANO, Antonio C.. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: imago, 2012.
- OHNO, T. **O Sistema Toyota de Produção** além da produção em larga escala. Trad. Cristina Schumacher. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SILVA, JCP., PASCHOARELLI, LC., orgs. **A evolução histórica da ergonomia no mundo e seus pioneiros** são Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2010. 103 p. 978
- TEMPOS modernos. Direção: Charles Chaplin Produção: Charlie Chaplin INTÉRPRETES: Paulette Goddard, Henry Bergman, Al Ernest Garcia, Wilfred Lucas, Gloria DeHaven, Edward LeSaint. Roteiro: Charles Chaplin [S.I.]: 02 Filme; Vídeos Filmes “Tempos Modernos”, 1936. 1 CD (87 min), son, color.; DVD.
- TAYLOR, F.W. **Princípios da administração científica** Trad.: Arlindo Viana Ramos. São Paulo: Atlas, 1970.

ARTIGO

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL NA GESTÃO DA EMPRESA GERDAU-PB: ANÁLISES DAS AÇÕES EMPRESARIAIS NA PERSPECTIVA DA GRH ÉTICA

- **Adelya Letycia da Silva Braz**
- **Andreza de França Silva**
- **Alícia Evelyn Santana Barbosa**
- **Bruno Rian da Silva Sousa Borges**
- **Clebson João Alves da Silva**
- **Cynthia Viana Pereira**
- **Eduarda de França Silva**
- **Filipe Guerra Araújo**
- **Jonathan David Pedro Santos**
- **Leonardo Kaio da Silva**
- **Amanda Raquel de França Filgueiras D' Amorim**

RESUMO

A Sustentabilidade na perspectiva Ética vem crescendo dia após dia, ao passar do tempo sua definição e suas práticas vão ficando mais claras para a sociedade, e gradativamente um maior número de empresas está incluindo em suas políticas esse ideal. O que acontece é que em muitos casos esse discurso sustentável não ocorre na prática, pois ele prevê que as empresas desempenhem suas atividades sem afetar negativamente as dimensões ambientais, econômicas e sociais. Dentre essas três, optou-se por discutir aspectos referentes à dimensão social, no intuito de contribuir com informações para a área de Gestão de Pessoas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho desenvolvido pela Gerda João Pessoa, à luz das ações de Recursos Humanos Sustentável Éticos através de um estudo por um relato de experiência. Os dados foram obtidos e analisados qualitativamente de acordo com a técnica de categorização proposta por Bardin (1977). A partir da análise desses dados e da discussão dos resultados, foi possível perceber que a unidade possui além de discurso, práticas sustentáveis éticas dentro desse processo da gestão de pessoas.

PALAVRAS - CHAVE: Sustentabilidade Empresarial, Gestão de RH, Ética.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Vergara e Branco (2001), as empresas adquiriram com o tempo um papel importantíssimo no contexto da questão ambiental e da sustentabilidade, pois trata-se de “construções sociais, sujeito e objeto da realidade da qual fazem parte”, interferindo no meio em que atuam, seja agravando ou superando os problemas ambientais.

Segundo Harman (1996) *apud* Vergara e Branco (2001) enfatiza essa importância quando afirma que a empresa moderna que consegue sobreviver em um ambiente dinâmico é uma das instituições que mais se adaptam a essas constantes mudanças e que mais exercem papel de liderança frente a essas transformações necessárias, tendo melhor desempenho inclusive em comparação a igrejas e aos governos.

Esse papel que as empresas vêm conquistando, torna-as mais influentes e poderosas ao mesmo tempo em que elas passam a ter mais responsabilidade sobre o meio em que atuam. Segundo Quelhas e Aride (2006), esse novo tipo de gestão, que já vem emergindo algum tempo no meio organizacional, deve refletir o compromisso contínuo da organização com a ética e com o desenvolvimento econômico, proporcionando dessa forma a melhoria na qualidade de vida de seus empregados e seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo.

Segundo Borges (2006), a cada dia surge uma nova forma de se comunicar, de superar barreiras e aproximar pessoas de diferentes partes do mundo; ao mesmo tempo são lançados, a todo instante, avanços tecnológicos cada vez mais eficientes e com maior precisão. Somado a tudo isso, tem-se o crescimento desenfreado da população e do consumo, demandando das empresas

a super exploração dos recursos naturais, processos e equipamentos cada vez mais efetivos para atenderem a essa crescente demanda, caracterizando essa corrida incessante em busca da competitividade (WWF, 2010). Todos esses avanços e progressos afetaram positivamente a qualidade de vida de muitas pessoas. No entanto, segundo D'Amorim (2009), esse contínuo desenvolvimento tem trazido reflexos negativos, gerando impactos socioeconômicos e ambientais, causando profundos danos devido à ação descomprometida que o homem exerce sobre o meio onde vive, demonstrando descontrole e causando deterioração.

De acordo com essa situação surge a temática do desenvolvimento sustentável, que de acordo com a WWF Brasil (2010), trata-se da capacidade de atender as necessidades da nossa geração, permitindo que também haja capacidade de suprimento das necessidades das gerações futuras, assim como para Maimon (1996), que o resume como a busca simultânea da eficiência econômica, da justiça social e da harmonia ambiental. Nesse contexto, a sustentabilidade procura ainda diminuir os resultados paradoxais causados pela procura do lucro e do progresso a todo custo e minimizar as distorções e discrepâncias socioeconômicas e ambientais que comprometem o planeta e as futuras gerações.

Diversas empresas já assumem um discurso sustentável ético, assumindo compromissos com a “redução de impactos ambientais, com o apoio a grupos socialmente excluídos, com a erradicação das múltiplas causas de pobreza, tais como a ausência de educação” (VERGARA; BRANCO, 2001, p. 26).

Dentre várias Organizações Sustentáveis, pode-se destacar a Gerdau que é a multinacional que dentro das Américas, lidera o segmento de aços longos e, além disso, destaca-se, no mundo, como um dos maiores fornecedores de aços longos especiais. Com mais de cem anos de existência, a empresa hoje já se faz presente em 14 diferentes países. No Brasil, produz aços longos comuns, especiais e planos e mantêm atividade em quase todos os Estados. Os produtos produzidos são vendidos e destinados para todos os continentes, eles são projetados para atender a indústria, a agropecuária e a construção civil e fazem-se presentes na vida das pessoas nas mais variadas maneiras. Sempre se comprometendo com o desenvolvimento sustentável, a Gerdau busca ser eficiente e crescer com rentabilidade (GERDAU, 2018).

Dentro do universo da sustentabilidade existem três dimensões: a econômica, a social e a ambiental, cada uma com a sua abrangência e a sua importância. No âmbito empresarial as pessoas são essenciais, tendo em vista a relevância do fator humano na dinâmica das atividades e processos da organização, possibilitando competitividade, cooperação e diferenciação nas

relações com clientes, com outras organizações e no meio empresarial, através de sua capacidade de criar e de inovar sendo fonte real de vantagem competitiva para a empresa (DAVEL; VERGARA, 2008).

As empresas devem sempre estar em busca da excelência, para isso devem estabelecer estratégias com o objetivo de tornar as relações um capital x trabalho menos conflituosas de maneira a possibilitar a produtividade e a obtenção de um clima organizacional propício ao alto desempenho empresarial (TACHIZAWA; FERREIRA; FORTUNA, 2009). Com esse propósito, as empresas utilizam-se dos processos de GRH para administrarem seu relacionamento com as pessoas que compõem a organização, assim como para acompanharem e traçarem a trajetória delas dentro desse universo, atentando sempre para a importância do bem-estar desses indivíduos no meio em que estão inseridos.

Para Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2009), a questão da Higiene e Segurança no Trabalho constitui-se numa das ferramentas da Gerencia de Recursos Humanos-GRH: Planejamento, Recrutamento, Seleção e Contratação de pessoas; Administração de cargos e salários; Planejamento de carreira; Avaliação de Desempenho, Treinamento e Desenvolvimento, Higiene e Segurança no Trabalho; Clima Organizacional e Motivação. Esses processos ou subsistemas de RH (Recursos Humanos) foram estudados mais profundamente por D'Amorim (2009); a qual procurou no referido estudo, primeiramente propor um avanço teórico sobre ações de Recursos Humanos Sustentáveis e posteriormente analisar os processos ou subsistemas de GRH à luz dessas ações.

Diante dessa problemática, esta pesquisa procurou analisar as práticas utilizadas pela empresa Gerdau João Pessoa no que diz respeito a esse subsistema de gestão de pessoas buscando elucidar o seguinte problema de pesquisa: Como pode ser compreendido o processo de Higiene e Segurança do Trabalho desenvolvido pela Gerdau João Pessoa à luz das ações de Recursos Humanos Sustentáveis Éticos? Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho desenvolvido pela Gerdau João Pessoa, à luz das ações de Recursos Humanos Sustentáveis Éticos.

Para a empresa estudada, a pesquisa pôde ser a oportunidade de testar suas práticas de gestão, mais especificamente sobre o processo utilizado para a garantia da higiene, da saúde e da segurança de seus colaboradores em seu ambiente de trabalho, identificando o alinhamento entre o discurso e a prática.

2. METODOLOGIA

A estratégia de pesquisa foi estudo de caso, realizado com a empresa Gerdau - JP através de um relato de experiência. De acordo com Vergara (2010), é um meio de investigação o qual envolve poucas unidades tendo caráter de profundidade e detalhamento. A abordagem qualitativa lida com interpretações das realidades sociais (BAUER; GASKELL, 2002).

Buscou-se explorar as compreensões subjetivas do coordenador de segurança, da empresa Gerdau, por meio de suas práticas na organização, a partir da leitura e compreensão de relatos, que permitiram compreender, as ações de Gestão de Recursos Humanos - GRH no subsistema de higiene e segurança no trabalho. Entre as unidades comerciais presentes no estado da Paraíba, a filial Gerdau de João Pessoa foi escolhida para ser objeto deste estudo de caso.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 AÇÕES DE RH SUSTENTÁVEL NA HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Segundo D'Amorim (2009) as ações de Recursos Humanos - RH devem estar alinhadas com um Modelo de Gestão de Pessoas. Os autores desta pesquisa concordam com a autora quando refere que a partir dos desafios que impõe a sustentabilidade, a proposição de ações de RH sustentável ética, ancora-se na coerência de se promover, as dimensões da sustentabilidade (ou indicadores de sustentabilidade), considerando os aspectos que sejam de responsabilidade da área de RH, aplicados aos colaboradores. O ambiente interno é o cenário onde se desenvolvem as relações de trabalho e se operacionaliza a gestão de RH e interage com o meio externo e seus *stakeholders*, tendo esta sua relevância na organização e na gestão de RH, pois tanto uma como a outra são sistemas abertos, flexíveis e complexos que se complementam. Para serem consideradas sustentáveis as ações de Higiene e Segurança do Trabalho, alguns aspectos precisam ser verificados, como a existência de programas de educação, aconselhamento, prevenção, controle de riscos para dar assistência aos empregados e seus familiares com relação a doenças graves.

Conceitua-se, portanto, ações de Recursos Humanos Sustentável Éticas, como ações humanas, eticamente responsáveis, que contemplam uma ou mais dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) no ambiente interno, numa perspectiva de fortalecimento das estratégias da organização. Estas ações promovem condições de atendimento às necessidades

dos funcionários, enquanto atores sociais do processo de trabalho, investindo no capital humano (D'AMORIM, 2009).

Percebe-se que as ações de RH Sustentável Éticas são compreendidas como um processo dinâmico e sistemático em constante interação entre si e com o meio. A incorporação destas ações pelos subsistemas de GRH vem facilitar sua operacionalização à política da sustentabilidade na organização. Sendo assim, o subsistema de Higiene e Segurança no Trabalho para ancorar a Sustentabilidade deve ter as seguintes ações:

Tabela 1 - Ações de Recursos Humanos Sustentáveis – Processo de Higiene e Segurança do Trabalho

Ações de RH Sustentável Ética	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO
AÇÃO 1	Estratégias para prevenção e assistência aos acidentes de trabalho e doenças graves (QVT e treinamentos).
AÇÃO 2	Manter um ambiente estrutural seguro para o desenvolvimento das atividades da organização.
AÇÃO 3	Facilitar a participação de funcionários nos comitês formais de segurança e saúde
AÇÃO 4	Formalizar acordos com sindicatos relativos à temática da saúde e segurança.

Fonte: D'AMORIM (2009, p. 107).

Todas essas variáveis e fatores se fizeram importantíssimos, pois contribuíram na análise dos dados da organização objeto deste estudo, uma vez que foram comparados com as práticas levantadas por D'Amorim (2009) em busca de verificar o grau de alinhamento entre eles.

3.2 ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Dilthey (1994) faz uma não-relação entre a ética nas organizações, objetivando interesses empresariais e a atuação de colaboradores no ambiente. Percebe-se que há um vácuo ético entre profissionais atuantes na organização ligada à fragilidade da ética pessoal, baseada pelo autoritarismo, e as empresas se vêem obrigadas ao ver esses tipos de comportamento a agir de modo que abandona sua ética social e acaba abraçando a fragilidade da ética pessoal e começa a desprezar os valores humanos.

A ideia da fragilidade pessoal, pode ser reforçada pelas crenças e valores econômicos da organização, tendo somente como reversão dessa consequência, o resgate de sentidos éticos a serem adotados em âmbito individual e organizacional para estabelecer sentidos morais. Em nível individual, os colaboradores devem aderir a ética pessoal, no qual irão se questionar sobre seus

próprios pontos de vista em relação a organização.

3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 COMPATIBILIDADE DA AÇÃO 01 DE RECURSOS HUMANOS SUSTENTÁVEL ÉTICO COM O PROCESSO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA GERDAU-PB

A partir do relato do coordenador de segurança da unidade, foram identificadas e descritas algumas das medidas tomadas pela Comercial Gerdau João Pessoa, no que diz respeito à prevenção e à assistência dos acidentes de trabalho, bem como as ações de capacitações para colaboradores. Todas essas práticas têm como objetivo primeiramente esclarecer e capacitar os empregados quanto aos riscos que são submetidos todos os dias, como também propor estratégias no intuito de prevenir a ocorrência de acidentes. A tabela a seguir associa a **Ação 1** proposta por D'Amorim (2009) e as ocorrências identificadas neste aspecto dentro da prática da Política de Higiene e Segurança da unidade.

Tabela 2 - Práticas de Capacitação, Prevenção e Assistência de acidentes identificadas na Comercial Gerdau João Pessoa

AÇÃO SUSTENTÁVEL ÉTICA	PRÁTICAS IDENTIFICADAS
1. Estratégias para Prevenção e Assistência aos acidentes de trabalho e doenças graves (QVT e treinamentos).	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação da liderança - Treinamento dos funcionários - Integração de segurança - Reuniões de segurança - Regras Gerais e Regras Específicas - Sanções e Reconhecimentos - Segurança dentro do lar - Relatos de acidentes domésticos - Campanhas de vacinação incluindo familiares - Gerenciamento de Tarefas críticas (PO) - Observância da metodologia 5S - Utilização de EPI (entrega e treinamento) - Seleção criteriosa de empresas terceirizadas - APR e PT das atividades - PPRA, PCMSO e ASO - Auditorias de Segurança

Fonte: Elaboração Própria (2018).

As práticas identificadas na Tabela 2, comportam a **Ação 1 de Recursos Humanos Sustentável**, sendo-as compatíveis com a ação proposta para uma GRH sustentável Ética, uma vez que prevê a educação e o treinamento de seus funcionários; e a preocupação com a segurança nos lares dos colaboradores, dando atenção aos acidentes ocorridos em casa e incluindo os

familiares nas campanhas de vacinação e nos eventos de segurança. Contribuem efetivamente na busca da prevenção, assistência e capacitação para acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.

Segundo Pacheco Júnior (1995), faz-se necessário que antes de se utilizar máquinas e equipamentos de produção, deve-se comprovar que os mesmos estão em perfeito estado de funcionamento e que possuem as devidas precisões e ajustes buscando garantir a segurança do processo. Com essa preocupação, na Gerdau além das manutenções preventivas, existem as inspeções de pré-uso, no qual os próprios operadores de máquinas e equipamentos, mediante a um *checklist*, realizam, diariamente antes do início de sua atividade, a inspeção de partes importantes da máquina para certificar-se de que a mesma está em boas condições de uso, essa inspeção é realizada em todos os turnos, ou seja, cada máquina é verificada três vezes por dia antes de começar a operar.

A maioria das inspeções realizadas, com exceção à de equipamentos, tratam da questão de estrutura. Além das anteriormente citadas, existem também inspeções de escritório, inspeções de pátio, inspeções de galpão, inspeções de refeitório, de vestiário e inspeções de áreas que contenham inflamáveis. Para cada uma delas, o coordenador ou a pessoa treinada para tal, recebe um *checklist* padrão, para que uma vez na área em questão o inspetor saiba exatamente o que e como deve ser analisado.

Na Gerdau existe uma preocupação grande no que diz respeito às questões de emergência. Ela dispõe de extintores de incêndio diferentes e adequados para cada tipo de material (papéis, instalações elétricas), hidrantes, corredores e portas desobstruídas, setas indicativas de sentido de fuga, plano de evacuação treinado com seus funcionários dispendo de ponto de encontro em caso de emergência, assim como pessoal treinado para compor a Brigada de Emergência para serem capazes de prestar os primeiros socorros, apagar pequenos focos de incêndio e contatar as pessoas responsáveis e aptas para resolver a situação.

3.2. COMPATIBILIDADE DA AÇÃO 02 DE RECURSOS HUMANOS SUSTENTÁVEL ÉTICO COM O PROCESSO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO Trabalho DESENVOLVIDO PELA GERDAU-PB

A tabela a seguir associa a **Ação 2** proposta por D'Amorim (2009) e as ocorrências identificadas na prática do ambiente estrutural seguro.

Tabela 3 - Práticas de Manutenção para um ambiente estrutural seguro identificadas na Comercial Gerdau João Pessoa

AÇÃO SUSTENTÁVEL ÉTICA	PRÁTICAS IDENTIFICADAS
2. Manter um ambiente estrutural seguro para o desenvolvimento das atividades da organização	<ul style="list-style-type: none"> - Inspeções planejadas - Inspeções de pré-uso - Manutenções preventivas - Relatos de anomalias - Laudos de Condições físicas - Gerenciador de pendências - Investigação dos acidentes - Equipe e Questões de emergência - Estatísticas e estudos de segurança

Fonte: Elaboração própria (2018)

As práticas identificadas na tabela 3, comportam a **Ação 2 de Recursos Humanos Sustentável**, sendo-as compatíveis com a ação proposta para uma GRH sustentável Ética, uma vez que adotam políticas de segurança no ambiente de trabalho. Vale recordar que um ambiente estrutural seguro deve oferecer condições físicas adequadas: ruído, temperatura, ventilação, iluminação e estrutura que auxilie a realização das atividades e certamente evita um grande número de acidentes e doenças ocupacionais.

3.3 COMPATIBILIDADE DA AÇÃO 03 DE RECURSOS HUMANOS SUSTENTÁVEL ÉTICO COM O PROCESSO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA GERDAU-PB

A tabela a seguir associa a **Ação 3** proposta por D'Amorim (2009) e as ocorrências identificadas na prática participação em comitês formais de segurança.

Tabela 4 - Comitês formais de Saúde e Segurança identificados na Comercial Gerdau João Pessoa.

AÇÃO SUSTENTÁVEL ÉTICA	PRÁTICAS IDENTIFICADAS
3. Facilitar a participação de funcionários nos comitês formais de segurança e saúde	- Não possui a CIPA, mas possui Comitê Interno de segurança

Fonte: Elaboração própria (2018)

As práticas identificadas na tabela, são parcialmente compatíveis com a **Ação 3 de Recursos Humanos Sustentável** proposta para uma GRH sustentável Ética. Mesmo a filial não possuindo Comitê Formal de Saúde e Segurança - CIPA (até o momento da conclusão deste trabalho), ela adota um Comitê Interno de Segurança que versa pela participação de colaboradores,

formado pelos líderes das diversas áreas e são responsáveis pela questão da segurança dentro da unidade e fazem atividades semelhantes às de responsabilidade da CIPA. Este comitê ajuda no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde. Portanto a ação de RH Sustentável Ética 03 é **parcialmente sustentável** na empresa GERDAU.

3.4 COMPATIBILIDADE DA AÇÃO 04 DE RECURSOS HUMANOS SUSTENTÁVEL ÉTICO COM O PROCESSO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA GERDAU-PB

A tabela a seguir associa a **Ação 4** proposta por D'Amorim (2009) e as ocorrências identificadas na formalização de acordos com sindicatos relativos à segurança do trabalho.

Tabela 5 - Acordos com sindicatos relativos à Saúde e Segurança identificados na Comercial Gerdau João Pessoa.

AÇÃO SUSTENTÁVEL ÉTICA	PRÁTICAS IDENTIFICADAS
4. Formalizar acordos com sindicatos relativos à temática da saúde e segurança	- Nenhuma prática foi identificada

Fonte: Elaboração própria (2018)

As práticas identificadas na tabela 5, **não** comportam a **Ação 4 de Recursos Humanos Sustentável**, portanto, sendo uma **Ação não Sustentável** para uma GRH sustentável Ética, uma vez que não adotam políticas na formalização de acordos com sindicatos relativos à segurança do trabalho. Não houve a evidência de acordos com sindicatos e negociações coletivas que envolvam temas relativos à segurança e saúde. Através do discurso do coordenador de segurança da unidade ficou claro que a unidade não atende esta prática, pois não demanda nenhum acordo específico relacionado a esta temática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar o processo de Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho desenvolvido pela Gerdau João Pessoa-PB, à luz das ações de Recursos Humanos Sustentável Éticos. Pôde-se perceber que a Gerdau João Pessoa não só possui um discurso, políticas, visão, missão e valores voltados para a temática da Sustentabilidade, mas que também na prática ela pode ser observada. A mesma emprega uma série de diferentes esforços em busca de combater as diversas condições e atos que possam vir a causar acidentes e doenças

ocupacionais. Foi possível perceber a preocupação que ela destina à integridade não só de seus funcionários, como também de seus familiares e de colaboradores de empresas terceiras.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Vozes, 2002.

BORGES, Julio Daio. Fator Humano: A confusão das fronteiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v.5, n. 4, p. 41-45, Set./Out. 2006. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/4563.pdf>>. Acesso em 26 out. 2018.

D'AMORIM, Amanda Raquel de França Filgueiras. **Gestão de Recursos Humanos em organizações sustentáveis: análise à luz do Global Reporting Initiative e da Administração Renovada**. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Administração) -- Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2009.

DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão com Pessoas e Subjetividade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GERDAU. **Sobre a Gerdau**. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/sustentabilidade.aspx>>. Acesso em: 26 out. 2018.

PACHECO JÚNIOR, Waldemar. **Qualidade na Segurança e Higiene do Trabalho: série SHT 9000, normas para a gestão e garantia da segurança e higiene do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1995.

QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; ARIDE, Sidney da Silva. **Gestão de pessoas: perspectiva da sustentabilidade humana**. In: II WORKSHOP GESTÃO INTEGRADA: RISCO E SUSTENTABILIDADE – Centro Universitário Senac. São Paulo, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Alfredo Mello. **Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant; BRANCO, Paulo Durval. **Empresa Humanizada: a organização necessária e possível**. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v.41, n. 2, p. 20-30, Abr./Jun. 2001.

VERGARA, S. C. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

WWF BRASIL. **Sustentabilidade: da teoria à prática**. Disponível em:

<http://www.wwf.org.br/empresas_meio_ambiente/porque_participar/sustentabilidade/>. Acesso em: 26 out. 2018.



CIÊNCIA & COTIDIANO
REVISTA CIENTÍFICA

ISSN: 2236-3394

PRODUÇÃO CIENTÍFICA AO SEU ALCANCE
revista.cbpex.com.br